

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**‘PECUÁRIA FAMILIAR’ NA REGIÃO DA ‘SERRA DO SUDESTE’ DO RIO
GRANDE DO SUL: UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM E A SITUAÇÃO
SOCIOAGROECONÔMICA DO PECUARISTA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS.**

Marcelo Souza Cotrim

**Porto Alegre
2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**‘PECUÁRIA FAMILIAR’ NA REGIÃO DA ‘SERRA DO SUDESTE’ DO RIO
GRANDE DO SUL: UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM E A SITUAÇÃO
SOCIOAGROECONÔMICA DO PECUARISTA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS.**

Marcelo Souza Cotrim

Orientador Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

Série PGDR - Dissertação n.º 030
Porto Alegre
2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia 26 de agosto de 2003, a Dissertação de *Marcelo Souza Cotrim* com o título '*Pecuária Familiar*' na região da '*Serra do Sudeste*' do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel (Orientador-Presidente, PGDR/Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto (PGDR/Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Nabinger (Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia/UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (Departamento de Geografia/UFRGS)

Dedicatória

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que esta fosse uma fase de aprendizagem e crescimento.

 SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE MAPAS.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRAT.....	ix
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Breve Caracterização do Município	3
1.2. Problema de Pesquisa.....	5
1.3. Objetivo Geral.....	5
1.4. Objetivos específicos	6
1.5. Hipóteses.....	6
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DO TEMA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	7
2.1. Uma Breve Revisão Bibliográfica Sobre a Agricultura Familiar.....	7
2.2. Agricultura Familiar e Seus Diferentes Significados.....	7
2.3. A "Pecuária Familiar" no contexto da Agricultura Familiar.....	12
2.3.1. A Racionalidade Econômica e Produtiva da Agricultura Familiar.....	13
2.3.2. A Reprodução Social do "Pecuarista Familiar".....	15
3. MÉTODOS DE PESQUISA.....	19
3.1. O Método de Pesquisa Empregado na Elaboração desta Pesquisa.....	19
3.2. O Enfoque Sistêmico no Estudo da "Pecuária Familiar".....	19
3.3. Referencial Teórico.....	21
3.3.1. Sistema Agrário.....	21
3.3.2. Sistema de Produção.....	22
3.3.3. Sistema de Cultivo.....	23
3.3.4. Sistema de Criação.....	23
3.4. Etapas do Estudo dos Sistemas de Produção Implementados pelos "Pecuaristas Familiares" do Município de Canguçu- RS.....	24
3.4.1. Coleta e Tratamento dos Dados Secundários.....	24
3.4.2. Leitura da Paisagem.....	25
3.4.3. O Resgate dos Fatos Históricos Ligados a Evolução da Sociedade, Agricultura e Economia da Região de Estudo.....	26
3.4.4. Pré-Tipologia dos Sistemas de Produção Implementados Pelos "Pecuaristas Familiares" de Canguçu: uma primeira forma de organização dos dados obtidos, para melhor visualização do objeto de estudo.....	27
3.4.5. Coleta e Sistematização dos Dados Primários na Elaboração da Tipologia dos Sistemas de Produção Implementados Pelos "Pecuaristas Familiares" do Município de Canguçu- RS.....	27

3.5. Indicadores Utilizados na Caracterização dos Sistemas de Produção Implementados Pelos “Pecuaristas Familiares” de Canguçu.....	30
3.6. Elaboração da Tipologia Final Dos Sistemas de Produção Implementados pelos “Pecuaristas Familiares” de Canguçu.....	34
3.7. Conclusão	35
4. ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU-RS.....	37
4.1. Caracterização do Município de Canguçu.....	37
4.2. Zonas Agroecológicas do município de Canguçu.....	38
4.2.1. Relevo e Solos.....	39
4.2.2. Vegetação Nativa e a Atual Utilização do Meio Natural para a Produção Agropastoril.....	41
4.2.3. Hidrografia.....	42
4.2.4. Clima.....	43
4.3. A Evolução Histórica dos Sistemas Agrários do Município de Canguçu... 44	44
4.3.1. Descrição e análise das diferentes fases na evolução dos sistemas agrários.....	44
4.4. Descrição da Evolução dos Sistemas Agrários de Canguçu-RS.....	45
4.4.1. Os Primeiros Ocupantes da Região de Canguçu.....	45
4.4.2. A Formação da Estância na Ocupação da “Zona de Campo” no Período de 1756 a 1925.....	46
4.4.3. A Formação da Agricultura Familiar Pelos Imigrantes e Descendente de Imigrantes na Ocupação da “Zona de Floresta” no Período de 1756 a 1960.....	52
4.4.4. A Diferenciação dos Sistemas de Produção da Estância na “Zona de Campo” no Período de 1926 aos Dias Atuais.....	55
4.4.5. O Desenvolvimento dos Sistemas de Produção com Base na Agricultura Familiar na “Zona de Floresta”, no Período de 1960 aos Dias Atuais.....	57
4.5. Caracterização dos Sistemas de Produção Implementados Pelos “Pecuaristas Familiares” do Município de Canguçu.....	62
4.5.1. “Pecuaristas Familiares Tradicionais” (PFTs) - Herdeiros de Estancieiros e com a Força de Trabalho Envelhecida- Sistema de Produção -Tipo 01.....	63
4.5.1.1. Sistema de Criação de Bovinocultura de Corte Extensiva/ Cria de Terneiros- (SC-01)	68

Terneiros- (SC-01).....	
4.5.2. “Pecuaristas Familiares Pluriativos” (PFPs) – Agricultores que Exercem Atividades Não-Agrícolas, e Possuem Força de Trabalho mais Jovem- Sistema de Produção Tipo- 02.....	73
4.5.2.1. Sistema de Criação de Bovinocultura de Corte Extensiva/ Cria e Recria de Novilhos- (SC-02).....	77
4.5.3. “Pecuaristas Familiares Comerciais” (PFCs) Agricultores Vinculados ao Mercado de Gado de Corte.....	82
4.6. Estudos de Casos de Agricultores que Também Implementam a “Pecuária Familiar” em seus Sistemas de Produção.....	87
4.6.1. Moradores Rurais Aposentados que Implementam a “Pecuária Familiar”.....	88
4.6.2. “Pecuarista Familiar Tradicional” com Sistema de Criação Diferenciado.....	92
4.6.3. Produtor Patronal de Pequena Escala Produtiva- O limite dos sistemas de produção baseados na “pecuária familiar”.....	96
5. CONCLUSÃO.....	100
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	107
7. ANEXOS.....	111
7.1. Roteiro para estudo do estabelecimento rural.....	111
7.2. Recapitulação dos indicadores resultantes das entrevistas realizadas junto aos pecuaristas familiares do município de Canguçu-RS.....	121
7.3. Fotografias da região de estudo.....	126

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- A Evolução dos Sistemas Agrários do Município de Canguçu-RS.....	48
QUADRO 02- Indicadores Agronômicos do Sistema de Criação 01- Bovinocultura de Corte Cria de Terneiros.....	69
QUADRO 03- Calendário das operações agrícolas empregadas no sistema de cultivo de campo nativo e manejos/ modos de condução de criação empregadas no sistema de criação de bovinos extensiva/ cria.....	71
QUADRO 04-Indicadores Agronômicos do Sistema de Criação 02- Bovinocultura de Corte Cria e Recria de Novilhos.....	78
QUADRO 05- Calendário das operações agrícolas empregadas no sistema de cultivo de campo nativo e manejos/ modos de condução de criação empregadas no sistema de criação de bovinos extensiva/ cria e recria de novilhos.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Intervalo dos indicadores utilizados para caracterizar os “Pecuaristas Familiares Tradicionais” SP-01.....	64
Tabela 2 – Indicadores utilizados para caracterizar os “Pecuaristas Familiares Pluriativos” SP-02.....	75
Tabela 03 – Indicadores utilizados para caracterizar os “Pecuaristas Familiares Comerciais” - Sistema de Produção 03- SP-03.....	84
Tabela 4- Indicadores do Estudo de Caso 01- Morador Rural Aposentado que Implementa a “Pecuária Familiar”.....	89
Tabela 5- Indicadores do Estudo de Caso 02- Sistema de Produção Baseado na “Pecuária Familiar Tradicional” com Sistema de Criação Diferenciado.....	92
Tabela 6- Indicadores do Estudo de Caso 03- Produtor Patronal de Pequena Escala Produtiva.....	96

LISTA MAPAS

Mapa 01- Localização do Município de Canguçu-RS.....	04
Mapa-02- Zonas Agroecológicas do Município de Canguçu-RS.....	40

RESUMO

No imaginário social, político e até acadêmico no Rio Grande do Sul persiste a idéia que a estrutura fundiária do Estado estaria assentada na polarização entre “minifúndios” e “latifúndios”. Conforme esta idéia o Estado do Rio Grande do Sul estaria dividido em duas partes, onde a “Metade Sul” estariam assentados os latifúndios e a “Metade Norte” os minifúndios. Neste estudo buscou-se observar que a estratificação social e econômica que se verifica na estrutura agrária gaúcha não decorre, imediatamente, da distribuição fundiária, ou seja, há que produzir interpretações muito mais complexas sobre a estrutura social no campo do que aquela que opera com a idéia que separa a sociedade rural gaúcha em dois grupos de proprietários: pequenos ou grandes, minifúndios ou latifúndios. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi aprofundar os conhecimentos sobre a realidade de agricultores que pertencem a Metade Sul do Estado, que é pouco conhecida, e não corresponde ao contexto que se formou sobre esta região do estado. O estudo enfocou agricultores do município de Canguçu-RS que tenham a pecuária bovina de corte como a base de seus sistemas de produção, e que, contudo, utilizam-se principalmente da mão-de-obra familiar na propriedade. Em função destes fatores, estes agricultores foram denominados como “pecuaristas familiares”. A partir do uso do referencial teórico e metodológico baseado no enfoque sistêmico, o presente trabalho diagnosticou e analisou os diferentes sistemas de produção implementados pelos “pecuaristas familiares” do município de Canguçu-RS. Desta forma foi possível identificar três “tipos” de “pecuaristas familiares”, e três estudos de caso de agricultores que também implementam a “pecuária familiar”. O primeiro tipo identificado é formado por agricultores que, na sua maioria, são herdeiros dos estancieiros da região que gradualmente tiveram suas áreas produtivas reduzidas, fato que ocorreu através da partilha da propriedade pelos herdeiros; normalmente são aposentados e além da criação de gado de corte extensiva também cultivam pequenas áreas de milho e feijão, este tipo de agricultor foi denominado como “pecuarista familiar tradicional”. O segundo tipo identificado é formado na sua maioria por descendentes de peões e agregados que trabalhavam nas estâncias. Possuem pequenas propriedades, mas, por serem mais jovens, e possuírem maior força de trabalho que os “pecuaristas familiares

tradicionais”, implementam diversos cultivos em suas propriedades além de desenvolver alguma atividade não agrícola, como, por exemplo, o comércio (venda na localidade). Por este fato, são denominados como sendo “pecuaristas familiares pluriativos”. O terceiro tipo é formado por criadores de gado de corte, também de forma extensiva, mas que estão mais inseridos no mercado de carne, pois comercializam o gado diretamente com os frigoríficos ou para intermediários em detrimento deste fato denomina-se este tipo de agricultor como sendo um “pecuarista familiar comercial”. Estes agricultores possuem realidades diferentes, mas, utilizam sistemas de produção semelhantes, e carecem de políticas públicas específicas para o seu desenvolvimento.

ABSTRACT

In the social, political and even academic common sense of Rio Grande do Sul lingers the idea that the State's land division structure is based on the polarization between smallholdings and ranches. According to this idea, the State of Rio Grande do Sul may be considered as divided in two parts, namely the "Southern Half", where the ranches are, and the "Northern Half", with the smallholdings. In the present study we concluded that the social and economic stratification in the gaucho agrarian structure is not a direct consequence of the land distribution patterns, i.e., much more complex interpretations of the social structure in the countryside are necessary than the idea that this rural society is divided into two groups of landowners: smallholders or ranchers. In that regard, the aim was to make a deep study to understand the reality of those farmers who belong to the "Southern Half" of the State, which is largely unknown and does not correspond to the general common sense. The study focused on the farmers in the municipality of Canguçu, who are basically beef cattle breeders and rely mainly on their families for labour. Due to that, such farmers were called "pecuaristas familiares" (family cattle breeders). Using the theoretical and methodological references based on the systemic approach, the present piece of work diagnosed and analyzed the different production systems adopted by those "pecuaristas familiares". It was then possible to identify three "types" of "pecuaristas familiares" and also analyze three study cases of small farmers who also apply such practices. The first type identified is composed by farmers who are mostly heirs to the region's large landowners who had their estates gradually reduced through inheritance partitioning; they are normally retired and besides extensive cattle breeding also grow small corn and bean fields. These were called "pecuaristas familiares tradicionais" (traditional family cattle breeders). The second type identified is mostly composed of descendants of farm hands and peasants who worked in the large ranches. They are small landowners, but,

being younger and more able to work than the “pecuaristas familiares tradicionais”, grow varied crops in their pieces of land and also have a non-related trade, such as commerce (a local grocery store). They are so called “pecuaristas familiares pluriativos” (pluralist family cattle breeders). Beef cattle breeders, who are better inserted in the meat market, form a third type. Even though they sell their cattle directly to slaughterhouses or to middlemen, they are considered “pecuaristas familiares comerciais” (commercial family cattle breeders). These farmers belong to different realities, but use similar production systems and all suffer from a lack of specific public policies to their development.

1. INTRODUÇÃO

A Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul equivocadamente é identificada como uma região em que a estrutura agrária é formada majoritariamente por grandes propriedades, ou seja, por latifúndios, onde predominantemente se desenvolve a pecuária praticada de forma extensiva. Em contraponto a esta visão, estariam as pequenas propriedades familiares que desenvolvem uma agricultura diversificada e que se estabeleceram na metade norte do estado.

A formação desta visão, de que o estado do Rio Grande do Sul é formado por duas diferentes partes, tem seu princípio ligado ao processo de ocupação fundiária do estado. Este processo iniciou-se pela concessão de sesmarias aos militares portugueses e pelo assentamento de açorianos durante o século XVIII, que foi a principal forma de ocupação das regiões ao sul do estado, mais tarde, a partir da segunda década do século XIX, ocorreu a colonização das terras do Planalto, ao Norte do estado, com a chegada de imigrantes europeus, os quais receberam áreas menores¹.

A partir desta constatação, nas últimas décadas, estudiosos e pesquisadores se incumbiram de difundir a idéia que a estrutura fundiária estaria assentada na polarização entre “minifúndios” e “latifúndios”. Mais do que isto, passou-se a acreditar que os sistemas

¹ Para atrair os colonos Alemães, o Governo Brasileiro oferecia condições extremamente favoráveis: os colonos viajariam com as despesas pagas pelo Governo Brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam de liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160.000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, cavalos, vacas, bois, etc.; durante o primeiro ano receberiam ajuda financeira, seriam isentos de impostos pelo prazo de dez anos, entre outras vantagens (ROCHE, 1969). Posteriormente chegaram à região os colonos Italianos que receberam áreas menores, em torno de 25ha, o que ficou conhecido entre os imigrantes como uma colônia de terra.

produtivos praticados na agropecuária gaúcha poderiam ser identificados e classificados a partir do tamanho da área de terra disponível. Ainda hoje domina o imaginário social, político e até acadêmico no Rio Grande do Sul, de que a viabilidade de um empreendimento agropecuário se mede pelo tamanho de área de que dispõe o agricultor.

O relevante a se observar é que a estratificação social e econômica que se verifica na estrutura agrária gaúcha não decorre, imediatamente, da distribuição fundiária. Ou seja, há que produzir interpretações muito mais complexas sobre a estrutura social no campo do que aquela que opera com a idéia que separa a sociedade rural gaúcha em dois grupos de proprietários: pequenos ou grandes, minifúndios ou latifúndios.

Neste sentido, tem-se como objetivo deste estudo aprofundar os conhecimentos sobre a realidade de agricultores da Metade Sul do estado, que é pouco conhecida e não corresponde ao contexto que se formou sobre a região sul do estado. O estudo enfocou agricultores que tenham a pecuária bovina de corte como a base de seus sistemas de produção, e que, contudo, utilizam-se da mão de obra familiar na propriedade. Em função destes fatores, estes agricultores familiares serão denominados como “pecuaristas familiares”.

Para tanto, foi escolhido o município de Canguçu para se realizar este estudo. Pertencente à região conhecida como “Serra do Sudeste” do Rio Grande do Sul, Canguçu está inserido em uma região que, do ponto de vista econômico, encontra-se estagnada e, do ponto de vista social, possui uma diversidade/heterogeneidade de classes sociais e sistemas produtivos. O município é formado por um grande número de pequenas propriedades com até 50ha, cerca de 12.000 (INCRA –1998), que são contempladas por políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, uma vez que preenchem as características necessárias para serem reconhecidos como exercendo atividades de cunho familiar.

No entanto, devido à extensão da área das propriedades e das atividades desenvolvidas predominante em seus estabelecimentos, grande parte destes produtores, comumente

conhecidos como “pecuaristas familiares”, não tem sido beneficiada com as políticas públicas disponibilizadas aos agricultores familiares. Estes agricultores encontram-se dispersos e desorganizados pela região, faltando-lhes o reconhecimento que pertencem a categoria dos agricultores familiares. Normalmente os “pecuaristas familiares” não são diferenciados dos grandes pecuaristas, e isto ocorre pela falta de definição de parâmetros e conceitos que definam os limites entre este “tipo” de agricultor familiar, o patronal e o empresarial.

Poucos estudos foram realizados sobre a origem, formação, estratégias de reprodução e realidade agroeconômica atual destes agricultores, que se apresentam em grande número na região, e que são excluídos de políticas públicas que possam contemplar suas carências e necessidades.

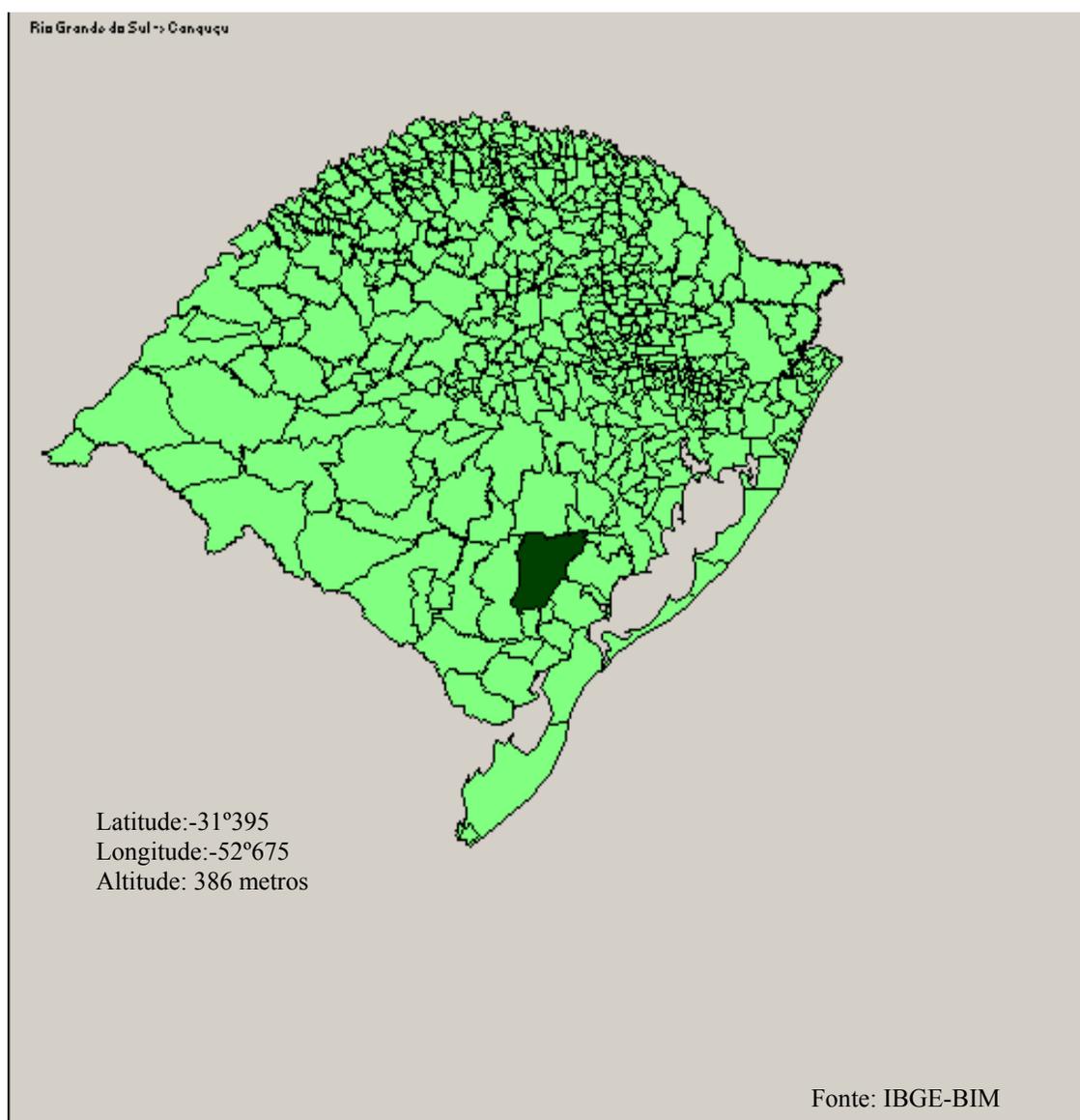
1.1. Breve Caracterização do Município

O município de Canguçu foi fundado em 28 de janeiro de 1857, e encontra-se dentro da “Metade Sul” do estado do Rio grande do Sul (Mapa-01). Possuindo uma área de 3.518 km² Canguçu tem uma população total de 51.427 residentes dos quais 17.685 cidadãos, ou 34,40% da população, residem na zona urbana, e 33.742 cidadãos, ou 65,60% da população, residem nas áreas rurais, segundo dados do censo demográfico (IBGE-2000). A economia de Canguçu é essencialmente agropastoril. O município conta com uma agricultura bem diversificada, destacando-se o fumo, pêssego, feijão e milho. A pecuária possui um expressivo rebanho bovino de corte e de leite (destacando-se a COOPAL, cooperativa de produtores de leite com mais de 600 associados).

Os dados do censo agropecuário de 1995/96 do IBGE demonstram que a atividade agrícola mais desenvolvida é a pecuária, principalmente a bovina. Dedicam-se a esta atividade 25,5% dos estabelecimentos, e 35% dos estabelecimentos desenvolvem tanto a lavoura como a pecuária, totalizando 60,5% dos estabelecimentos, o que demonstra a importância da pecuária para o município. São utilizados para a agricultura 314.849ha dos quais 125.000ha, ou 40,0% da área agricultável, representam pastagens naturais e

plantadas, e 73.935ha, ou 23.5%, possuem lavouras anuais e pastagens, totalizando 198.935ha ou 63.5% da área total ligada à pecuária (IBGE, 1995-96). O rebanho bovino esta estimado em 176.167 cabeças, mas a pressão pastoril, que mede o número de unidades animais por hectare, revela que a utilização das áreas pastoris pelos rebanhos é baixa no município, obtendo o valor de 1,15 UA/ha, sendo que a média dos municípios da região é de 1,26 UA/ha (IBGE, 1995-96). Este dado demonstra que a pecuária desenvolvida em Canguçu além de possuir um caráter extensivo, também obtém índices produtivos aquém dos obtidos pelos pecuaristas da região que possuem características produtivas semelhantes.

Mapa 01- Localização do Município de Canguçu-RS



Outro dado importante se refere à estratificação dos estabelecimentos por área, em que os estabelecimentos com até 100ha representam 66.7% do total (IBGE, 1995-96). Este dado demonstra que o município possui nas pequenas e médias propriedades o maior número de agricultores, e que possivelmente uma parte destes estabelecimentos tenha como base a “pecuária familiar”.

Através desta breve caracterização do município de Canguçu, pode-se observar a relevância de um estudo sobre a temática da “pecuária familiar”, uma vez que há poucos estudos sobre o assunto e, portanto, se observa que há uma grande carência de informações sobre a realidade destes agricultores. O que se pretende demonstrar é que há um contingente expressivo de estabelecimentos rurais na região sul do Rio Grande do Sul que praticam a pecuária, muitos deles operando com métodos produtivos bastante tradicionais, utilizando basicamente o trabalho dos membros da família. Tratar-se-ia, portanto, de uma categoria social relativamente nova que, até o momento, foi pouco reconhecida do ponto de vista social e político, e muito menos ainda como unidade de análise para estudos acadêmicos.

1.2. Problema de Pesquisa

Com o intuito de conhecer e compreender o “pecuarista familiar” assim como a sua importância e a sua representatividade na região, formulou-se o seguinte problema de pesquisa:

Qual é a origem e a realidade socioagroeconômica do “pecuarista familiar” no município de Canguçu-RS.

1.3. Objetivo Geral

Este estudo tem como principal objetivo identificar a origem e aprofundar os conhecimentos sobre a realidade socioagroeconômica dos “pecuaristas familiares” do município de Canguçu-RS.

1.4. Objetivos Específicos

Reconstituir a história e origem dos agricultores que formaram os “pecuaristas familiares”, através do estudo da evolução dos sistemas agrários do município de Canguçu - RS.

Realizar um diagnóstico sócioagroeconômico, identificando e caracterizando os principais sistemas de produção implementados pelos “pecuaristas familiares” no município.

1.5. Hipóteses

A “pecuária familiar” com base na criação de gado de corte deriva da condição inicial da vegetação (e solo) existentes na região do município de Canguçu, que determinou sua ocupação inicial com a criação de gado de corte, e difundiu a cultura pecuarista na zona de campo, portanto, esta atividade é mantida principalmente em função da “cultura pecuarista” que se desenvolveu na região, e por ser uma atividade que representa menores “riscos” para este tipo de agricultor.

O sistema de produção baseado na “pecuária familiar” está inserido em uma categoria que engloba uma grande gama de tipos de agricultores, os quais possuem uma grande diversidade de sistemas de produção e realidades socioeconômicas distintas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DO TEMA DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1. Uma Breve Revisão Bibliográfica sobre a Agricultura Familiar

Neste capítulo são apresentados de forma sucinta alguns conceitos que abordam as formas de produção de cunho familiar e da sua racionalidade. O conceito é abordado de forma que se faça uma reflexão sobre o tema, com o objetivo inicial de indicar que há outras formas de percepção sobre a agricultura familiar diferentemente das percepções que utilizam apenas indicadores econômicos e agronômicos para conceituar as formas de exploração familiar. Formas estas que se contrapõem a modelos hegemônicos de um único tipo de agricultura, e que, por sua vez, impossibilitam ações concretas por parte dos órgãos de extensão rural e das instituições voltadas para o meio rural. Com esta discussão pretende-se, em um primeiro momento, criar condições para se balizar o objeto de pesquisa, ou seja, conceitos que auxiliem na identificação de sistemas produtivos desenvolvidos pelos “pecuaristas familiares”. Em um segundo momento, a revisão bibliográfica torna-se imprescindível para que se construa um “conceito” sobre a “pecuária familiar”, item que será abordado na conclusão deste trabalho.

É importante ressaltar que este capítulo foi elaborado para auxiliar na compreensão e formulação do que é a pecuária familiar, mas não contém em si toda a revisão bibliográfica que se utilizou para elaborar este estudo. A exemplo disto pode-se observar a revisão bibliográfica realizada sobre o tema do “enfoque sistêmico” contido no capítulo 3, e no capítulo 4, para a elaboração da evolução dos sistemas agrários do município de Canguçu, realizou-se uma extensa revisão bibliográfica sobre a história do município.

2.2. Agricultura Familiar e seus Diferentes Significados

Ao abordar-se o tema “agropecuária brasileira”, observa-se que nos diversos setores da sociedade, como nos órgãos de pesquisa e extensão, instituições acadêmicas e mesmo nas esferas do governo, a existência de uma lacuna na conceituação dos diferentes tipos de exploração agrícola. Em um extremo, encontram-se as explorações “empresariais” e “patronais”. A exploração empresarial pode ser caracterizada como um sistema de produção dependente e inserido no mercado. Normalmente não possui um caráter familiar, ou seja, os agricultores e sua família não ocupam a posição central das decisões na unidade de produção. São sistemas de produção intensivos que se utilizam dos pacotes tecnológicos baseados nos moldes da Revolução Verde. Desta forma, empregam tecnologia desenvolvida pelas indústrias, como máquinas e equipamentos, e necessitam de insumos industrializados para a produção. Para tanto, recorrem a empréstimos bancários ou possuem capital financeiro próprio para financiar sua produção. O produtor empresarial rege a propriedade visando essencialmente o lucro, portanto, normalmente possui áreas produtivas consideráveis, principalmente se comparado aos agricultores familiares².

Os produtores patronais também retêm propriedades com vultosas áreas produtivas, similares aos produtores empresariais. A diferença consiste no fato de que os produtores patronais não alcançam os índices produtivos obtidos pelos produtores empresariais. Isto ocorre em virtude de a produção patronal não empregar a mesma tecnologia da produção empresarial. Neste sistema, o que compensa os índices produtivos inferiores ao alcançados pelos produtores empresariais é a escala produtiva obtida em função da área produtiva que os produtores patronais possuem. Neste sistema de produção, os produtores financiam os cultivos e criações via empréstimos ou financiamentos bancários, não necessitando de políticas públicas específicas para desenvolver a produção de sua propriedade.

² Segundo dados do censo agropecuário do IBGE (95-96) na divisão das propriedades por estratos de área, o município de Canguçu possui 66,7% das propriedades com áreas até 100ha, o que indica que as maiorias dos agricultores familiares deste município esta incluída neste limite de área.

No outro extremo, encontram-se os sistemas de produção com base familiar. São sistemas que visam a uma autonomia produtiva em relação ao mercado, procurando em primeira instância satisfazer as necessidades da família. Na produção utilizam técnicas “tradicionalis³”, produzindo a maioria dos insumos de que necessitam na propriedade e empregam a mão-de-obra familiar na produção. Mesmo possuindo uma certa autonomia, estes agricultores necessitam de empréstimos e financiamentos para gerir a propriedade. Historicamente, nas décadas de 60 e 70, o crédito rural no Brasil foi destinado a impulsionar o crescimento produtivo através dos grandes proprietários de terras. Somente a partir de 1995, a agricultura familiar consegue obter linhas de crédito específicas para este tipo de agricultor financiar a produção. O PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi a primeira linha de crédito que auxiliou e reconheceu a agricultura familiar no país:

No início dos anos 90, os debates em torno da idéia de privilegiar-se um desenvolvimento rural fundado sobre o fortalecimento da agricultura familiar cresceram em função de diversas circunstâncias. A implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, é ao mesmo tempo fruto e estímulo da propagação deste campo de produção de idéias (MARQUES, 2003, p. 07)

O PRONAF apresenta-se como uma forma de reconhecimento da importância que a agricultura familiar desempenha na área econômica e produtiva do Brasil.

A revalorização dos agricultores familiares se apresenta como uma resposta à modernização conservadora da agricultura brasileira (orientada às grandes propriedades rurais, desfavorável às unidades agrícolas familiares e vetor de uma sensível degradação dos ecossistemas agrícolas). O exemplo de numerosos países desenvolvidos, que privilegiaram o apoio às unidades familiares de produção agrícola, é frequentemente evocado pelos defensores do projeto de fortalecimento da agricultura familiar. De fato, a política agrícola cria um ambiente promissor para uma produção agrícola familiar extremamente eficaz. De um ponto de vista estritamente econômico, a agricultura familiar pôde sustentar um desenvolvimento

³ As técnicas tradicionais podem ser compreendidas neste estudo como o uso de técnicas produtivas que utilizam insumos e implementos que possam ser produzidos na propriedade ou na localidade, o que gera uma maior autonomia dos agricultores que utilizam estas técnicas em relação ao mercado de insumos agrícolas. Utilizar técnicas tradicionais não significa utilizar tecnologia de produção ultrapassada, mas sim utilizar mais racionalmente os meios produtivos.

industrial acelerado, fornecendo alimentos baratos à população urbana e consumindo um amplo leque de produtos manufaturados (MARQUES, 2003, p. 01).

Contudo, o “conceito” de exploração familiar ou agricultura familiar gera muitos debates, tanto no âmbito acadêmico quanto nas instituições governamentais, quanto à exclusão de diversos sistemas de produção em função dos “limites” que são utilizados para considerar um agricultor ou uma unidade de produção como sendo “familiar”. Citando como exemplo os parâmetros utilizados pelo PRONAF, agricultores que obtenham uma renda total superior a R\$ 27.500,00 por ano e com áreas produtivas que ultrapassem quatro módulos fiscais não se enquadram como familiares, portanto não podem receber o financiamento.

Este mesmo parâmetro é empregado em instituições de extensão rural, como, por exemplo, a Emater- RS. Há também restrições quanto à principal fonte de renda da propriedade. Para o PRONAF e a Emater/RS considerarem uma propriedade como “familiar”, é necessário que cerca de 80% da renda total da propriedade seja oriunda da produção agropecuária. Portanto, casais de agricultores que recebam juntos R\$ 5.760,00 por ano de rendas não-agrícolas, o que representa um salário mínimo por mês para cada cônjuge, precisam obter uma renda agrícola de R\$ 23.040,00 para se encaixar neste limite. Contudo, se se somarem as rendas agrícolas e não-agrícolas, a renda anual máxima para uma unidade agrícola ser considerada na categoria familiar, que é de R\$ 27.500,00, é ultrapassada.

Como se pode observar, há várias “lacunas” na concepção de agricultura familiar utilizada pelos órgãos e instituições, que se baseiam principalmente em indicadores de renda e área. Isto demonstra que o termo ou conceito de “agricultura familiar” não é homogêneo. O que a realidade tem mostrado é que fatores locais, como os sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais, são importantes para identificar a que tipo de agricultura se está referindo. Em resumo, os fatores empregados atualmente para identificar os sistemas de produção familiares excluem os pecuaristas familiares.

Lamarche (1993) sublinha que a agricultura familiar no Brasil pode ser caracterizada pela diversificação resultante de fatores históricos e econômicos como a modernização da agricultura do final da década de 1960 e 1970, que, de certa forma, tecnificou e definiu, para a agricultura linhas de crédito subsidiadas por ações governamentais. Assim, a crescente mercantilização das relações sociais e econômicas em áreas agrícolas foi alterada em determinadas regiões, como a do Sul do Brasil, que tiveram um grande impulso econômico em relação a outras regiões brasileiras como o Nordeste.

No Brasil, durante as duas últimas décadas, as discussões sobre o papel e o futuro dos agricultores vêm recebendo múltiplos enfoques. Segundo Schneider,

(...) De certo modo, a literatura sociológica internacional sobre este tema vem enfrentando desafios semelhantes. Em ambos os casos o objetivo central parece ser o de analisar a natureza das transformações da agricultura familiar em situações e contextos sócio-econômicos cada vez mais variados e multidimensionais (SCHNEIDER, 1999 ,p. 41)

Diante desse contexto de reflexão sobre um conceito de agricultura familiar, Schneider ressalta que,

(...) o recurso dos agricultores familiares às atividades não-agrícolas não pode ser entendido somente como uma estratégia temporária ou transitória de obtenção de rendas, uma vez que essa forma de trabalho parece generalizar-se nos diferentes tipos de pequenos empreendimentos, quer sejam rurais ou urbanos. A incompreensão destas questões tem gerado equívocos à interpretação da Pluriatividade (SCHNEIDER, 1999. p. 54).

A citação remete, assim, para uma discussão sobre a pluriatividade no âmbito da agricultura familiar que tome como base a organização do trabalho e da produção, incorporando as relações entre técnicas, práticas agrícolas e apropriação da natureza

objetivando a reprodução do próprio agricultor sem, contudo, deixar de distinguir as formas de atividades não-agrícolas, ou pluriativas⁴ que designam também a agricultura familiar.

Os “limites” impostos para delimitar o que seja a agricultura familiar atinge centralmente os agricultores/pecuaristas que são o objeto desta pesquisa, portanto a discussão que será levantada abarcará conceitos que melhor designem os agricultores familiares, atores sociais referenciais desta pesquisa, em especial os “pecuaristas familiares”. Com isso, pretende-se analisar, neste estudo, se estes “pecuaristas” são ou não agricultores familiares, tendo por base uma literatura que focaliza o conceito de uma forma mais ampla.

2.3. A "Pecuária Familiar" no contexto da Agricultura Familiar

Como viu-se anteriormente, não há um consenso, o debate sobre o conceito de agricultura familiar, tem gerado inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas de diferentes entidades representativas dos “pequenos agricultores”, dos intelectuais que estudam o mundo rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

Sendo assim, não é fácil escolher um critério que permita traçar uma linha divisória entre os conjuntos empresariais, patronais e familiares. Existem algumas definições que permitem compreender melhor o que significa unidade de produção familiar, ou a chamada agricultura familiar. Entre elas, as que abordam tal tema como um modo peculiar de

⁴ Não é objetivo deste estudo entrar no mérito do debate sobre Pluriatividade. Contudo, para um maior esclarecimento sobre o assunto, Sérgio Schneider chama atenção para o estudo da pluriatividade e que para compreendê-la em suas diversas formas e distintos significados, é necessário situá-la no ambiente em que ocorre, deve-se olhar para o interior das unidades agrícolas que a praticam e procurar apreender as relações sociais sobre as quais se dá o processo de reprodução familiar. Schneider, *Agricultura Familiar e Industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1999; Ed da Universidade/(UFRGS)

exploração da terra, ou seja, que possui formas de condução das atividades e da vida na unidade de produção ligadas à lógica de reprodução e sobrevivência da família.

Segundo Abramovay (1997), “agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Para Lamarche (1993), a definição de exploração familiar é entendida como “uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”.

Ribeiro (1996) afirma que “agricultor familiar é aquele que constrói toda a sua estratégia de sobrevivência e multiplicação dos bens que possui a partir da família”, já Wanderley (1999) compreende que a “agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

Diante dos conceitos apresentados pelos autores, o que se tem em comum principalmente são dois atributos básicos: a gestão e o trabalho familiar, e estes estão intimamente relacionados, demonstrando que são os agricultores que decidem a organização do trabalho. Há uma ênfase na organização da produção e na diversificação, na qualidade de vida e no aproveitamento dos recursos, sendo que o principal objetivo é fazer com que a unidade de produção se mantenha produzindo através do tempo, isto é, que ela se reproduza economicamente.

Como já foi explorado anteriormente, vários estudos foram realizados com o intuito de criar parâmetros para fixar conceitos do que seja agricultura familiar. O certo é que, em função da complexidade da agricultura familiar e a diversidade que envolve as diversas regiões, o critério área ou renda bruta ou qualquer outro padrão fixado não devem ser indicativos únicos para definir o que seja um agricultor familiar.

Apesar da existência de características comuns, nos estudos realizados sobre a conceituação da agricultura familiar, é importante reforçar que não se pode perder de vista a enorme heterogeneidade existente no seio da agricultura familiar brasileira. No entanto, esta diversidade faz parte das próprias peculiaridades da agricultura familiar. A este respeito, Lamarche (1993) diz que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade”.

Diante desse contexto de diferenciação, é que se pretende analisar a “pecuária familiar” não se utilizando unicamente como fatores identificadores a área e a renda, mas sim a racionalidade destes agricultores ao pensarem na sua reprodução e de sua família.

2.3.1. A Racionalidade Econômica e Produtiva da Agricultura Familiar

Segundo Ricardo Abramovay (1992, p.101) a racionalidade “econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não são econômicos) sejam organizadores da vida”. Dessa forma, Abramovay apresenta uma contribuição importante para o debate sobre as relações econômicas do campesinato e o mercado, pois aponta para a particularidade da integração “parcial” desses camponeses. Para Abramovay,

(...) A integração social camponesa, ela é parcial não só no sentido de que parte da subsistência vem da autoprodução, mas também indica uma certa flexibilidade nestas relações com o mercado, do qual o camponês pode freqüentemente se retirar, sem, com isso, comprometer sua reprodução social. Além disso, esta caracterização aponta para o caráter imperfeito ou incompleto destes mercados (ABRAMOVAY, 1992, p. 104)

A afirmação apresentada por Abramovay está apoiada nos estudos do economista Frank Ellis, que aponta para o caráter familiar do campesinato que se apresenta do ponto de vista econômico, “por dois traços básicos: 1- a integração parcial aos mercados e 2- o caráter incompleto destes mercados” (ELLIS *apud* ABRAMOVAY, 1992, p. 103). Para Ellis, essa

dupla caracterização, indica o quanto o campesinato está, de um lado, exposto às forças do mercado e, de outro, ligado a relações sociais.

O que interessa resgatar neste estudo, a partir das reflexões apresentadas, é que é um equívoco pensar que a opção pela agricultura de mercado anularia a produção para o autoconsumo, como se houvesse uma inclinação antimercado entre os agricultores familiares, ou como se seu acesso regular a este transformasse esta natureza, eliminando qualquer traço cultural que identificasse suas características camponesas anteriores, entre elas a produção de autoconsumo nos seus estabelecimentos.

No caso dos “pecuaristas familiares” da região em estudo, pode-se observar que o sistema de criação implementado pelos agricultores, com base na criação de gado de corte de forma extensiva, possui um caráter estratégico diante desta forma de racionalidade produtiva. Isto pode ser evidenciado quando se observa que, na criação de gado de corte, não há uma época restrita para venda do gado, como ocorre na produção de grãos. Desta forma, se não há necessidade da renda proveniente da produção pecuária, este agricultor pode deixar de comercializar o gado por mais de um ano agrícola.

Mas, se a pecuária é a principal atividade deste tipo de agricultor, como é possível que este agricultor possa se reproduzir sem comercializar o gado? Como o agricultor familiar, o “pecuarista familiar” também possui uma forte autonomia no que se refere à produção para a sua subsistência, além de outras fontes de renda agrícola, como, por exemplo, a produção de milho e feijão e não agrícola, como as aposentadorias. É desta forma que a pecuária, mesmo sendo a principal atividade da propriedade, pode, dependendo da situação do mercado e da necessidade do agricultor, representar uma pequena parcela da renda total da unidade de produção deste tipo de agricultor.

Mas por que estes agricultores continuam a desenvolver a pecuária, se esta atividade, muitas vezes, representa uma renda secundária? “A estância pastoril, além de ser um meio, é também um modo de vida”, esta afirmação de Fonseca (1994) demonstra a forte ligação cultural que este tipo de agricultor tem com a pecuária, e a identidade que o mesmo possui

com este sistema de produção. A identidade e a cultura são dois elementos que demonstram ser fundamentais para que se compreenda a reprodução social deste tipo de agricultor, como aborda-se no item a seguir.

2.3.2. A Reprodução Social do “Pecuarista Familiar”

Para que se analisem as formas de reprodução social que os pecuaristas familiares encontraram para estabelecer uma continuidade deste sistema de produção, apresenta-se de forma sucinta o conceito de reprodução social. Quando se está analisando a reprodução social deste tipo de agricultor, é necessário que se tenha uma visão global do entorno social, cultural e ambiental destas unidades de produção, uma vez que grande parte das pesquisas realizadas para analisar a reprodução social de unidades de produção familiares envolve somente fatores de ordem econômica para que haja um sucessor da unidade de produção. Como ressalta Champagne,

(...) haveria a tentação de crer que os filhos dos agricultores não assumem a atividade familiar só por razões essencialmente econômicas: para que um empreendimento seja assumido, bastaria que fosse economicamente rentável. Como, então, explicar que alguns empreendimentos que não são considerados “rendosos” pelos próprios agricultores, tenham no entanto, um sucessor?(...) A preponderância indiscutível do fator econômico corre o risco, sabe-se, de ocultar fatores sociais que tornam possível a autonomia desta representação econômica da sucessão(CHAMPAGNE, 1986, p. 26).

Champagne, demonstra na citação acima, que há outras dimensões além da econômica, como fatores sociais e culturais, que são elucidativas para se analisem as formas de reprodução dos agricultores familiares, apontando para estratégias de reprodução social.

Observa-se na agricultura, atualmente, que há uma autodesvalorização dos agricultores em relação a outros grupos sociais, como ressalta o mesmo autor,

(...) os agricultores tendem a se situar hoje menos uns em relação aos outros do que globalmente em relação à percepção mais ou menos deformada que se fazem dos outros grupos sociais. A modificação de seus eixos sociais de referência gerou, na maior parte dos pequenos agricultores que pratica a policultura-pecuária, uma visão muito desvalorizada de sua atividade e de seu estilo de vida, um ponto de vista muito pessimista sobre seu futuro que não é sem efeitos sobre suas estratégias de sucessão e de reprodução(CHAMPAGNE, 1986, p.31)

Dessa forma, demonstra-se um quadro geral da situação pelo qual passa grande parte dos agricultores que estão inseridos parcialmente nas relações de mercado, como viu-se anteriormente. Diante disso pode-se formular a seguinte questão: quais são as razões que motivam agricultores a se manterem ativos na unidade de produção?

Mais uma vez a contribuição teórica de Champagne torna-se importante para essa discussão, pois ele afirma,

(...) o que torna possível o êxito de toda reprodução social e que reside na crença no valor da posição a reproduzir. Quer-se dizer com isto que, para que o produtor rural possa reproduzir-se como produtor, é preciso também que ele possa reproduzir a crença de que o produtor rural merece ser reproduzido. Se os agricultores, e mais geralmente as classes sociais dominadas têm apenas raramente o domínio da definição de sua própria identidade social e se tendem a adotar o ponto de vista que os outros têm sobre eles, resta, e é, talvez, um dos ardis da dominação simbólica, que os dominantes parecem deixar-lhes o direito de crer na excelência relativa da posição que lhes concedem e que é sem dúvida uma das condições mínimas para tornar viáveis as posições dominadas. Além disto é necessário que na região onde estão inseridos estes agricultores haja uma forte autonomia local que implica uma espécie de autarquia cultural, uma cultura ligada à atividade econômica predominante com seus ritmos e seus laçeres coletivos, que contribuem para reforçar uma identidade social local fortemente afirmada e reivindicada como tal ; no Vale do Meuse, o metalúrgico; em Bresse, o agricultor; alhures ainda o mineiro ou o pescador, etc, e isso ainda mais porque ela não tem concorrência local de nenhuma outra figura ou posição sociais (CHAMPAGNE, 1986, p. 33-34)

Ao se colocar o “entorno” (a comunidade e sociedade local) como fator decisivo nas ações que os agricultores devem assumir nas formas de reprodução de sua unidade de produção, observa-se que a reprodução social está relacionada também a identidade deste agricultor,

(...) significa pertença de atores sociais a uma condição social em relação a outros atores e outras condições sociais. Essa pertença é definida pela concepção geral ou visão de mundo, pelo estilo de vida, pelas relações com os outros e com a natureza, pelo sistema de trabalho e de produção, pelo espírito religioso e pelo sistema de reprodução biológica e social (GEHLEN, 1998, p. 56).

A identidade social e cultural de um agricultor como o “pecuarista familiar” é um fator decisivo nas formas de reprodução social do mesmo, em que fatores econômicos ligados ao sistema de produção, que são os comumente utilizados para o estudo e avaliação dos sistemas de produção, são pouco relevantes e distorcem a análise do futuro deste tipo de agricultor através de sua reprodução. Uma visão reducionista tende a dirigir sua atenção apenas à reprodução econômica, subestimando as interações com o ambiente, e as estratégias dos agricultores em relação à unidade de produção e sua reprodução social.

A exemplo dos “pecuaristas familiares”, tem-se em vista que o ambiente, biótico e abiótico, é um fator preponderante quando se está referindo à reprodução deste tipo de sistema de produção. A região originalmente era formada por “savanas”, ou seja, uma vegetação arbustiva de pequeno/médio porte, mas que através da ação antrópica, principalmente da agricultura, se tornou campo. Os solos rasos da região, de certa forma, determinaram um melhor desempenho da pecuária do que da produção de grãos, e é através desta atividade pecuária que as áreas de campo se mantêm até os dias atuais no município. Assim pode-se observar que o ambiente está intimamente relacionado com a reprodução social do pecuarista familiar ao mesmo tempo que este, o pecuarista familiar, influi diretamente sobre a formação e manutenção deste ambiente.

3. MÉTODOS DE PESQUISA

3.1. O Método de Pesquisa Empregado na Elaboração desta Pesquisa

Neste capítulo é apresentado o método de pesquisa que foi utilizado para elaborar este estudo. Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, valemo-nos do referencial teórico embasado no enfoque sistêmico para a elaboração de um diagnóstico do sistema de produção implementados pelos “pecuaristas familiares” do município de Canguçu -RS. Com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre a origem e atual situação sócioagroeconomica destes “tipos” de “pecuaristas familiares”, é que se tornou fundamental a utilização dos conceitos elaborados a partir do enfoque sistêmico.

3.2. O Enfoque Sistêmico no Estudo da “Pecuária Familiar”

Quando nos propomos a aprofundar os conhecimentos sobre a “pecuária familiar”, foi observado, através dos estudos já realizados, que se tratava de um universo de agricultores com uma realidade diversa e complexa. Para compreender melhor a natureza destes agricultores foi empregada a concepção de *sistemas*.

Neste trabalho, para balizar o que é um *sistema*, foi utilizado o seguinte conceito. *Um sistema* pode ser definido como um conjunto de elementos em interação dinâmica, organizado em função de um objetivo Rosnay, (1975). Esta interação dinâmica pode ser mais bem compreendida quando observamos que os *sistemas* são abertos, e mantêm

relações/interações entre o ambiente físico, biológico, social, cultural, econômico e entre os outros *sistemas* que constituem o seu entorno. Há também diferentes níveis hierárquicos dentro e entre os *sistemas*, que se inter-relacionam através de fluxos internos e externos. Os fluxos que podemos observar em um *sistema* são o de matéria (insumos, produtos), de trabalho, de informações, de energia, econômicos, sociais e culturais, e são estes fluxos que determinam as dinâmicas dos diferentes sistemas.

Mas para conseguir estudar e analisar os *sistemas* é necessário delimitar as fronteiras do que é um *sistema* neste trabalho. Para tanto se considerou a unidade de produção como um sistema básico. A unidade de produção agrícola (UPA) pode ser entendida como um *sistema* diverso e dotado de relações/interações internas e externas onde o agricultor e sua família constituem a parte central do mesmo.

Lima et al (1995) ao analisar a unidade de produção vista como um *sistema* a designou como sendo;

“um todo organizado e estruturado que não responde a critérios simples e uniformes de otimização e que não pode ser considerada como a simples justaposição de setores de produção, tampouco como a adição de meios e técnicas de produção. Ao observar e analisar uma unidade de produção como um *sistema* implica, antes de tudo, considerá-la em seu conjunto, isto é, as inter- relações e interações existentes entre seus elementos, para depois analisá-la em suas partes” (Lima et al, p. 46. 1995).

Para Dufumier (1996) a análise sistêmica baseia-se na aquisição progressiva de conhecimento, partindo do geral para o particular. Assim, o estudo começa com as relações que o objeto em estudo tem com o mundo, com o país onde está localizado até chegar a níveis mais específicos, como no caso, a unidade de produção. É preciso ainda observar que na análise sistêmica não se busca apenas situar o objeto de estudo no espaço, mas também sua evolução no tempo. Deve-se buscar conhecer a relação do objeto de estudo com o passado, ou seja, sua importância relacionada com os aspectos históricos. Com base no passado pode-se responder e/ou compreender melhor as relações/interações ambientais, culturais, sociais e econômicas nos sistemas que são encontrados atualmente.

No presente estudo ao pesquisar os agricultores familiares que implementam a “pecuária familiar” em seus sistemas de produção, foi possível traduzir o quão importante e elucidativo é o enfoque sistêmico. Em regiões como a de Canguçu, a evolução da história, as interações sociais, ambientais, econômicos e culturais entre os agricultores e o seu entorno, trazem a tona diversos fatos que desvendam ações, estratégias e dinâmicas que estes agricultores utilizam e que muitas vezes não são compreendidas pelos atores sociais da região.

3.3. Referencial Teórico

Nesta seção são abordados os principais conceitos elaborados a partir do enfoque sistêmico, pois os entendimentos destes conceitos são fundamentais para a compreensão dos resultados obtidos através deste método de pesquisa.

3.3.1. Sistema Agrário

Uma das etapas fundamentais quando se realiza um estudo baseado no enfoque sistêmico, é a reconstituição da evolução dos sistemas agrários da região de estudo. Para tanto é necessário se ter em mente o que é um sistema agrário. Assim para Mazoyer e Roudart (1997), um sistema agrário se configura pela “exploração do meio historicamente constituído e durável, um sistema de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado que responde às condições e às necessidades do momento”.

Este conceito desenvolvido por Mazoyer e Roudart (1997) demonstra que um sistema agrário se forma dos fluxos existentes entre as variáveis que configuram o meio (região) onde esta inserido o agricultor e as ações do mesmo sobre estas variáveis. As variáveis que conformam um sistema agrário são as seguintes: as transformações ocorridas historicamente no ambiente original através das ações antrópicas, estas ações correspondem principalmente à implementação de cultivos/criações (plantas e animais); instrumentos de

trabalho utilizados (máquinas e ferramentas); a força de trabalho e divisão social do trabalho; a forma de artificialização do meio (técnicas de produção); e as relações de troca existentes entre os diversos sistemas que interagem na região.

Ainda para os citados autores, o conceito de sistema agrário deve ser empregado para “caracterizar e avaliar as transformações que afetam em longo prazo o conjunto ou um conjunto dominante de estabelecimentos agrícolas de uma região ou país, e também para compreender as condições e conseqüências econômicas e culturais implicadas em suas evoluções e em suas diferenciações”. É desta forma que o conhecimento da evolução histórica dos sistemas agrários de uma região pode esclarecer ações e dinâmicas produtivas que são desenvolvidas nos sistemas de produção da região de estudo na atualidade.

3.3.2. Sistema de Produção

O sistema de produção é definido por Dufumier (1996), como “uma combinação mais ou menos coerente no espaço e no tempo de certa quantidade de força de trabalho (familiar, assalariado, etc.) e de distintos meios de produção (terra, máquinas, instrumentos, sementes, etc.) com a intenção de obter diferentes produções agrícolas, vegetais ou animais”.

Ainda segundo o mesmo autor, “nos sistemas de produção é importante analisarem-se as relações de concorrência entre as espécies vegetais e animais que se estabelecem pelos recursos naturais disponíveis, também as relações de sinergia e de complementaridade relacionadas à utilização destes recursos, e por fim a distribuição e a repartição da força de trabalho e dos meios de produção entre os sub-sistemas de cultivo e de criação. É importante identificar a coerência e a complexidade interna dos sistemas de produção”.

3.3.3. Sistema de Cultivo

Segundo Dufumier (1996), em nível da parcela, o sistema de cultivo pode ser definido como “a combinação da força de trabalho e dos meios de produção utilizados para obter uma ou mais produções vegetais. Dessa forma, a parcela se apresenta como sendo uma superfície de terreno homogênea quanto os cultivos praticados na sua ordem de sucessão e das técnicas empregadas”. Segundo o mesmo autor para compreendermos e analisarmos os sistemas de cultivo é necessário que observemos alguns pontos básicos:

- a evolução da população vegetal: o crescimento e o desenvolvimento das plantas cultivadas, sua adaptação ao meio, sua rotação no tempo, etc;
- os itinerários técnicos praticados, são as combinações lógicas e ordenadas das técnicas empregadas;
- o nível das produções obtidas e os efeitos do sistema sobre a reprodução da fertilidade.

3.3.4. Sistema de Criação

Para Landais et al., 1987, um sistema de criação é formado por “componentes inter-relacionados e organizados pelo homem, com o objetivo de valorizar recursos por intermédio de animais domésticos, para deles se obter produtos variados (ovos, leite, carne, etc) ou para responder a determinadas necessidades como tração, e lazer. Os componentes destes sistemas são: o agricultor e suas práticas; os animais agrupados em lotes, tropas ou populações; e o ambiente biótico e abiótico”. Dufumier (1996) acrescenta que “o enfoque dos sistemas de criação difere geralmente dos sistemas de cultivo pelo fato de que as considerações temporais não serem as mesmas que para as produções vegetais, e que as quantidades de animais são muito mais limitadas. Não se pode, portanto, comparar totalmente o rebanho à parcela e nem o animal à planta”.

No estudo da “pecuária familiar” os sistemas de criação foram essenciais para compreender e formar os tipos de agricultores familiares que implementam a “pecuária familiar”. Neste contexto foi necessário analisar os diferentes manejos utilizados nos sistemas de criação. Assim definimos manejo como sendo, o conjunto de tratos animais implementados em nível de uma categoria animal.

3.4. ETAPAS DO ESTUDO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO IMPLEMENTADOS PELOS “PECUARISTAS FAMILIARES” DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU- RS

Nesta seção são descritos os procedimentos necessários para construir um diagnóstico com base no enfoque sistêmico. Serão explicitadas as etapas que foram seguidas neste método de pesquisa e como foi realizada cada etapa deste estudo.

3.4.1. Coleta e Tratamento dos Dados Secundários

A primeira forma de abordagem ao tema de pesquisa ocorreu através da revisão bibliográfica sobre a agricultura familiar e a “pecuária familiar”. A partir destes dados bibliográficos foi possível formar um conceito inicial sobre a “pecuária familiar”. Posteriormente se passou a executar as etapas do estudo dos sistemas de produção.

Primeiramente, com base nos conceitos do enfoque sistêmico, foi necessário formar uma base de dados sobre a região de estudo. Esta aproximação inicial com a região de estudo foi alcançada através da compilação e o tratamento de dados estatísticos, de mapas, de cartas topográficas e de documentos históricos existentes. Estes dados foram obtidos por meio de fontes secundárias, ou seja, através de informações coletadas e tratadas por diversos órgãos ou instituições como Emater- RS, FEE, IBGE, bibliotecas (publicações acerca da região), entre outras fontes.

Desta maneira é possível realizar um esboço preliminar da região para conhecer o clima, o relevo, a cobertura vegetal, o solo, a estrutura fundiária, a demografia, a economia, a infra-estrutura, entre outros indicadores. Com estes dados foi possível começar a visualizar, de forma geral, algumas tendências e dinâmicas sociais, culturais, econômicas e agronômicas da região de estudo.

Como ocorre em grande parte dos municípios do Brasil, há uma escassa bibliografia sobre fatos históricos do município de Canguçu. As dificuldades em obter documentos que elucidem fatos que formaram a história do município, tornam esta etapa do estudo bastante árdua pois exige que se tenha um olhar criterioso sobre o material existente para que não haja distorções dos fatos históricos que formam a realidade atual da região.

3.4.2. Leitura da Paisagem

A etapa subsequente à aproximação da realidade da região por meio de dados secundários é a observação da paisagem desta região. Segundo Santos (1988), “Paisagem se refere a tudo que vemos, o que a vista alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc”. Por meio da leitura da paisagem pode-se levantar informações sobre a realidade local que não foi possível obter através da restituição pelos dados secundários. Informações como as formas de exploração do ambiente, as práticas agrícolas, além de permitir ao pesquisador observar a distribuição dos diversos sistemas de produção pelo território da região de estudo, e desta forma formular hipóteses sobre as razões históricas da formação e distribuição destes sistemas.

Para realizar a leitura da paisagem do município de Canguçu foi necessário percorrer a totalidade da zona rural deste município. Para tanto foram necessárias saídas de campo, que ocorreram no mês de outubro de 2002 e fevereiro de 2003, onde foram percorridos cerca de

1.200 quilômetros pelas estradas dos 5 sub-distritos que formam o município. Esta extensa quilometragem percorrida na leitura da paisagem se deve principalmente a grande área territorial que possui o município, com 3.518 km². Durante o percurso, a preocupação foi analisar e identificar as principais características da região, como os ecossistemas, o relevo, as atividades agrícolas relacionadas com cada região, etc. Além disso, observou-se os “tipos” de agricultura, isto é, os tipos de cultivos e de criações desenvolvidas, a estrutura fundiária, as técnicas praticadas, as espécies e o tamanho dos rebanhos, as formas de uso dos diferentes recursos naturais e as infra-estruturas sociais e produtivas.

3.4.3. O Resgate dos Fatos Históricos Ligados a Evolução da Sociedade, Agricultura e Economia da Região de Estudo

O resgate histórico da formação e ocupação da região de estudo possibilita compreender as transformações que ocorreram nas diversas áreas que formam a sociedade local como a das relações sociais, culturais, econômicas, agrônômicas e ecológicas. Estes fatos históricos também são importantes para que sejam verificadas hipóteses formuladas a partir da leitura da paisagem.

Para efetuar esta etapa do estudo foram utilizadas, além de dados secundários, entrevistas individuais com “informantes- chave”, que normalmente são os moradores mais antigos na região, que são capazes de fornecer dados que auxiliam na explicação de fenômenos que são observados na atualidade. Os dados colhidos através das entrevistas com os “informantes- chave” juntamente com a bibliografia consultada, forneceu subsídios para que se elaborasse a evolução dos sistemas agrários de Canguçu, que esta presente no item 4.4 deste trabalho.

3.4.4. Pré-Tipologia dos Sistemas de Produção Implementados Pelos “Pecuaristas Familiares” de Canguçu: uma primeira forma de organização dos dados obtidos, para melhor visualização do objeto de estudo

Após a primeira etapa de análise dos dados obtidos pelas entrevistas a “informantes-chave” e por fontes secundárias, observou-se que existiam diversos “tipos” de agricultores que desenvolviam a “pecuária familiar”. Diferenças como, a zona agroecológica onde se desenvolveram os sistemas de produção, a origem destes agricultores, assim como, se possuem alguma fonte de renda não-agrícola, promoveu o agrupamento destes agricultores em uma pré-tipologia destes sistemas de produção.

A pré-tipologia forneceu uma primeira visualização dos sistemas de produção desenvolvidos pelos “pecuarista familiares”, desta forma foram estabelecidos alguns parâmetros para se definir os agricultores que se inseriam dentro do objetivo do estudo. Com a pré-tipologia as saídas de campo foram dinamizadas/potencializadas, pois foi parcialmente possível “identificar” os agricultores que desenvolviam a “pecuária familiar”, e os entrevistar. A partir desta primeira organização se buscou identificar os sistemas de produção praticados por cada “tipo” de agricultor que implementa a “pecuária familiar” na região.

3.4.5. Coleta e Sistematização dos Dados Primários na Elaboração da Tipologia dos Sistemas de Produção Implementados Pelos “Pecuaristas Familiares” do Município de Canguçu- RS

Com o auxílio das etapas anteriores (3.4.1, 3.4.2, 3.4.3 e 3.4.4) se passou a trabalhar diretamente com o foco da pesquisa, ou seja, os agricultores que desenvolvem a “pecuária familiar” no município de Canguçu. Para tanto foi elaborado um roteiro de entrevistas num formato que atendesse as necessidades do estudo. Desta forma se organizou um questionário semi-estruturado contendo questões abertas e fechadas (roteiro em anexo, item

7). As questões qualitativas contidas no roteiro são abertas, já as de cunho quantitativo são fechadas.

As perguntas “abertas” foram organizadas para que pudessem explicar o comportamento dos agricultores frente à necessidade de garantir a reprodução socioeconômica de suas propriedades agrícolas familiares. Já a parte com perguntas fechadas foi construída com a preocupação de levantar os dados necessários para caracterizar os tipos de sistemas de produção implementados por estes agricultores. O roteiro foi organizado desta forma para que, além de alcançar o objetivo da pesquisa, que é aprofundar os conhecimentos sobre o “pecuarista familiar”, facilitar o processamento dos dados obtidos.

Foram definidos e selecionados 45 indicadores de cunho sócioagroeconômico para caracterizar os agricultores entrevistados que estão descritos no item 3.5. As entrevistas foram feitas de forma não-aleatória, onde se buscou entrevistar somente os agricultores que desenvolvessem em seus sistemas de produção com base na pecuária de corte. Para distinguir os “pecuaristas familiares” dos demais pecuaristas da região, foram identificados os sistemas de criação utilizados por estes criadores. Desta forma se identificou dois sistemas de criação de gado de corte, com modo de pastejo extensivo e que utilizam mão de obra familiar. Estes sistemas de criação consistem na bovinocultura de cria de terneiros e na bovinocultura de cria e recria de novilhos.

Outra característica utilizada, foi entrevistar agricultores que possuíssem propriedades com até 300ha, pois segundo dados obtidos em estudos preliminares elaborados pela Emater-RS sobre a “pecuária familiar” propriedades acima deste tamanho não se encaixariam dentro dos parâmetros que definiriam este tipo de agricultor. Além da utilização destes indicadores (mesuráveis ou concretos) para determinar quais agricultores deveriam ser entrevistados, foram também utilizados dados subjetivos obtidos através de conversas informais com agricultores, comerciantes, representantes públicos enfim através de informações que levaram a formação de alguns parâmetros “subjetivos” que indicassem

que tipos de agricultores desenvolviam a “pecuária familiar” nesta região. Não foi buscada uma representatividade estatística da amostra, mas sim uma abrangência capaz de englobar a diversidade de sistemas de produção que implementam a “pecuária familiar” nesta região.

As saídas de campo ocorreram nos meses de outubro de 2002 e fevereiro de 2003, onde foram percorridos cerca de 1200 quilômetros pelos 5 sub-distritos que formam o meio rural de Canguçu foram entrevistados 21 estabelecimentos rurais possuindo as características acima descritas. Foram realizadas entrevistas nas localidades de Florida, Potreiro Grande e Iguatemi no 2º sub-distrito; Cerca de Pedra, Venda da Lagoa, Coxilha do Fogo e Boa Vista no 3º sub-distrito; Coxilha dos Piegas, Coxilha Três Pedras e Rincão dos Marques no 4º sub-distrito; Alto da Cruz e Armada no 5º sub-distrito. Não foram realizadas entrevistas no 1º sub-distrito pelo fato de não ter sido observado a presença de sistemas de produção que praticavam a criação de gado de corte.

Depois de realizadas a entrevista junto aos agricultores, se passou para o processamento e sistematização dos dados obtidos. Para este fim foi elaborada pelo autor uma planilha no programa aplicativo “Excel” que atendesse as necessidades do estudo. Com o processamento dos dados coletados pela planilha, se obteve novos indicadores que foram importantes para a elaboração da tipologia dos sistemas de produção, e também para confrontar com hipóteses que surgiram durante o estudo.

Os valores dos insumos, equipamentos, máquinas, construções e dos produtos vendidos pelos agricultores foram obtidos junto aos próprios agricultores e comércio local. Também buscou-se outra fonte para confrontarmos estes valores, como os fornecidos pela Emater-RS. Desta forma confrontando dados de mais de uma fonte diminuimos o risco de utilizar valores super ou sub dimensionados, que derivariam em indicadores destorcidos.

3.5.INDICADORES UTILIZADOS NA CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO IMPLEMENTADOS PELOS “PECUARISTAS FAMILIARES” DE CANGUÇU

Nesta seção são apresentados os indicadores agroeconômicos que foram utilizados para compor-se a tipologia dos sistemas de produção implementados pelos “pecuaristas familiares” de Canguçu. Estes indicadores buscam auxiliar na compreensão da racionalidade que os agricultores utilizam em seus sistemas de produção a fim de otimizar recursos escassos.

Os indicadores que utilizamos na análise agroeconômica destas propriedades foram adaptados de Defumier (1996), e são as seguintes:

- **Superfície Total (ST)** corresponde à área total da propriedade (Unidade de produção) que engloba as áreas utilizadas na produção e as de preservação;
- **Superfície Agrícola Útil (SAU)** é a área utilizada para gerar produto agrícola, ou seja, é a área destinada aos cultivos e criações ($SAU \leq ST$);
- **Unidade Trabalho/Homem (UTH)** é o indicador que quantifica a mão-de-obra por unidade, ou seja, é a quantidade trabalhada por unidade de mão-de-obra. Uma UTH equivale a 2400 horas anuais ou 300 dias/ano trabalhando 8 horas diárias. Este indicador é o somatório total de UTH da propriedade (mão-de-obra familiar utilizada na propriedade mais a mão-de-obra familiar utilizada em atividades extra-agrícolas como também a mão-de-obra contratada, permanente ou temporária, utilizada na propriedade);
- **Unidade Trabalho/Homem Total (UTH Total)** é o indicador que quantifica somente a mão-de-obra utilizada nas atividades agrícolas, seja ela familiar ou contratada;

- **Unidade Trabalho/Homem Familiar** (UTH Familiar) é o indicador que quantifica somente a mão-de-obra familiar utilizada na agricultura;
- **Unidade Trabalho/Homem Contratada** (UTH Contrat.) é o indicador que quantifica somente a mão-de-obra contratada utilizada na propriedade;
- **Produto Bruto** (PB) é o valor final dos produtos e serviços gerados durante um ano agrícola pela unidade de produção (UDP), tais como: a produção vendida, produção consumida pela família, a produção estocada, produção utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros e a variação do rebanho animal. Podemos calcular o PB com a seguinte fórmula:

$$PB = \sum (Q_{pv} * PrV) + \sum (Q_{pCons} * PrCons)$$

Onde:

Q_{pv} quantidade da produção vendida;

PrV preço que foi vendido o produção;

Q_{pCons} quantidade da produção consumida pela família;

$PrCons$ preço que o produção consumida pela família teria se fosse comprado no mercado local.

- **Consumo Intermediário** (CI) é o valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos destinados ao processo de produção. São considerados intermediários porque, através do trabalho e dos demais meios de produção, vão agregar valor num produto final;
- **Depreciação** (D) corresponde à fração do valor dos meios de produção adquiridos de outros agentes (máquinas, equipamentos, instalações, etc.) que não são integralmente consumidos no decorrer de um ciclo de produção. São bens que sofrem desgaste no decorrer do processo produtivo, ou seja, ele sofre desgaste e por consequência perde valor. Essa desvalorização pelo uso é chamada de depreciação do capital fixo (D). Os valores da depreciação anuais foram obtidos através da seguinte expressão matemática (INCRA/FAO, 1999):

D = Valor Avaliado/Vida Útil Restante

- **Valor Agregado Bruto (VAB)** é utilizado para avaliar a atividade produtiva da unidade de produção. O VAB mede especificamente o valor (riqueza) gerado pela unidade de produção durante um ano, sem contar a depreciação dos meios de produção e é calculada da seguinte forma:

$$\text{VAB} = \text{PB} - \text{CI}$$

- **Valor Agregado Líquido (VAL)** corresponde à riqueza gerada pela unidade de produção, indicada pelo VAB, menos as depreciações dos meios de produção, portanto:

$$\text{VAL} = \text{VAB} - \text{D}$$

- **Divisão do Valor Agregado (DVA)** corresponde aos gastos que o agricultor tem com custos como o de arrendamento, de juros, de impostos e de salários.
- **Renda Agrícola (RA)** é a parte do VAL que fica com o agricultor após subtrairmos o DVA. É utilizado para remunerar o trabalho familiar e/ou aumentar o patrimônio e é calculado da seguinte forma:

$$\text{RA} = \text{VAL} - \text{DVA}$$

- **Renda Não-Agrícola (RNA)** é o montante de recursos financeiros provenientes de atividades não-agrícolas, de aposentadorias, de aluguéis, etc., recebidas por membros da família;
- **Renda Total (RT)** é somatório da renda agrícola (RA) e da renda não-agrícola (RNA).

Com a obtenção destes indicadores, foi possível derivar outros indicadores que auxiliassem na análise dos sistemas de produção implementados pelos agricultores entrevistados em Canguçu, e correspondem aos seguintes:

- Superfície agrícola explorada por unidade de trabalho homem = **SAU/UTH Total**;
- Produtividade física = **VAL/SAU**;
- Produtividade da força de trabalho familiar mais contratada = **VAL/UTH Total**;
- Produtividade da força de trabalho familiar = **VAL/UTH Familiar**;
- Remuneração total da mão-de-obra disponível no estabelecimento = **RT/UTH Total**;
- Remuneração total da mão-de-obra familiar = **RT/UTH Familiar**;
- Remuneração total da superfície agrícola útil = **RT/SAU**;
- Remuneração agrícola da mão-de-obra agrícola = **RA/UTH Total**;
- Remuneração agrícola da mão-de-obra agrícola familiar = **RA/UTH Familiar**;
- Remuneração agrícola da superfície agrícola útil = **RA/SAU**;
- Participação do Produto Bruto oriundo da produção animal sobre o Produto Bruto Total (%)= **PB animal/ PB Total * 100**
- Participação do Produto Bruto oriundo da produção vegetal sobre o Produto Bruto Total (%)= **PB vegetal/ PB Total * 100**
- Participação do Produto Bruto consumido na unidade de produção sobre o Produto Bruto Total (%)= **PB subsistência/ PB Total * 100**
- Área destinada a Pecuária/ SAU (%)= **[(Área Campo Nativo+ Área Pastagem Cultivada) / SAU] * 100**

A seguir são descritos os indicadores utilizados para caracterizar e analisar os sistemas de criação desenvolvidos nos sistemas de produção dos “pecuaristas familiares” de Canguçu :

Unidade Animal (UA), para a formação do indicador de Unidade Animal (U.A.), considerou-se a frequência de cada categoria e também sua idade média, conformando uma tabela de conversão de cabeças para Unidade Animal, utilizado por Mielitz Neto, 1994. Os valores utilizados foram:

Touros e animais de trabalho – 1,2 UA

Vacas e novilhas com mais de 2 anos – 1,0UA

Bois e novilhos com mais de 2 anos – 1,0UA

Novilhos e novilhas entre 1 e 2 anos – 0,6 UA

Terneiros e terneiras - 0,4 UA

- **Lotação do campo**, corresponde à área em hectares destinada a cada unidade animal dentro da unidade de produção e calcula-se da seguinte forma;

Unidade Animal/ (Área de Campo Nativo (ha) + Área de Pastagem Cultivada (ha))

- **UA/ UTH Total**, o número de UA destinada a cada UTH familiar ou contratada na unidade de produção;
- **Desfrute (%)**, indica o número de animais comercializados sobre o número total de animais no rebanho;

(Animais Comercializados em um ano agrícola/ Rebanho Total)* 100

3.6.ELABORAÇÃO DA TIPOLOGIA FINAL DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO IMPLEMENTADOS PELOS “PECUARISTAS FAMILIARES” DE CANGUÇU

Para construir a tipologia final dos sistemas de produção dos “pecuaristas familiares”, foram utilizados os indicadores econômicos e agrônômicos que foram descritos no item 3.5. Ao todo foram utilizados 45 indicadores econômicos e agrônômicos, além de dados como o sistema de criação e manejo empregado na propriedade, modo de comercialização, zona

agroecológica de ocorrência, origem do agricultor e rendas não agrícolas. É necessário compreender que na elaboração da tipologia final estes indicadores não foram utilizados de forma estática, mas sim com o intuito de formamos intervalos que demonstrassem dinâmicas empregadas nos diferentes sistemas.

A tipologia final chegou a três tipos de sistemas de produção que são implementados pelos “pecuaristas familiares” em Canguçu, e são eles os “pecuaristas familiares tradicionais”, os “pecuaristas familiares pluriativos” e os “pecuaristas familiares comerciais”. A caracterização e análise detalhada destes três tipos esta presente no item 4.5 do próximo capítulo deste trabalho. Além dos três “tipos” de “pecuaristas familiares” que foram identificados e analisados, também foram caracterizados três agricultores que desenvolvem a pecuária com mão de obra familiar na região, estas três propriedades formam os estudos de caso deste trabalho.

Dos 21 agricultores entrevistados 8 entrevistas não puderam ser utilizadas nem na tipologia dos sistemas de produção, nem como estudo de caso por serem sistemas de produção únicos ou por não serem “pecuaristas familiares”. Através da tipologia pode-se identificar e hierarquizar as estratégias socioeconômicas que cada tipo de “pecuarista familiar” vem praticando, possibilitando o delineamento das tendências destes sistemas de produção.

3.7.CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Na conclusão deste trabalho será elaborado um “conceito” sobre o que é a “pecuária familiar” no município de Canguçu. Este “conceito” foi abordado na conclusão do trabalho pelo fato que foi necessário primeiramente analisar os resultados da pesquisa deste trabalho, contidos no capítulo 4, para que se construísse um “conceito” consistente e que represente a realidade.

Para a construção deste “conceito” foi necessário recorrer a uma revisão bibliográfica sobre o tema da agricultura familiar, para que se pudesse avaliar se os tipos de “pecuaristas familiares” estudados condizem com o conceito de agricultura familiar. Após a análise dos resultados também serão feitas algumas propostas e perspectivas sobre a “pecuarista familiar” no município e na região.

4. ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU-RS

4.1. Caracterização do Município de Canguçu

O município de Canguçu foi fundado em 28 de janeiro de 1857, e encontra-se na região conhecida como a “serra do sudeste” dentro da “metade sul” do estado do Rio grande do Sul. Esta região possui uma altitude média de 450 metros e o clima predominante é o sub-tropical semi-úmido.

Possuindo uma área de 3518 km² Canguçu limita-se ao norte com Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal, ao sul com Pedro Osório, ao leste com Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul, ao oeste com Piratini. As principais vias de acesso à Canguçu são a BR-392, que liga Pelotas a Santa Maria, e corta o município no sentido sudeste-noroeste, e a RST-265 que liga a sede do município a São Lourenço do Sul.

A população total, segundo dados do censo demográfico (IBGE-2000), é de 51.427 residentes os quais 17.685 cidadãos ou 34,40% da população residem na zona urbana, e 33.742 cidadãos ou 65,60% da população reside nas áreas rurais. A economia de Canguçu é essencialmente agropastoril, e conta com uma agricultura diversificada, destacando-se o milho, feijão, fumo e a fruticultura. A pecuária desempenha um importante papel na economia do município que possui um expressivo rebanho bovino de corte e de leite.

Os dados do censo agropecuário de 1995/96 do IBGE demonstram que a atividade agrícola mais desenvolvida nas propriedades do município é a pecuária, principalmente a bovina. São 25,5% dos estabelecimentos se dedicam apenas a esta atividade, e 35% dos estabelecimentos possuem lavoura com um cultivo anual juntamente com a pecuária totalizando 60,5% dos estabelecimentos envolvidos nesta atividade.

São utilizadas para a agricultura 314.849ha do quais 125.000ha ou 40,0% da área agricultável representam pastagens naturais e plantadas, e 73.935ha ou 23,5% possuem lavouras anuais e pastagens totalizando 198.935ha ou 63,5% da área total ligada a pecuária (IBGE, 1995-96). O rebanho bovino está estimada em 176.167 cabeças, mas a pressão pastoril, que mede o número de unidades animais por hectare e, portanto a maior ou menor utilização das áreas pastoris pelos rebanhos, é baixa no município obtendo o valor de 1,15 UA/ha, sendo que a média dos municípios da região é de 1,26 UA/ha (IBGE, 1995-96).

Este dado nos revela que a pecuária desenvolvida em Canguçu é de caráter extensivo, mas sem a informação se é rentável ou não, ou então se estes agricultores são de caráter patronal ou familiar o que é imprescindível na análise da situação atual destes agricultores.

4.2. Zonas Agroecológicas do município de Canguçu

A observação, delimitação e descrição das zonas agroecológicas existentes no território de Canguçu, é um procedimento de vital importância para a análise das dinâmicas produtivas e sobre a formação dos diversos tipos de agricultores que encontramos nesta região.

Para a obtenção do zoneamento é indispensável à realização da “leitura da paisagem” do município. A “leitura da paisagem” é realizada através de saídas de campo onde se observam os vários elementos que formam a paisagem como o relevo, vegetação, clima, fauna, hidrografia, ação antrópica e a relação entre estes elementos, como foi descrito no item 3.4.2 do capítulo anterior. Através da “leitura da paisagem” de Canguçu se observa a existência de duas zonas distintas. A primeira zona localiza-se a norte-oeste do município

(mapa- 02), nas divisas com os municípios de Piratini e Encruzilhada do Sul, que será denominada de “zona de campo”. A “zona de campo” abrange cerca de 40% da área total do município.

A segunda zona localiza-se a sudeste do município, fazendo divisa com os municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas, Morro Redondo e Cerrito e será denominada de “zona de floresta”, e compreende 60% da área total de Canguçu. Neste item serão descritos os elementos que constituem estas duas zonas agroecológicas de Canguçu.

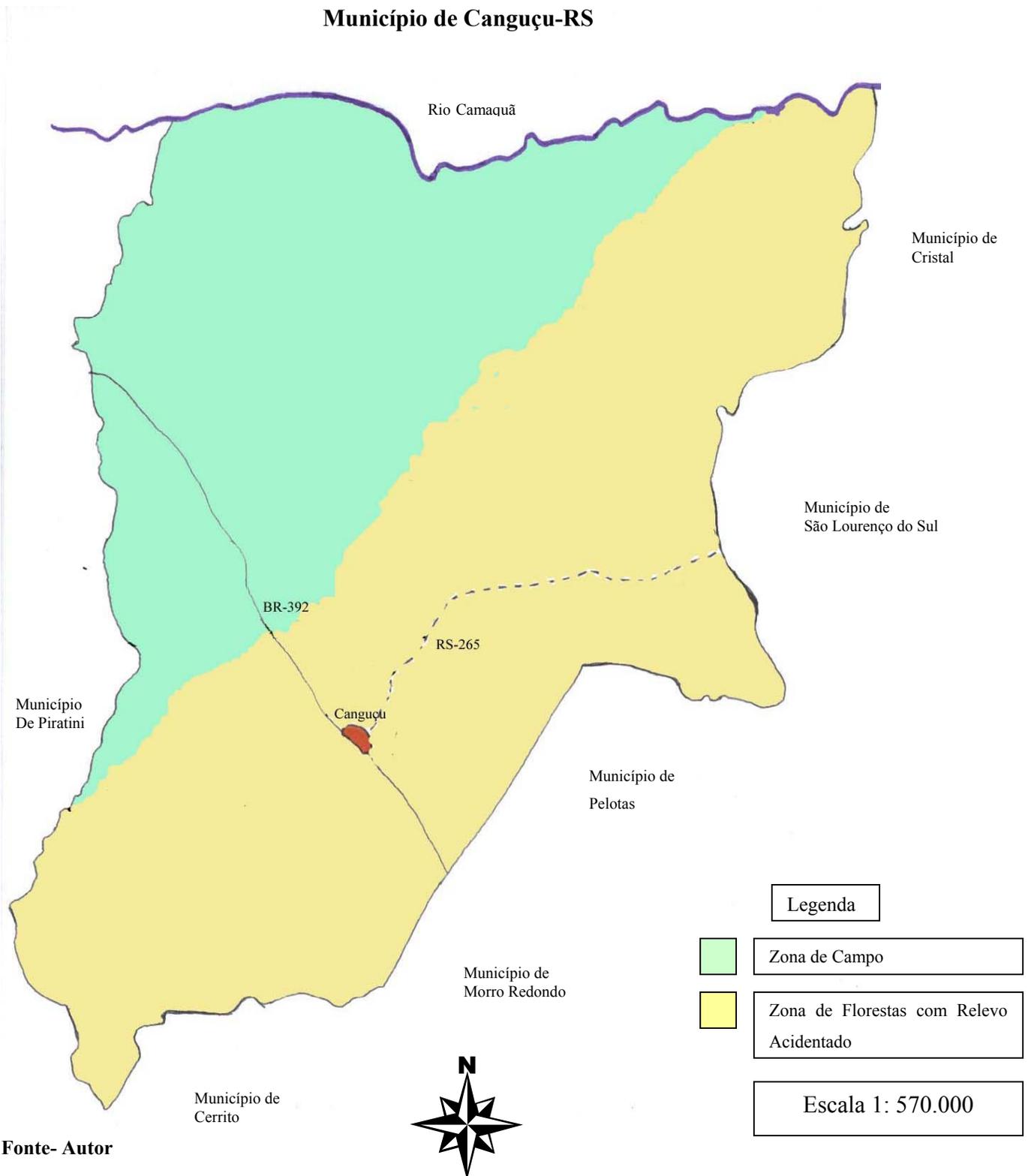
4.2.1. Relevo e Solos

O município de Canguçu se localizado na região da serra do sudeste do Rio Grande do Sul. Esta região pertence à porção sul do complexo cristalino brasileiro, que possui como característica solos formados por rochas graníticas.

O relevo que constitui a região, e o município de Canguçu, é heterogêneo e pode variar do plano a áreas fortemente onduladas com formações de cristas e escarpas. A noroeste do município a região é formada por grandes colinas que possuem um relevo que varia de suave a médio ondulado. Estas são as áreas onde se encontram as grandes extensões de campo nativo do município, que denominamos como “zona de campo” do município.

Ao norte, desta mesma zona, pode-se encontrar algumas áreas formadas por morros e escarpas com altitudes que podem chegar a 500 metros. Estas são as áreas de maior altitude do município e onde ocorrem os afloramentos rochosos desta região. Seguindo ainda ao norte até o limite entre o município de Canguçu e Encruzilhada do Sul encontra-se o rio Camaquã. Nesta região contígua a área de altitude, se observa um relevo de transição formado por lombadas até a planície aluvial do Camaquã.

Mapa-02- Zonas Agroecológicas do Município de Canguçu-RS



Os principais solos que ocorrem na “zona de campo” são o argissolos vermelho-amarelo, argissolos Bruno acinzentado fase rasa, neossolos regolíticos, neossolos aluviais, neossolos litólicos, afloramentos rochosos e associações destes solos.

As áreas leste e sul de Canguçu formam a região que será denominada como “zona de floresta”. Para se compreender a topossequência da zona de floresta será traçada uma linha imaginária que corta esta zona de sul a leste. A sul se nota um relevo com forte ondulação com formação de cristas e escarpas com afloramentos rochosos e altitudes entre 100-200 metros. Seguindo a leste o relevo se torna de transição, no limite com Pelotas há áreas com ondulação média a forte com altitudes de até 100 metros, e no limite com São Lourenço do Sul e Cristal as áreas são com ondulação suave-média.

Os solos que predominam na porção sul da “zona de floresta” são o argissolos bruno acinzentado, argissolos vermelho-amarelo fase rasa, neossolos litólicos e afloramentos rochosos. A área leste os solos que predominam são o argissolos vermelho-amarelo, argissolos bruno acinzentado fase rasa e neossolos litólicos.

4.2.2. Vegetação Nativa e a Atual Utilização do Meio Natural para a Produção Agropastoril

A vegetação nativa que prevalece na “zona de campo” na região da serra do sudeste são as pastagens formadas por diversas espécies de gramíneas e leguminosas forrageiras nativas do estado. Nesta zona também se encontra a presença de florestas de galeria preservadas que acompanham os arroios da região. Em algumas áreas encontram-se capões e capoeiras altas cercadas pelo campo nativo.

Como nesta zona a principal forma de exploração do meio esta centrada na pecuária de corte extensiva, a vegetação nativa continua muito preservada. Além de grandes extensões

de campo nativo, os principais cultivos desenvolvidos nesta zona são as pastagens cultivadas, o milho e o florestamento com eucaliptos.

A “zona de floresta” é a que recebeu maior impacto da ação antrópica sobre a sua vegetação nativa. Originalmente a região era constituída por uma floresta subtropical arbustiva, onde se encontravam espécies como a aroeira, capororoca, araquá, pitangueira, camboim, cerejeira, carvalho, cedro, canjerama, erva-mate, guajuvira, tarumã, pau-ferro, camboatá, entre outras (Emater, 1992). Com a crescente ocupação da zona grande parte da floresta nativa foi retirada para dar lugar a glebas para cultivos anuais como o milho, feijão, fumo e formação de pastagens nativas e cultivadas e pomares de frutíferas. Outro fator que contribuiu para a diminuição da área de floresta, foi a utilização da madeira em construções rurais e como fonte de energia nos secadores de fumo e fogões a lenha.

Com a lei de proibição de corte de florestas que possuam espécies nativas, que foi regulamentada pelo CONAMA e é fiscalizada pelo IBAMA, há atualmente uma ampliação das áreas de floresta com espécies nativas nesta zona. O que se pode observar na paisagem da região recentemente são glebas de cultivos anuais, principalmente milho, feijão e fumo intercaladas por áreas de capões, capoeirões e florestas mais desenvolvidas.

Atualmente se nota o desenvolvimento de áreas de reflorestamento com espécies como os eucaliptos e acácia negra, com a finalidade de abastecer o mercado de lenha do município.

4.2.3. Hidrografia

O maior rio do município de Canguçu é o rio Camaquã. Este rio traça o limite norte do município, e fica distante (cerca de 60km) da sede de Canguçu. O abastecimento de água da sede é feito através de um poço artesiano. O rio Camaquã também não contribui para o abastecimento de água do meio rural de Canguçu.

No meio rural as duas zonas agroecológicas do município possuem uma rede hidrográfica formada por sangas e arroios, que abastecem a população rural, pois não há a presença de grandes rios que corte estas regiões. Alguns dos principais arroios que formam a rede hidrográfica da “zona de campo” são o Pantanoso, Farroupilha, Faxinal, Passo do Cambão, das Pedras, Santo Antônio entre outros. Já a “Zona de floresta” é abastecido pelos arroios Moinho, Grande, Pelotas, Camundongo, Remanso, Gaspar, Sapato entre outros.

4.2.4. Clima

O clima do município de Canguçu é do tipo subtropical, com temperatura média anual variando entre 18° C a 23°C. As temperaturas mínimas que ocorrem na região atingem 0,8°C e as máximas podem chegar a 38,8°C. Na região da Serra do Sudeste há abundante formação de geadas entre os meses de abril a setembro, sendo que, em alguns anos, pode-se observar a ocorrência de neve. Esta grande ocorrência de geadas e temperaturas baixas influem grandemente na formação e qualidade das pastagens nativas que são utilizadas na alimentação do gado de corte.

4.3.A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU

A reconstituição histórica dos sistemas agrários do município de Canguçu tem como principal objetivo elucidar a origem dos agricultores familiares que hoje implementam o sistema de produção com base na pecuária extensiva.

Como descrito no zoneamento agroecológico realizado na região, o município apresenta duas zonas distintas. Uma zona é formada por colinas e pastagens e localiza-se a norte-oeste do município; a segunda zona possui um relevo mais acidentado e florestas como vegetação e localiza-se a sul-leste. As diferenças ecológicas e ambientais destas zonas imprimiram diversas formas de ocupação das mesmas, assim como o desenvolvimento de distintos sistemas de produção por parte dos agricultores e produtores rurais locais. Em função destes fatores aborda-se a evolução dos sistemas agrários de Canguçu, contemplando as peculiaridades de cada zona e a influência destas no desenvolvimento dos sistemas agrários.

4.3.1. Descrição e análise das diferentes fases na evolução dos sistemas agrários

A região da Serra do Sudeste, onde se encontra o município de Canguçu, foi palco de diversos momentos da trajetória histórica da ocupação portuguesa no Rio Grande do Sul. São fatos que influenciaram e marcaram a história do município; fatos estes que atuaram diretamente nos sistemas agrários do município e na sua evolução. São cerca de 250 anos de trajetória histórica desta região que se tenta descrever e analisar durante a evolução dos cinco sistemas agrários que se constituíram nesta trajetória. Estes sistemas agrários se encontram sistematizados no Quadro 01.

4.4. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE CANGUÇU-RS

4.4.1. Os primeiros ocupantes da região de Canguçu

Após a chegada dos desbravadores portugueses ao Brasil, começaram a surgir grandes focos de migração de povos indígenas para novas regiões no território brasileiro. Na Região Sul do Brasil não foi diferente, e antes da chegada dos militares da coroa portuguesa por volta de 1725, aqui já se encontravam os jesuítas. Os primeiros relatos que se tem sobre os índios que habitavam a região sul datam de 1605, onde Pesavento (1990) relata a presença de reduções do Mampituba até o Gravataí, que segundo a autora, por volta de 1640 foram abandonadas, e os índios migraram para as terras existentes na outra margem do rio Uruguai.

O gado que criavam, que foi trazido para a região pelos jesuítas, foi abandonado pela dificuldade de transpor o rio Uruguai com os rebanhos. Estes acabaram se reproduzindo livremente e ocupando os campos que encontrassem, o que originou o enorme rebanho de gado vacum no Rio Grande do Sul que ficou conhecido como a “*Vacaria Del Mar*” e na porção mais meridional do estado como “*Vacaria Del Sur*”. Com a fundação da cidade de Rio Grande no ano de 1737 os militares portugueses começaram a fazer incursões às regiões conhecidas como “*serra dos Tapes*” e do “*Herval*”, na região onde se encontram as terras do município de Canguçu.

Segundo Bento (1983), os Tapes em Canguçu, sob a direção dos jesuítas, passaram a formar ali uma guarda avançada para obstruir as incursões portuguesas nas 11 estâncias jesuíticas que abasteciam de gado os Sete Povos das Missões. Estas estâncias jesuíticas se formaram nesta região em decorrência da existência de um caminho natural de ligação com os municípios de Rio Pardo e Santa Maria, que servia como ponto estratégico de acesso aos Sete Povos das Missões. Como pode-se observar, os índios Tapes, que se encontravam na Região Sul do país, foram influenciados pelos jesuítas portugueses, tanto em sua cultura como na agricultura.

Em Canguçu, os Tapes ocuparam principalmente a zona de campo onde se encontravam os rebanhos de gado. A criação do gado ocorria praticamente de forma livre, e fornecia a carne, a graxa e o couro; para tanto havia apenas a necessidade de capturar o animal, o que é conhecido no Rio Grande do Sul como a “*preia do gado*”. A erva-mate, nativa em diversas regiões do Rio Grande do Sul, era coletada para ser utilizada na alimentação, assim como frutos e raízes. A zona de floresta do município também era utilizada pelos Tapes. Nesta zona, os Tapes praticavam a agricultura de “*coivara*” para a produção de alimentos, como mandioca e milho. A agricultura de “*coivara*” empregada pelos Tapes consistia na derrubada e queimada da vegetação de áreas destinadas aos cultivos, semelhante à agricultura de queimada, contudo neste tipo de agricultura ocorria um rodízio das áreas produtivas, com isso, as florestas se regeneravam o que conservava a fertilidade dos solos. As áreas de cultivo eram dimensionadas conforme a necessidade de alimentação da tribo. Com a construção do forte de São Gonçalo em 1755, os Tapes deixam a região, fato este que proporcionou o início da ocupação portuguesa na região.

4.4.2. A Formação da Estância na “Zona Agroecológica de Campo”

Com a saída dos Tapes, inicia-se na região a ocupação do território do município a partir do ano de 1756. Os primeiros ocupantes europeus a habitar a região foram os militares portugueses. Para a distribuição das terras, a coroa portuguesa introduziu o regime “sesmarial⁵” e passaram a distribuir concessões para o uso das mesmas. As sesmarias distribuídas para os militares ocuparam principalmente a “zona de campo”, principalmente nas divisas com os municípios de Piratini e Encruzilhada do Sul. Nesta zona já existiam rebanhos de gado “xucro”, e era uma zona de importância estratégica para a coroa portuguesa.

Mas o povoamento iniciado em 1756 foi interrompido em função da invasão espanhola ocorrida pelo litoral (cidade de Rio Grande) em 1763, liderada pelo general Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires. As terras de Canguçu permaneceram sob domínio Espanhol

⁵ Segundo LAYTANO (1983), uma sesmaria equivale a aproximadamente 13.068 ha.

até o ano de 1777, quando foram retomadas pelo exército português, segundo Pesavento (1990). Com a retomada da região pelos portugueses, as terras da “zona de campo” foram concedidas principalmente aos militares portugueses (Dragões, majores, alferes, tenentes). Estes militares, por possuírem vastos campos, procuraram desenvolver a pecuária de forma extensiva, pois já havia nesta zona rebanhos de gado bovino se reproduzindo livremente.

Para trabalhar na “*lida*” do gado, os militares donos das estâncias, trouxeram soldados de confiança de suas tropas e, posteriormente, vieram escravos negros para auxiliar no trabalho. A “*lida*” com o gado consistia em fazer “*rodeios*”, que serviam para contar e marcar o gado além de “acostumar” o gado à presença humana. Também havia as “*invernadas*”, em que os peões conduziam o gado para áreas onde houvesse melhores pastagens para a engorda. O gado que alcançava o tamanho e peso desejado era levado para ser comercializado nas indústrias charqueadoras localizadas em Pelotas. Segundo Fontoura (2000), o tempo de abate da preia do gado na época das charqueadas era definido pela quantidade de gordura e pelo peso do animal, ou espessura do couro, o que levava cerca de 6 a 7 anos.

Um dos fatos mais relevantes relativo às estâncias no século XIX (principalmente a partir de 1870), é referente ao início do cercamento das mesmas. Com o início do cercamento das propriedades, o estancieiro passa a demarcar de forma material a sua propriedade, fechando o acesso aos não-proprietários, como acrescenta Kliemann (1986). Os fatores que levaram os estancieiros ao início do cercamento de suas propriedades também contribuíram para que se alterasse a organização, estrutura social e produtiva da estância. Dentre os vários fatores que influíram para o cercamento das estâncias, o mais relevante está ligado ao “poder”, que representa a concentração de terras no estado.

<p>Período</p> <p>Variáveis</p>	<p>Os Primeiros Ocupantes do Território de Canguçu, os Índios “TAPES”, presentes na região nas duas Zonas Agroecológicas até 1755</p>	<p>A formação da estância na ocupação da “Zona de Campo” no período de 1756 a 1925</p>	<p>A formação da agricultura familiar pelos imigrantes e descendentes de imigrantes na ocupação da “Zona de Floresta” no período de 1756 a 1960</p>
<p>Leitura da paisagem do período</p>	<p>“Zona de Campo” formada por colinas de relevo suave ondulado e a vegetação formada por pastagens, capões e matas de galeria “Zona de Floresta” formada por um relevo mais acidentado com escarpas e cristas ao sul, e a leste há colinas com relevo médio ondulado, e a vegetação é formada por uma floresta subtropical arbustiva</p>	<p>“Zona de Campo” formada por colinas de relevo suave ondulado, e a vegetação formada por pastagens, capões e matas de galeria</p>	<p>“Zona de Floresta” formada por um relevo mais acidentado ao sul com áreas de florestas mais preservadas e a leste o relevo formado por colinas médio onduladas que gradualmente foram desmatadas para dar lugar à produção agropecuária</p>
<p>Principais atividades agroflorestais e de transformação</p>	<p>Caça, pesca e captura do gado selvagem</p>	<p>Criação de Gado, ovelhas, porcos e aves, e pequenas áreas de agricultura para subsistência</p>	<p>Milho, feijão, fumo, batata e pomares de pêssego, laranja Criação de gado de leite e gado de corte em pequena escala</p>
<p>Instrumentos e equipamentos</p>	<p>Equipamentos manuais</p>	<p>Equipamentos manuais Tração animal e cavalos para montaria</p>	<p>Equipamentos manuais Tração animal (com arado e carroça)</p>
<p>Força de trabalho</p>	<p>Própria e livre</p>	<p>Familiar, contratada e escrava (até 1888)</p>	<p>Principalmente familiar, contratada e parceria em menor escala</p>
<p>Modo de artificialização do meio</p>	<p>Coleta, pesca e caça (do gado “bagual”) Agricultura de queimada</p>	<p>Criação de gado extensiva, e agricultura de queimada em pequenas áreas</p>	<p>Agricultura convencional com cultivos anuais e perenes e formação de pastagens nativas e cultivadas</p>
<p>Modo de acesso ao fundiário</p>	<p>Grupal, tribos</p>	<p>Individual: Título (regular), arrendamento e parceria e posse</p>	<p>Individual: Título (regular), arrendamento, parceria e assentamento.</p>
<p>Principais categorias sociais</p>	<p>Jesuítas e índios</p>	<p>Estancieiro, capataz, peões, famílias de agregados e escravos (até 1888)</p>	<p>Agricultores familiares e comerciantes</p>
<p>Excedentes agrícolas</p>	<p>Não haviam</p>	<p>Gado para indústria de charque(criado e capturado), milho e feijão, trigo</p>	<p>Milho, feijão, trigo, fumo, batata, frutas, leite e gado</p>
<p>Fatores que influenciaram para a transição para outro Sistema Agrário</p>	<p>Concessão das primeiras sesmarias aos militares portugueses (forma de manter o território), e formação das primeiras estâncias com criação de gado extensivo na “zona de campo”; chegada dos casais açorianos (1780), que iniciaram o cultivo agrícola na “zona de Floresta”</p>	<p>Final de escravidão (1888), Declínio da indústria saladeril com a chegada dos frigoríficos e diferenciação dos sistemas de produção das estâncias</p>	<p>Introdução de novas técnicas aos sistemas de produção dos agricultores familiares, como o uso de adubação química, agrotóxicos e sementes híbridas Êxodo rural</p>

Continua...

...continuação

Período Variáveis	A diferenciação dos Sistemas de Produção da Estância na “Zona de Campo” no período de 1926 aos dias atuais	Os Sistemas de Produção da Agricultura Familiar na “Zona de Floresta” de 1960 aos dias Atuais
Leitura da paisagem do período	“Zona de Campo” formada por colinas de relevo suave ondulado e vegetação formada por pastagens, capões e matas de galerias, pouco modificadas da paisagem natural	Ao sul da “zona de floresta”, nas áreas mais acidentadas a paisagem é formada por áreas de cultivo e pastagem entremeadas por áreas de florestas regeneradas, a leste nas colinas de relevo médio ondulado se observam mais áreas de cultivo e pastagens e pouca floresta, além de mata de galeria acompanhando os arroios em toda a zona
Principais atividades agroflorestais e de transformação	Cria e cria de Gado de corte e ovinos	Milho, feijão, fumo, batata e pomares de pêssego, laranja Criação de gado de leite e gado de corte em pequena escala
Instrumentos e equipamentos	Equipamentos manuais Tração animal, cavalos para montaria e em menor escala a motomecanização (trator, arado, roçadeira)	Equipamentos manuais Tração animal (com arado e carroça) Pouca moto-mecanização
Força de trabalho	Contratada e familiar em menor escala	Principalmente familiar, contratada e parceria em menor escala
Modo de artificialização do meio	Criação de gado extensiva, e agricultura convencional de cultivos anuais em algumas áreas	Agricultura convencional com cultivos anuais e perenes e formação de pastagens nativas e cultivadas
Modo de acesso ao fundiário	Individual: Título (regular) e arrendamento	Individual: Título (regular), arrendamento, parceria e assentamento
Principais categorias sociais	Proprietário das terras, peões contratados e comerciantes (atravessadores)	Agricultores familiares, comerciantes, trabalhadores autônomos e aposentados e assentados
Excedentes agrícolas	Gado bovino vivo para os frigoríficos	Milho, feijão, fumo, batata e frutas (pêssego, laranja) Leite, e gado

Fonte- Dados da pesquisa 2002-2003

É importante salientar que o Estado havia passado por um período de guerra, de 1835 a 1845. Ao final da guerra, os oficiais revolucionários, que eram estancieiros, se tornaram oficiais do exército brasileiro. Estes entraram em acordo com o governo central para que não houvesse nenhuma distribuição de terras entre os que lutaram, somente a aquisição de mais terras pelos que já a possuíam, ou seja, os próprios estancieiros. Como enfatiza Fontoura (2000), a estrutura social do Rio Grande do Sul estava ligada à terra, segundo uma estrutura de patentes militares que coincidia com a participação no poder. O poder estava nas mãos dos estancieiros, que não abriram mão da concentração do mesmo, por isto, um fato importante no estado é o começo do cercamento dos campos.

O que se pode concluir é que o cercamento das propriedades não foi a causa que influenciou a mudança da estrutura das estâncias, mas sim uma das conseqüências da mudança desta estrutura. Até então, a estância era formada pelo capataz, peões, agregados e escravos, todos com suas famílias, menos os escravos. Os peões, os escravos e o capataz trabalhavam com a lida do gado, nos “*rodeios*” nas “*invernadas*” e também nas “*tropeadas*”, que conduziam o gado para o abate nas indústrias charqueadoras. Todos que trabalhavam na estância com suas famílias recebiam áreas para produção de alimentos para seu próprio consumo, e muitas vezes também possuíam sua própria criação de gado. Já os agregados recebiam áreas para desenvolverem apenas a produção de alimentos para si e para a estância.

O início do cercamento, juntamente com o final da escravatura, contribuiu para que houvesse uma ruptura neste sistema “patriarcal” até então vigente nas estâncias. Rompido o sistema “patriarcal”, os empregados e os agregados não poderiam mais residir com suas famílias dentro dos limites da propriedade. Este fato é bem ilustrado por Queiroz (1977), demonstrando que, com estas mudanças, várias famílias de agregados tomaram o rumo das cidades, pois dentro da estância apenas o capataz podia ter mulher e filhos. Os peões não podiam ter família junto ao trabalho. A mesma autora também complementa que, antes de cercados os campos, o peão podia se casar, tornar-se posseiro, e continuar em seu ofício original.

Como não podiam mais permanecer nas estâncias com suas famílias, os peões e os agregados foram obrigados a migrar. Possivelmente parte destas famílias migrou para as cidades mais próximas da região em busca de moradia e trabalho, mas há a hipótese de que algumas destas famílias pudessem ter ocupado pequenas áreas ainda não habitadas no município de Canguçu. Áreas que não foram ocupadas por possuírem o relevo muito acidentado e, por isso não, apresentarem as melhores condições para a agricultura. Áreas como as que ocorrem na “zona de floresta”, ao sul de Canguçu, nas divisas com os municípios de Morro Redondo e Cerrito.

Essas famílias de peões, de agregados e até alguns ex-escravos que talvez tenham ocupado esta região da “zona de floresta” do município, possivelmente possam ter implementado um sistema de produção muito parecido com aquele praticado nas estâncias. Assim, podem ter desenvolvido nesta zona além do cultivo para sua subsistência a criação de gado bovino. O que se pode concluir sobre esta hipótese é que a origem de um ou mais sistemas de produção com base na pecuária está profundamente ligada às mudanças na organização social e produtiva que ocorreram na estância no final do século XIX.

Outro fator que gerou uma profunda mudança no sistema de produção das estâncias foi a introdução do processo de frigorificação da carne, em substituição a conservação pela salga da carne. Segundo Pesavento (1990), as empresas frigoríficas chegam ao Rio Grande do Sul a partir do ano de 1917, a primeira foi a Armour em Santana do Livramento, após foi Rio Grande em 1918 (com a Swift) e em Pelotas a chegada da primeira empresa frigorífica ocorre em 1924. A estratégia dos frigoríficos era simples, construir as indústrias próximas à matéria-prima e, ao mesmo, tempo dismantelar as antigas charqueadas.

A diminuição da produção na indústria charqueadora com a entrada dos frigoríficos multinacionais modifica o sistema de criação do gado nas estâncias, imprimindo aos pecuaristas uma nova dinâmica produtiva capaz de atender aos seus interesses. A mudança do sistema de produção das estâncias culmina com a mudança do sistema agrário da região, tema que se aborda posteriormente.

4.4.3. A Formação da Agricultura Familiar pelos Imigrantes e descendente de Imigrantes na Ocupação da “Zona Agroecológica de Floresta”, no Período de 1756 a 1925

Nesta seção, abordou-se, mais detalhadamente, fatos relevantes à ocupação da “zona de floresta” de Canguçu. A ocupação da “zona de floresta” iniciou juntamente a chegada dos militares que ocuparam a “zona de campo” em 1756, mas há profundas diferenças na forma de ocupação destas duas zonas.

A ocupação da “zona de floresta” ocorreu de forma menos acelerada se comparada a “zona de campo”. Enquanto que as áreas de campo foram distribuídas através da concessão de sesmarias aos militares, as áreas de floresta de Canguçu, por sua vez, foram sendo ocupadas gradativamente por imigrantes e descendentes de imigrantes que receberam extensões de terra menores ao chegarem à região, o que ocorreu em três momentos distintos no decorrer deste período.

O primeiro momento ocorreu com a chegada dos imigrantes açorianos em 1756. A estes primeiros imigrantes desta zona foram concedidas “*dadas de terra*”⁶ a cada família açoriana. A região onde os açorianos se estabeleceram localiza-se próximo à sede atual do município, mais precisamente na localidade de Canguçu-Velho, em uma zona de transição de relevo, formado por áreas médio onduladas, entremeadas por áreas mais acidentadas.

O segundo momento ocorreu por volta de 1850 com a chegada de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães. No município de São Lourenço do Sul, vizinho ao município de Canguçu, por volta de 1830, estabeleceu-se uma das primeiras colônias de imigração alemã na região sul do estado. Com o rápido crescimento das famílias, os colonos começaram a subdividir as áreas recebidas⁷, até que isto não fosse mais possível,

⁶ Uma “dada de terra” corresponde a cerca de 272ha

⁷ Segundo Roche (1969), os imigrantes alemães recebiam 160.000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, incluindo, cavalos, vacas, bois.

tendo então que adquirir novas áreas. É desta forma que começa a expansão da fronteira agrícola dos imigrantes no sul do estado, com a migração dos colonos alemães para áreas menos produtivas, mas ainda desocupadas, como era o caso do município de Canguçu. As áreas ocupadas pelos colonos alemães se localizam a leste de Canguçu e no limite com o município de São Lourenço do Sul, em uma região formada por um relevo que varia de suave a médio ondulado.

O terceiro momento de ocupação da “zona de floresta” se dá por volta de 1875, quando chegaram à região os imigrantes italianos. Estes imigrantes receberam cerca de 24ha por família, mas que precisava ser pago depois de um prazo de carência. As áreas recebidas se encontravam ao sul do município, em uma região que não havia sido ocupada por possuir um relevo acidentado de difícil acesso e com as piores condições para a agricultura desta zona.

Como as áreas recebidas eram pequenas, em um curto espaço de tempo os italianos começaram a adquirir novas áreas para os seus filhos. Como buscavam assegurar a sua autonomia realizando diversas atividades agrícolas em suas propriedades, todo lucro que obtinham com a venda de excedentes era investido na aquisição de áreas adjacentes à propriedade. Os imigrantes das diversas etnias que ocuparam essa zona, desenvolveram em suas propriedades sistemas de produção parecidos, tanto no que se refere aos cultivos como nas técnicas produtivas.

Nas áreas recebidas, os imigrantes desenvolviam uma produção diversificada em que primava a subsistência da família. Os principais cultivos eram o milho, feijão, trigo, linho, cânhamo, abóbora, mandioca, fumo⁸ e pomares além de pequenas criações como gado de leite e aves. Na produção utilizavam mão-de-obra familiar e equipamentos manuais, como enxadas e machados, além de arados de tração animal. Como as áreas eram cobertas por matas, os imigrantes utilizavam a técnica de queimadas para a preparação das áreas a serem produzidas.

⁸ O cultivo do fumo foi introduzido pelos imigrantes alemães e posteriormente desenvolvido pelos agricultores das diversas etnias desta zona.

Como se pode observar, na “zona agroecológica de floresta” do município de Canguçu, se constituíram pequenas propriedades com agricultores de diversas etnias, que desenvolvem sistemas de produção diversificados e utilizam a mão-de-obra familiar na produção. Um fato relevante que começa a demonstrar projeção nessa zona nas primeiras décadas do século XX, é referente à crescente importância da produção leiteira nas pequenas propriedades. Mesmo com uma produção em pequena escala, visando à subsistência da família, a venda da produção excedente representou uma fonte de renda estável para a aquisição de produtos que não fossem produzidos na propriedade.

Para o desenvolvimento da produção leiteira, as propriedades desta zona necessitaram implantar áreas de pastagens, para a alimentação dos animais, com isso desmatando parte de suas áreas. Com a expansão das áreas de pastagens, começou a se observar o desenvolvimento da pecuária de corte nos sistemas de produção. O ingresso da criação de gado de corte nas pequenas propriedades da “zona de floresta” pode estar ligado à lógica produtiva deste tipo de agricultor, que visa à diminuição do “risco⁹” na produção agropecuária.

Estes agricultores que começaram a implementar a criação de gado de corte em seus sistemas de produção, na “zona de floresta” de Canguçu, possivelmente podem ter sido os que deram origem a um ou mais tipos de agricultores que desenvolveram a “pecuária familiar” nesta zona.

⁹ O “risco” ao qual se referi pode ser representado pela “incerteza” que o agricultor possui ao decidir sobre o uso de recursos em um só cultivo e/ou criação. O termo “incerteza” faz menção a imprevisibilidade das adversidades ambientais e comerciais, que poderiam gerar um desabastecimento da propriedade, o que não é aceitável dentro da lógica produtiva deste tipo de agricultor. Maiores informações sobre o assunto são analisadas por Ricardo Abramovay no livro “*Paradigmas do capitalismo Agrário em Questão*”, capítulo 3 paginas 86-90, no item intitulado “o *minimizador de riscos*”.

4.4.4. A Diferenciação dos Sistemas de Produção da Estância na “Zona Agroecológica de Campo” no Período de 1925 aos Dias Atuais.

Como já mencionado, as empresas frigoríficas chegaram ao Rio Grande do Sul a partir de 1917, e a Pelotas em 1924, com o frigorífico, “Anglo de Pelotas”, segundo Pesavento (1990). Com a diminuição da produção de charque, os pecuaristas passaram a comercializar o gado com as empresas frigoríficas, que, por sua vez, passam a imprimir aos pecuaristas uma nova dinâmica produtiva que atendesse aos seus interesses.

Para as empresas frigoríficas, multinacionais inglesas, que se instalaram na região, o importante era que houvesse escala na criação de gado e melhor qualidade da carne. Estes fatores incidiram diretamente sobre o sistema de criação utilizado pelos pecuaristas da região. As principais mudanças técnicas exigidas pelos frigoríficos se referiam ao “tempo de abate” e a “qualidade da carne” do gado criado nas estâncias.

Para conseguir efetuar as mudanças no sistema de criação do gado, foi necessário que o estancieiro começasse a gerir de forma mais direta a criação do gado. A criação que se dava livremente nos campos passou a ser controlada, tornou-se necessário, por exemplo, saber quantas cabeças de gado existiam na estância, controlar a reprodução e porcentagem de mortalidade do gado, e a produzir pastagem (azevém, aveia) para a alimentação do gado. Os pecuaristas que introduziram estas mudanças nos seus sistemas de criação conseguiram, por exemplo, reduzir o tempo de abate do gado, que era em média de 6 anos, para 4,5 anos.

Mas parte dos pecuaristas manteve inalterado o sistema de criação. Várias hipóteses podem ser levantadas para explicar os motivos que levaram estes pecuaristas a não modificar suas práticas. O alto investimento, a falta de linhas de crédito, o despreparo dos criadores, a falta assistência técnica, fatores culturais e sociais podem ser alguns dos motivos que levaram a um desenvolvimento desigual da pecuária na “Metade Sul” do Estado.

O que se começa a observar é o início de uma diferenciação¹⁰ dos sistemas de produção desenvolvidos pelos pecuaristas da “zona de campo” de Canguçu. Nos extremos desta diferenciação, encontra-se os “pecuaristas tradicionais¹¹” e os “pecuaristas empresariais¹²”. Os “pecuaristas empresariais” em Canguçu se localizam em propriedades que fazem divisa com o município de Piratini. São agricultores que possuem propriedades com até 2.000ha, criam gado extensivamente, mas têm uma grande escala de produção por ter introduzido novas técnicas ao seu sistema de criação. Estas inovações estão ligadas principalmente à genética, ao manejo e à alimentação do gado. O “pecuarista empresarial” tem sua principal fonte de renda obtida através da comercialização do gado com os frigoríficos, o que demonstra um forte vínculo comercial com os mesmos.

No outro extremo, estão os agricultores que desenvolvem a pecuária “tradicional”. Em grande parte, estes agricultores conservou praticamente inalterados os seus sistemas de produção, baseados na criação extensiva de gado. Estes agricultores que não alteraram significativamente seu sistema de produção, gradualmente, se descapitalizaram em função da baixa escala de produção que obtinham. Outro fator que influenciou para a diminuição da escala produtiva e descapitalização do “pecuarista tradicional” diz respeito à diminuição das áreas produtivas das propriedades.

A redução das propriedades pode estar ligada a dois fatores. O primeiro fator pode ser relativo a questões econômicas, como as crises que a pecuária de corte já passou, e que

¹⁰ O termo “diferenciação” se refere ao distanciamento das dinâmicas dos sistemas de produção desenvolvidos pelos agricultores que criavam gado extensivamente nesta zona. Até então as lógicas produtivas e técnicas criatórias pouco diferiam entre os diversos agricultores desta zona. A medida que surgem novas exigências à produção de gado por parte dos frigoríficos, os sistemas de criação tornam-se cada vez mais heterogêneos, o que dará origem a diversos sistemas de produção com base na pecuária extensiva no município de Canguçu.

¹¹ A diferenciação entre estes dois sistemas de produção que correspondem aos extremos da pecuária gaúcha pode ser definida como cita Fontoura, 2000, p. 91: “A pecuária tradicional (ciclo longo) e a pecuária empresarial (ciclo curto), estão assim divididas pela diferença nos tempos de produção e a racionalidade dos negócios, cujas variáveis são: manejo, genética, alimentação e sanidade”.

Mesmo sendo o “tempo de produção” um dos principais diferenciais entre os sistemas de produção implementados pelos pecuaristas gaúchos, existem ainda outras variáveis que influem na dinâmica produtiva destes agricultores. Variáveis ligadas a fatores ambientais, comerciais, culturais e mesmo ligados a sua identidade social.

¹² Introduzido à nota 1.

levariam à venda de parte das propriedades para a manutenção da renda da mesma. O segundo fator se refere à divisão da propriedade pelos herdeiros, que durante gerações sucessivas subdividiram as propriedades sem aquisição de novas áreas, o que resultou na formação de propriedades relativamente pequenas para o desenvolvimento em escala da pecuária de corte extensiva.

A diminuição das áreas de criação influenciou diretamente sobre o volume de produção, gerando maiores dificuldades econômicas a este tipo de agricultor. O que se observa atualmente é que parte dos “pecuaristas tradicionais” formou um tipo de agricultor que passou a se denominar de “pecuarista familiar”. O “pecuarista familiar” que se formou nesta zona é um tipo de agricultor que atualmente se encontra descapitalizado, e o principal fator que causou esta descapitalização pode estar ligado à área produtiva de sua propriedade que é relativamente reduzida para desenvolver a criação de gado extensiva. Por estar descapitalizado, praticamente não utiliza mão-de-obra contratada, apenas a familiar.

Para parte destes agricultores, a pecuária de corte deixou de ser sua principal fonte de renda, podendo muitas vezes possuir uma fonte de renda não-agrícola, como uma aposentadoria ou uma pensão, para a manutenção de sua renda. Diferentemente do pecuarista empresarial, o familiar está inserido parcialmente no mercado comercial da bovinocultura. Isto ocorre pelo fato de ele não desenvolver em escala comercial a criação de gado, assim comercializa o gado eventualmente, quando necessita complementar sua renda.

4.4.5. O Desenvolvimento dos Sistemas de Produção com Base na Agricultura Familiar na “Zona de Floresta”, no Período de 1960 aos Dias Atuais

Na década de 1960, grande parte da “zona de floresta” já se encontrava ocupada, principalmente por imigrantes e seus descendentes e também por ex-peões, famílias de agregados e ex-escravos que trabalhavam nas estâncias. Já se observava um grande número de pequenas propriedades com até 50ha, resultado do fracionamento das propriedades,

ocorrido pela divisão aos herdeiros, e também porque as famílias não obtinham lucro suficiente na produção agropecuária para adquirir novas áreas.

Por possuírem pequenas propriedades, muitas vezes localizadas em áreas com relevo acidentado e solos de baixa fertilidade, os agricultores desta zona implementavam sistemas de produção que primavam pela subsistência da família. Por este motivo, o cultivo do milho e do feijão, produzido de forma tradicional,¹³ se tornou o mais difundido e praticado pelos agricultores desta zona. Até por volta das décadas de 1950-60, os agricultores da “zona de floresta” de Canguçu continuavam a produzir sem que houvesse a introdução de grandes mudanças técnicas.

Com o começo da “Revolução Verde” na década de 1960, inicia-se a difusão de novas técnicas produtivas, que visavam aumentar a produtividade dos cultivos através da “modernização” das técnicas tradicionais de produção. Como se sabe estes “pacotes tecnológicos” envolviam a introdução de vários insumos, como sementes “melhoradas”, herbicidas, inseticidas, adubos químicos e o uso de motomecanização com tratores e seus implementos.

O que se observa em Canguçu, é que os agricultores familiares começam a utilizar algumas destas técnicas em seus sistemas de produção principalmente no que se refere à aquisição de sementes e adubos químicos, e em menor escala os agrotóxicos. Em função dos solos rasos e pedregosos da região, houve uma pequena utilização da tração mecanizada, sendo a tração animal a principal força de tração utilizada nas propriedades.

Os agricultores que passaram a utilizar insumos como sementes e adubos químicos em sua propriedade obtiveram um aumento da produtividade de seus cultivos, principalmente em função de os solos possuírem uma baixa fertilidade na região. Conseqüentemente, estes agricultores conseguiram melhorar a sua renda, e desta forma aplicar em novos cultivos que

¹³ A forma “tradicional” de cultivo se refere a utilização de insumos, principalmente sementes e implementos agrícolas, produzidos na própria propriedade ou na região. Desta forma a propriedade gera uma maior autonomia em relação ao mercado deste tipo de insumos, conseguindo muitas vezes comercializar seus excedentes a menores preços.

obtivessem melhor preço de venda. Já parte dos agricultores não passou a utilizar estas novas técnicas, por estar descapitalizada ou por motivos culturais. Gradativamente estes agricultores foram se tornando menos competitivos no mercado e, por obterem produções menores, foram se descapitalizado. Este fato unido a adversidades ambientais que ocorreram na região, principalmente secas, resultou na saída de muitas famílias do meio rural de Canguçu.

Segundo dados do IBGE (2000), em 1970 a população rural de Canguçu era de 57.364 habitantes passando para 33.742 habitantes em 2000, uma redução de 41,17%¹⁴. Mas esta população rural não migrou para a sede do município, pois houve também um decréscimo da população total do município, que passou de 62.626 habitantes em 1970 para 51.427 habitantes em 2000. Além de o êxodo rural estar ligado a fatores referentes à estagnação da produção agrícola de parte dos agricultores da região, há também fatores externos à região que também colaboraram para a saída destas famílias do campo. Fatores como as crises que se abateram sobre o setor agrícola durante as ultimas décadas, em que os preços de mercado, como, por exemplo, os pagos pelo milho, variaram muito e, por muitas vezes, não cobriram os custos de produção. A falta de políticas públicas, como seguro agrícola ou compensações em casos de secas, e o isolamento de diversas famílias que residem em áreas de difícil acesso, também, impulsionaram o êxodo rural que ocorreu no município.

Os agricultores que conseguiram permanecer na agricultura passaram a desenvolver algum cultivo comercial que lhes pudesse conferir uma melhor renda. É desta forma que as indústrias integradoras chegam à região e começam a trabalhar junto aos agricultores familiares desta zona. Este tipo de indústria trabalha com os agricultores formalizando um contrato com os mesmos. Neste contrato, a indústria se responsabiliza pela assistência técnica e os insumos, e o agricultor fornece a terra e a mão-de-obra, mas é obrigado a vender toda a produção para esta indústria pelo preço que ela avaliar.

¹⁴ Um fato relevante sobre o êxodo rural do município diz respeito à forma como ocorreu grande parte das saídas destas famílias do campo. Ao invés de tentar vender suas propriedades, as famílias apenas as abandonaram deixando casa e terra para trás. É o que se conhece como "Taperas" do município, e segundo dados da prefeitura de Canguçu até o ano 2000 já totalizavam cerca de 792 taperas.

As principais indústrias integradoras que se encontram trabalhando em Canguçu são as fumageiras de Santa Cruz do Sul. Atualmente o cultivo do fumo é realizado pelos descendentes de alemães, e tem demonstrado ser muito lucrativo para estes agricultores. Presentemente, diversos agricultores familiares estão passando a introduzir o cultivo do fumo em seus sistemas de produção, sendo este cultivo o que mais cresce em área no município. Mesmo se dedicando ao cultivo do fumo, este tipo de agricultor também desenvolve um sistema de produção diversificado, cultivando milho, feijão e, às vezes a criação de gado de leite, porcos e aves.

Outro sistema de produção que se encontra nesta zona é o que tem base na produção leiteira. A produção leiteira em pequena escala começa a ganhar força a partir das primeiras décadas do século XX. Na década de 1960-70 pode-se observar que vários agricultores, principalmente os descendentes de imigrantes alemães, italianos e açorianos, já possuem na produção leiteira a sua principal produção comercial. Este tipo de agricultor, produtor de leite, possui uma lógica produtiva que essencialmente visa à subsistência da família. Em função desta lógica, possuem sistemas de produção diversificados, mas que tem sua base na produção de alimentos que atendam sua necessidade alimentar, como o milho, feijão e o leite.

Os produtores de leite temendo sair do mercado, em função da baixa escala produtiva obtida em suas propriedades, formaram uma cooperativa, a COPAL, que atualmente possui cerca de 600 associados. É desta maneira que estes pequenos produtores de leite da região conseguiram se manter ativos e competitivos.

Nesta zona, ainda se pode observar outros tipos de agricultores familiares. São agricultores que têm a sua origem como peões, e famílias de agregados que trabalhavam nas estâncias, e também descendentes de imigrantes açorianos e italianos. São agricultores que foram para áreas ainda não ocupadas em Canguçu. Estas áreas se localizavam ao sul, na divisa com os municípios de Cerrito e Morro Redondo. São as áreas que possuem o relevo mais acidentado do município. Possivelmente este seja o principal motivo pelo qual estas áreas foram as últimas a serem ocupadas em Canguçu.

Possuindo pequena propriedade (com até 50ha), mas com solos com menor fertilidade, este tipo de agricultor familiar normalmente obtém baixas produtividade, sendo, dentre os agricultores desta zona, o que se encontra em pior situação econômica. São sistemas de produção que têm como base o cultivo de milho e feijão, que é utilizado para subsistência da família e venda do excedente. Nos sistemas de produção que são desenvolvidos por estes agricultores, também se observa a criação de gado de corte, gado de leite, porcos e aves todos em pequena escala. Há também sistemas de produção que implementam a produção de pêssegos e também tomates em estufa. No manejo dos cultivos, a principal forma de tração utilizada é a animal, além de equipamentos manuais, como grande parte dos agricultores da “zona de floresta”.

No município de Canguçu, também se encontram diversos assentamentos da reforma agrária. Até 2002 eram de 16 assentamentos dispersos pela região, onde estão assentadas mais de 460 famílias. Estes agricultores também desenvolvem a agricultura familiar visando a produção para a subsistência da família.

Como se pode notar, os agricultores familiares desenvolvem diversos sistemas de produção, onde pode se encontrar múltiplos sistemas de cultivo e de criação, mas que possuem algo em comum, a base familiar de produção.

4.5. CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO IMPLEMENTADOS PELOS “PECUARISTAS FAMILIARES” DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU-RS

Neste item são caracterizados os diferentes sistemas de produção que são implementados pelos “pecuaristas familiares” de Canguçu. Segundo os objetivos deste trabalho o diagnóstico dos sistemas de produção, que foi realizado no município, priorizou pela análise mais detalhada de um dos “tipos” de sistemas de produção que se encontram nesta região, a dos agricultores que praticam a “pecuária familiar”.

Como exposto nos itens 3.4.1 a 3.4.5, que demonstram as etapas necessárias para se elaborar um diagnóstico dos sistemas de produção, foi possível identificar três “tipos” de agricultores familiares que possuem a pecuária de corte como base de seus sistemas de produção. Ao construir a tipologia dos sistemas de produção empregados pelos “pecuaristas familiares”, foi observado que a utilização de indicadores qualitativos foram de suma importância para se compreender, dentro de suas dinâmicas, as peculiaridades de cada sistema.

Do mesmo modo pode-se ressaltar que a utilização de indicadores qualitativos se traduz em um esforço no sentido de desconstruir a conotação negativa que se atribuiu às tipologias de sistemas de produção, em função da forma arbitrária com que diversos estudos utilizaram apenas indicadores quantitativos (estáticos) para diferenciar “tipos” de agricultores, embasados apenas por intervalos de valores. É importante observar que um dos objetivos da pesquisa é referente à discussão sobre o cunho “familiar” deste tipo de pecuarista. Grande parte dos conceitos empregados para distinguir os agricultores, como sendo familiares ou não, se balizam por meio de indicadores estanques, como o tamanho da propriedade, e renda total do agricultor, o que por muitas vezes exclui um grande número de agricultores.

4.5.1. “Pecuaristas Familiares Tradicionais” (PFTs) - Herdeiros de Estancieiros e com a Força de Trabalho Envelhecida- Sistema de Produção Tipo- 01

O primeiro sistema de produção pesquisado é composto por pecuaristas que possuem a sua origem nos primeiros donos de grandes extensões de terras no município, os estancieiros. Segundo os relatos dos agricultores entrevistados, as grandes estâncias, pertencentes aos seus bisavôs, foram sendo gradualmente subdivididas entre os herdeiros, que também venderam parte das áreas para o pagamento de dívidas. Como as famílias eram numerosas atualmente estas propriedades dificilmente ultrapassam o tamanho de 100ha.

Estas propriedades encontram-se dispersas pela região, mas o que se pode notar é que há uma maior ocorrência deste tipo de agricultor nas áreas de transição da zona de campo para a zona de floresta, como nas localidades de Coxilha dos Piegas (4º sub-distrito), Alto da Cruz e Armada (5º sub-distrito). Na zona de campo também encontramos localidades com agricultores deste tipo em Coxilha do Fogo e Boa Vista todas pertencentes ao 3º sub-distrito.

Como se pode observar na Tabela 01, estes agricultores possuem normalmente mais de 60 anos e o casal recebe aposentadoria, o que atualmente gera uma renda anual de R\$ 5.200,00. Além da aposentadoria poucos executam alguma atividade não-agrícola, e quando desempenham esta é realizada por algum filho.

Tabela 1 – Intervalo dos indicadores utilizados para caracterizar os “Pecuaristas Familiares Tradicionais” SP-01

Indicadores	Sistema de Produção baseado na “Pecuária Familiar Tradicional”
1) Área total (ha)	36,0 a 107,0
2) Superfície Agrícola Útil (HÁ) (há)	34,5 a 88,0
3) UTH Total	1,3 a 3,3
4) UTH Contratada	0 a 0,2
5) UTH Familiar	1,3 a 3,3
6) Produto Bruto (PB) (R\$)	7.145,0 a 15.090,0
7) Pbanim/Pbtotal %	36,3 a 85,08
8) Pbveg/Pbtotal %	15,0 a 63,8
9) Pbsub/Pbtotal %	20,8 a 54,7
10) Consumo Intermediário (CI) (R\$/ano)	1.489,5 a 5.118,5
11) Depreciação (D) (R\$/ano)	3.563,0 a 9.707,0
12) Valor Agregado Bruto (VAB)(R\$/ano)	5.655,5 a 13.139,5
13) Valor Agregado Líquido (VAL)	2.092,0 a 4.649,0
14) Distribuição do Valor Agregado(DVA)(R\$/ano)	100,0 a 1.500,0
15) Renda Agrícola (RA) (R\$/ano)	1.050,0 a 3.409,0
16) Renda Não Agrícola (RÑA) (R\$/ano)	2.600,0 a 7.200,0
17) Renda Total (RT) (R\$/ano)	5.932,0 a 8.610,0
18) VAB/HÁ (R\$/há/ano)	149,3 a 222,0
20) VAL/HÁ (R\$/há/ano)	39,0 a 110,5
21) RA/HÁ (R\$/há/ano)	25,5 a 81,2
22) RT/HÁ (R\$/há/ano)	130,1 a 225,2
23) VAB/UTH (R\$/UTH/ano)	1.713,8 a 8.403,3
24) VAL/UTH (R\$/UTH/ano)	634,0 a 2.425,0
25) RA/UTH (R\$/UTH/ano)	318,2 a 1.912,0
26) RT/UTH (R\$/UTH/ano)	2355,0 a 5.379,2
27) HÁ/UTH (há/UTH)	8,0 a 53,3
28) VAB/UTHF (R\$/UTH f/ano)	1.713 a 7.963,0
29) VAL/UTHF (R\$/UTH f/ano)	634,0 a 2.800,0
30) RA/UTHF (R\$/UTH f/ano)	627,0 a 2.207,0
31) RT/UTHF (R\$/UTH f/ano)	2.355,0 a 6.207,0
32) Capital Imobilizado- KI Terras (R\$/ano)	54.000,0 a 160.500,0
33) N número Animais/cabeças	25 a 93
34) Aposentadoria	1 a 2
35) Atividade Não Agrícola (Transformação do trabalho)	Não possui ou diarista
36) Origem ¹⁵	1
37) Tipo de Tração Utilizada ¹⁶	3 e 2

Continua...

¹⁵ Origem dos agricultores que desenvolvem a “pecuária familiar” em Canguçu.

1) Descendente dos grandes estancieiros portugueses da região

...continuação

38) Área campo (ha)	28,0 a 85,0
39) Área milho (ha)	5,0 a 10,0
40) Área feijão (ha)	1,0 a 2,0
41) Área Aveia/Azevém (ha)	4,0 a 6,0
42) Sistema de criação¹⁷	1 e 1-2
43) Modos de Comercialização¹⁸	1 e 4
44) Zona Agroecológica de ocorrência¹⁹	2-1 e 1
45) Área Pecuária/ SAU %	85,7 a 92,0

Fonte- Pesquisa de campo 2002-2003

A principal atividade não-agrícola é a venda da força de trabalho em engenhos de arroz na época da armazenagem do arroz, que dura cerca de 45 dias e pode gerar uma renda de R\$ 500,00 por pessoa contratada. Mesmo com a força de trabalho envelhecida, não há

2) Descendentes de Ex-agregados e ex- peões que trabalhavam nas estâncias

3) Descendentes de imigrantes italianos que foram adquirindo terras na região

¹⁶ Tipo de tração utilizada na propriedade

- 1) Mecanizada própria
- 2) Mecanizada alugada
- 3) Animal e manual

¹⁷ Sistema de criação utilizada por cada tipo de “pecuarista familiar”

SC1- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria de terneiros

SC2- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria e recria de novilhos

¹⁸ Modo de comercialização utilizado por cada tipo de “pecuarista familiar”. Os modos de comercialização estão divididos diferentemente conforme o sistema de criação que o agricultor desenvolve, o que por sua vez determina o modo de comercialização que o mesmo utiliza:

SC1- 1) Comercialização em feiras pecuárias locais;

- 2) Comercialização na propriedade;
- 3) Comercialização em feiras pecuárias regionais.

SC2- 4) Comercialização em feiras pecuárias locais para re-invernar o gado;

- 5) Comercialização para intermediários que vendem para os frigoríficos;
- 6) Abate e comercialização na propriedade.

¹⁹ Como descrito no item 4.1 o município de Canguçu é dividido em duas zonas agroecológicas, a de campo (1) e a de floresta (2). Neste indicador podemos encontrar propriedades que se encontram em áreas de transição entre as duas zonas. Quando isto ocorrer o indicador aparecerá com duas numerações, o primeiro indicando em que zona a propriedade se insere e o segundo para que zona ocorre à transição.

empregados contratados (peão), sendo normalmente utilizada apenas a mão de obra familiar na produção e esporadicamente a utilização da mão de obra de um diarista em época de implantação ou colheita de um cultivo, o que representa no máximo 0,2 UTH por ano. A UTH Familiar usada na propriedade varia de 1,3 UTH, quando há só o casal de aposentados na propriedade, a 3,3 UTH quando alguns dos filhos permanecem na propriedade.

Além da criação de gado de corte, estes agricultores também se dedicam a produção de grãos como o milho e o feijão, e pastagens de inverno para o gado, principalmente a de aveia e azevém. Como a mão de obra é escassa as lavouras de milho normalmente não ultrapassam 10ha, e a de feijão 2ha, que somadas dificilmente ultrapassam 25% da superfície agrícola útil (SAU) destas propriedades. A pastagem de aveia e azevém é usualmente cultivada mesma área onde no verão se cultivou o milho, para que a mesma se beneficie do poder residual da adubação química que foi aplicada no milho, principalmente no que diz respeito ao fósforo e potássio. São cultivados no máximo 6ha de pastagem de inverno por propriedade, o que para as necessidades alimentares do rebanho é insuficiente pois há escassez na disponibilidade de forragem durante o inverno. Além disto estas pastagens de inverno são destinadas somente a algumas categorias animais como os terneiros (as) desmamados e vacas de cria muito magras.

Da produção de milho, parte é utilizada na propriedade e o excedente, quando ocorre, é vendido. Esta proporção é muito variável pois há agricultores que utilizam toda a produção na propriedade (principalmente na alimentação animal), e agricultores que chegam a comercializar 80% da produção. Já o feijão, mesmo que produzido em menor escala, é quase todo comercializado sendo que o agricultor não comercializa apenas o que irá consumir e a semente para a próxima lavoura, o que não ultrapassa dois sacos de 50kg por propriedade. Este excedente agrícola é comercializado na região ou mesmo na própria localidade.

Na produção agrícola predomina a utilização de tração animal, que usualmente é constituída por uma junta de boi, arado e grade de tração animal, e por equipamentos manuais como enxada, foice e saraquá. Os agricultores que não utilizam tração animal

alugam os serviços de vizinhos que possuam tratores e equipamentos para preparar as áreas a serem cultivadas. Segundo os dados obtidos nas entrevistas junto a estes agricultores, anualmente se utiliza cerca de 50 horas de aluguel de serviços de trator para preparar as áreas de cultivo a um custo médio de R\$ 35,00 a hora.

Nestas propriedades grande parte da superfície agrícola útil (SAU) é destinada a pastagem nativa. Estas áreas podem variar de 28ha a 85ha, o que representa cerca de 85,7 a 92% da sua SAU das propriedades é destinada para esta atividade. Tamaña variação se deve a grande amplitude da superfície total (ST) das propriedades dos agricultores que compõem este tipo, o que demonstra que este indicador não é o mais apropriado para balizar este tipo de agricultor. Isto demonstra que o tamanho da área da propriedade não é um indicador que sirva para diferenciar se os agricultores pesquisados se enquadram como sendo agricultores familiares que desenvolvem a pecuária. Um indicador mais apropriado, neste caso, seria a porcentagem da superfície agrícola útil que estes agricultores destinam à criação de gado, que como observado corresponde a mais de 80% da superfície agrícola útil das propriedades. Em função dos diversos tamanhos das propriedades o tamanho dos rebanhos também pode variar numa amplitude de 25 animais a até 93 animais.

Ao se analisar alguns indicadores agroeconômicos se observa que a produtividade da terra (VAL/SAU) é extremamente baixa variando de R\$ 39,00 a R\$ 110,50 por ha ao ano. Estes baixos valores devem-se principalmente ao caráter extensivo e não comercial do sistema de criação de gado de corte desenvolvido pelos “pecuaristas familiares tradicionais”. Este baixo desempenho também se reflete na remuneração agrícola por superfície agrícola útil (RA/SAU) que varia de R\$ 25,5 a R\$ 81,20 por ha por ano.

A produtividade do trabalho (VAL/UTH) e a produtividade do trabalho familiar (VAL/UTH Familiar) praticamente não diferem entre si, pelo fato de não haver empregados contratados. Este indicador também demonstra o baixo desempenho alcançado no setor produtivo por este tipo de agricultor, variando de R\$634,00 a R\$ 2425,00 por UTH por ano. A remuneração agrícola da mão de obra familiar (RA/UTH Familiar) segue esta mesma tendência variando de R\$ 318,00 a R\$ 2207,00 por UTH Familiar por ano. Este baixa

remuneração se deve, como visto anteriormente, ao baixo desempenho produtivo que este tipo de agricultor obtém em sua propriedade. Este baixo índice produtivo se deve principalmente a pouca disponibilidade de mão de obra, a qual também se encontra envelhecida.

Mas a baixa remuneração agrícola é compensada, de certo modo, por outras fontes de renda. O reflexo deste fato é observado quando são avaliados os valores obtidos na renda total por UTH familiar por ano (RT/UTH Familiar/ano). A renda total pode variar de R\$ 2355,00 a 6207,00. A superioridade dos valores da renda total sobre a renda agrícola se deve, principalmente, às aposentadorias recebidas por estes agricultores e também por atividades não agrícolas desenvolvidas por algum filho que mora na propriedade.

A comparação entre estes indicadores demonstra que atualmente as rendas não agrícolas e aposentadorias representam a maior fonte de renda destes agricultores, sendo a produção agropecuária se torna uma renda secundária ou adicional a estas rendas. Para conseguirmos compreender estes baixos índices produtivos descreveremos a seguir o sistema de criação que prevalece nas propriedades deste tipo de agricultor.

4.5.1.1.Sistema de Criação de Bovinocultura de Corte Extensiva/ Cria de Terneiros-(SC 01)

Este sistema de criação caracteriza-se pela cria de terneiros utilizando modo de pastejo extensivo, com baixo uso de tecnologia e pequena escala produtiva. Em função destes fatores a uma pequena necessidade de utilização de mão de obra.

O rebanho normalmente é de raça mista (não possui raça definida), e quando o agricultor deseja introduzir características de alguma raça específica de gado, ele o faz adquirindo um touro desta raça. As principais raças de touro introduzidas ao rebanho são o Charolês, Devon, Santa Gertrudes e Zebu. Normalmente não há um acompanhamento detalhado do ciclo produtivo do rebanho, como detectar a entrada no cio das vacas de cria, para serem

cobertas pelo touro, porcentagem de vacas prenhes e de vacas vazias, o que se reflete no índice de prenhes das vacas de cria deste sistema que varia de 60 a 70% (Quadro-02).

O desfrute deste sistema de criação é baixo variando em torno de 34 a 40 %. Esta baixa porcentagem de venda de animais se deve principalmente ao baixo índice de prenhes e pelo elevado tempo de desmame dos terneiros (as) que pode ultrapassar 1 ano. Os agricultores que utilizam o SC-01 normalmente estão localizados em regiões de transição entre a zona agroecológica de floresta para a zona de campo, e possuem propriedades menores, com uma superfície total (ST) em torno de 50ha. Como o sistema de criação se dedica a cria de terneiros há um número maior de unidades animais (UA) por área, que podemos observar na lotação da área destinada a criação de gado de corte que varia de 1,06 a 1,15 UA/ ha de campo nativo mais pastagem cultivada. O número de animais (UA) que é manejado/criado por UTH que se dedica apenas a criação de gado de corte é relativamente alto podendo variar de 12,36 a 34,20 UA/ UTH. Este indicador apresenta-se alto em detrimento do modo de pastoreio extensivo e pela baixa tecnologia utilizada neste sistema o que acarreta uma menor necessidade de mão de obra.

Quadro 02 - Indicadores Agronômicos do Sistema de Criação 01- Bovinocultura de Corte Cria de Terneiros

Localização	Transição da zona de floresta (2) para zona de campo (1)
Alimentação	Campo nativo e pastagem cultivada de aveia e azevém para terneiros desmamados e vacas atrasadas
Reprodução	Monta natural
Modo de pastoreio	Extensivo
Lotação ²⁰ / U.A. ²¹ / ha de campo nativo + pastagem cultivada	De 1,06 U.A/ha a 1,15 U.A/ha Continua...

²⁰ Quanto mais próximos de zero forem os valores deste indicador, menor será a lotação do campo deste sistema de criação.

²¹ Para a formação do indicador de Unidade Animal (U.A.), considerou-se a frequência de cada categoria e também sua idade média, conformando uma tabela de conversão de cabeças para Unidade Animal.

Os valores utilizados foram:

Continua...

...continuação U.A/ U.T.H Dedicada à criação	De 12,36 U.A/U.T.H. a 34,20 U.A/U.T.H.
Desfrute/ N° de animais comercializados/ N° de animais do rebanho (%)	34 A 40
Índice de Prenhes = N° Vacas de cria/ N° de terneiros(as) nascidos em um ano (%)	60 a 70

Fonte-Pesquisa de campo 2002-2003

Pode-se observar no quadro 03 o calendário de atividades desempenhadas no SC-01, que na maioria das vezes o touro permanece junto às vacas de cria e ao passo que entram em cio são cobertas pelo touro. Desta forma há um grande período de entoure que inicia em setembro, na primavera, e termina em fevereiro. Devido a este grande período de entoure, a época de parição se estende de agosto a novembro. Os terneiros (as) são na sua grande maioria desmamados com um ano de idade, em alguns casos o desmame ocorre mais precocemente aos oito meses. Depois de desmamados os terneiros (as) passam para as áreas de pastagem cultivadas com aveia e azevém, para que não percam muito peso ao serem apartados. Os terneiros que não foram castrados ao nascer, são castrados com um ano de idade depois que se adaptaram a se alimentar com pastagem.

Além dos terneiros desmamados as vacas de cria mais magras também permanecem na pastagem cultivada. As outras categorias animais permanecem o ano todo se alimentando de campo nativo. Não há melhoria desta pastagem nativa e o manejo utilizado para a manutenção destas áreas consiste na roçada do campo uma vez a cada ano. A grande

...continuação

- Touros e animais de trabalho – 1,2 UA
- Vacas e novilhas com mais de 2 anos – 1,0UA
- Bois e novilhos com mais de 2 anos – 1,0UA
- Novilhos e novilhas entre 1 e 2 anos – 0,6 UA
- Terneiros e terneiras - 0,4 UA

Fonte: Mielitz Neto, Tese de Doutorado, 1994.

maioria dos criadores comercializa terneiros, que são vendidos para os vizinhos ou em feiras na região. As terneiras permanecem na propriedade, e com cerca de três anos são cobertas e tornam-se as novas vacas de cria. As vacas de cria mais velhas são descartadas, e também são comercializadas juntamente com os terneiros, mas por um valor de mercado inferior.

Quadro 03 - Calendário das operações agrícolas empregadas no sistema de cultivo de campo nativo e manejos/ modos de condução de criação empregadas no sistema de criação de bovinos extensiva/ cria:

Operações agrícolas	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Implantação pastagem Aveia/azevém				X	X							
Utilização pastagem aveia/azevém								X	X	X	X	
Limpeza do campo com roçadeira	1 vez a cada ano											
Categorias que utilizam a pastagem cultivada	Terneiros desmamados e vacas atrasadas											

Manejos de Criação	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Terneiros/ Terneiras²²												
Nascimento								X	X	X	X	
Desmame						X	X	X	X	X		
Banho Carrapaticida	X	X	X							X	X	X
Vacinação												
Vermifugação	X	X									X	X
Seleção/ Castração						X	X	X	X			
Comercialização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Recorridas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Novilhas												
Constituição Lote					X							
Marcação					X							
Banho Carrapaticida	X	X	X							X	X	X
Vermifugação	X											X
Vacinação	X											X
Recorridas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

continua....

²² Os terneiros e terneiras apresentam o mesmo calendário de manejo, mas as terneiras normalmente não são comercializadas

...continuação

Vacas de Cria												
Monta	X	X	X						X	X	X	X
Toque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Banho Carrapaticida	X	X	X							X	X	X
Vermifugação	X											X
Vacinação	X											X
Parição								X	X	X	X	
Desmame						X	X	X	X			
Comercialização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Recorridas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Touros												
Banho Carrapaticida	X	X	X							X	X	X
Vermifugação	X											X
Vacinação	X											X
Período de Monta	X	X							X	X	X	X
Recorridas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Fonte- Pesquisa de campo 2002-2003

No SC-01 a maior necessidade de mão de obra ocorre na primavera e verão dos meses de outubro a março. Esta maior necessidade advém do aumento da temperatura que passa a ocorrer nestes meses o que ocasiona uma maior infestação de ectoparasitas como o carrapato, a mosca do chifre e bernes. Com este aumento de infestação se torna imprescindível que se façam tratamentos sanitários em um intervalo máximo de um mês. Os tratamentos sanitários correspondem aos maiores custos intermediários neste sistema de criação de gado.

A comercialização do gado não ocorre em um período determinado durante o ano. Por exemplo, a comercialização só ocorre se o mercado esta favorável para venda, ou se há alguma necessidade de obtenção de renda em curto prazo, então o agricultor comercializa os terneiros já desmamados e as vacas de descarte. Já se o mercado não esta favorável, o agricultor pode reter os animais na propriedade por um ano ou até mais. Assim pode haver anos, dependendo da situação do mercado, que este tipo de agricultor pode não comercializar nenhum animal.

Esta variação na comercialização do gado se deve principalmente ao fato de que a pecuária não ser a única fonte de renda deste tipo de agricultor. A totalidade deste tipo de agricultor recebe uma ou duas aposentadorias, o que representa uma fonte de renda estável e que faz com que a atividade pecuária represente uma “poupança” para os momentos que o agricultor necessita de uma renda extra.

4.5.2. “Pecuaristas Familiares Pluriativos” (PFs) – Agricultores que Exercem Atividades Não Agrícolas, e Possuem Força de Trabalho mais Jovem- Sistema de Produção Tipo- 02

Este sistema de produção é formado por agricultores, na sua grande maioria são oriundos das famílias de peões e agregados que trabalhavam nas estâncias. Portanto as famílias deste tipo de agricultor já se encontravam nesta região há várias gerações.

Estes agricultores também herdaram as terras dos pais, que estão muito idosos ou já faleceram. São pequenas áreas que não ultrapassam 50ha, onde se desenvolve a pecuária e a agricultura. Por serem casais relativamente jovens, na faixa etária de 25 a 50 anos, os mesmos não recebem aposentadoria. Mas como possuem maior força para o trabalho exerce alguma atividade fora da propriedade para fortalecer sua renda.

A principal atividade desempenhada por este tipo de agricultor na região é o comércio local, representada pela pequena venda ou quitanda montada a beira da estrada que corta a localidade e alguns agricultores que trabalham como diaristas. Como podemos observar na Tabela 02, a renda não agrícola que pode ser obtida através destas atividades pode variar de R\$ 2400,00 a R\$ 14.400,00 por ano.

Nas propriedades os principais cultivos praticados são o do milho, feijão e pastagem de aveia e azevém. As áreas produzidas com milho giram em torno de 2 a 5ha, as de feijão possuem cerca de 1 a 3ha e as pastagens cultivadas de 1 a 3ha. a produção é praticamente toda consumida na propriedade, vendendo-se apenas o excedente, que normalmente se refere à produção de feijão.

Como ocorre no SP-01 as áreas cultivadas com aveia e azevém são implantadas sobre a resteva da lavoura de milho, para também se beneficiar do poder residual da adubação aplicada ao milho. Para preparar as áreas destinadas as lavouras estes agricultoras alugam os serviços de trator de vizinhos. Anualmente estes agricultores utilizam cerca de 20 a 40 horas de aluguel de serviços de trator a um preço médio de R\$ 35,00 a hora. A mão de obra utilizada na propriedade é majoritariamente familiar, onde 2 UTHs desempenham todas as atividades. Além da mão de obra familiar, nas épocas de maior necessidade, como a colheita do milho e do feijão, se contrata o serviço de um diarista durante no máximo 60 dias a um custo de R\$ 12,00 por dia. Mesmo possuindo pequenas áreas, estas propriedades possuem grande parte de sua superfície agrícola útil destinada a permanecer com pastagem nativa, que pode variar de 82,5 a 96% da SAU. O que indica que as áreas destinadas a campo nativo podem variar de 23 a 38ha.

Um fato relevante diz respeito ao produto bruto (PB) obtido na propriedade, que muitas vezes é inferior as rendas não agrícolas (RÑA) obtidos por estes agricultores. Ao passo que o produto bruto anual pode alcançar R\$13.525,0 as rendas não agrícolas podem alcançar R\$14.400,0. Mais uma vez se observa que o valor da produção agropecuária é inferior a obtida com outras atividades. Mesmo não sendo a principal fonte de renda, observamos que a renda agrícola por UTH Familiar (RA/UTH Familiar) deste tipo de agricultor é bastante superior a RA/UTH Familiar obtida pelos “pecuaristas familiares tradicionais” (PFTs).

Este fato deve-se principalmente a maior força de trabalho que os “pecuaristas familiares pluriativos” (PFPs) possuem em detrimento da menor idade média dos agricultores que formam este tipo. Enquanto os “PFTs” conseguem obter uma RA/UTH Familiar de até R\$ 2.207,0 por ano, os “PFPs” podem alcançar uma renda de até R\$ 2.748,5 por ano, que é extremamente baixo mesmo se comparado à receita obtida por um salário mínimo por mês que é de R\$ 2.880,00. Se se somar a este indicador as rendas não agrícolas (RÑAs), é obtida a renda total por UTH Familiar (RT/UTH Familiar), que nos “PFPs” se distancia ainda mais da renda total obtida pelos “PFTs”.

Tabela 2 – Indicadores utilizados para caracterizar os “Pecuaristas Familiares Pluriativos” SP-02 ⁸⁸

Indicadores	Sistema de Produção baseado na “Pecuária Familiar Pluriativo”
1) Área total (ha)	30,0 a 48,0
2) Superfície Agrícola Útil (SAU) (ha)	46,0 a 46
3) UTH Total	2,1 a 2,2
4) UTH Contratada	0,1 a 0,2
5) UTH Familiar	1 a 2
6) Produto Bruto (PB)	7.680,0 a 13.525,0
7) PBanim/Pbtotal %	55,7 a 74,2
8) PBveg/Pbtotal %	25,7 a 44,3
9) PBsubs/Pbtotal %	22,7 a 45,3
10) Consumo Intermediário (CI) (R\$/ano)	900, a 2.047,0
11) Depreciação (D) (R\$/ano)	3.550,0 a 4.323,0
12) Valor Agregado Bruto (VAB) (R\$/ano)	6780,0 a 11.478,0
13) Valor Agregado Líquido (VAL)	2.457,0 a 7.607,0
14) Distribuição do Valor Agregado (DVA) (R\$/ano)	335,0 a 2.110,0
15) Renda Agrícola (RA) (R\$/ano)	2.422,0 a 5.497,0
16) Renda Não Agrícola (RÑA) (R\$/ano)	2.400,0 a 14.400,0
17) Renda Total (RT) (R\$/ano)	4.822,0 a 19.897,0
18) VAB/SAU (R\$/ha/ano)	233,0 a 268,5
20) VAL/SAU (R\$/ha/ano)	84,7 a 165,3
21) RA/SAU (R\$/ha/ano)	83,5 a 119,5
22) RT/SAU (R\$/ha/ano)	166,3 a 470,0
23) VAB/UTH (R\$/UTH/ano)	3.228,5 a 5.217,0
24) VAL/UTH (R\$/UTH/ano)	1.170,0 a 3.457,8
25) RA/UTH (R\$/UTH/ano)	1.153,0 a 2.500,0
26) RT/UTH (R\$/UTH/ano)	2.296,0 a 9.044,0
27) SAU/UTH (ha/UTH)	12,3 a 17,27
28) VAB/UTHF (R\$/UTH f/ano)	3.491,0 a 5.739,0
29) VAL/UTHF (R\$/UTH f/ano)	1.228,5 a 3.803,5
30) RA/UTHF (R\$/UTH f/ano)	1.211,0 a 2.748,5
31) RT/UTHF (R\$/UTH f/ano)	2.411,0 a 9.948,5
32) Capital Imobilizado- KI Terras (R\$)	27.000,0 a 67.500,0
33) Número Animais/cabeças	28 a 45
34) Aposentadoria	Não possui
35) Atividade Não Agrícola (Transformação do trabalho)	Comércio- diarista
36) Origem ²³	2
37) Tipo de Tração Utilizada ²⁴	3 e 3-2

Continua...

²³ Origem dos agricultores que desenvolvem a “pecuária familiar” em Canguçu.

1) Descendente dos grandes estancieiros portugueses da região

...continuação

	23 a 38
38) Área campo (ha)	
39) Área milho (ha)	2 a 5
40) Área feijão (ha)	1 a 3
41) Área Aveia/Azevém (ha)	1 a 3
42) Sistema de criação ²⁵	Sc-02
43) Modos de Comercialização ²⁶	4
44) Zona Agroecológica de ocorrência ²⁷	1 e poucas vezes 2
45) Área Pecuária/ SAU %	82,5 a 96

Fonte- Pesquisa de campo 2002-2003

2) Descendentes de Ex-agregados e ex- peões que trabalhavam nas estâncias

3) Descendentes de imigrantes italianos que foram adquirindo terras na região

²⁴ Tipo de tração utilizada na propriedade

1) Mecanizada própria

2) Mecanizada alugada

²⁵ Sistema de criação utilizada por cada tipo de “pecuarista familiar”

SC1- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria de terneiros

SC2- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria e recria de novilhos

²⁶ Modo de comercialização utilizado por cada tipo de “pecuarista familiar”. Os modos de comercialização estão divididos diferentemente conforme o sistema de criação que o agricultor desenvolve, o que por sua vez determina o modo de comercialização que o mesmo utiliza:

SC1- 1) Comercialização em feiras pecuárias locais;

2) Comercialização na propriedade;

3) Comercialização em feiras pecuárias regionais.

SC2- 4) Comercialização em feiras pecuárias locais para re-invernar o gado;

5) Comercialização para intermediários que vendem para os frigoríficos;

6) Abate e comercialização na propriedade.

²⁷ Como descrito no item 4.1 o município de Canguçu é dividido em duas zona agroecológicas, a de campo (1) e a de floresta (2). Neste indicador podemos encontrar propriedades que se encontram em áreas de transição entre as duas zonas. Quando isto ocorrer o indicador aparecerá com duas numerações, o primeiro indicando em que zona a propriedade se insere e o segundo para que zona ocorre à transição.

Ao passo que a renda total por UTH Familiar dos “PFTs” pode chegar a R\$ 6.207,0 por ano, a renda total dos “PFPs” pode alcançar R\$ 9.948,0 por ano. Esta diferença de mais de R\$ 3.000,0 por ano por UTH Familiar pode ser explicada pelo caráter pluriativo dos agricultores do SP-02.

A principal atividade não agrícola desempenhadas pelos “PFPs” é o comércio local, que fornece a este tipo de agricultor uma renda não agrícola apreciável (até R\$ 14.400,0). Esta renda somada a renda obtida pelas produções vegetal e animal, resultam em uma situação econômica mais cômoda aos “PFPs” do que a obtida pelos “PFTs”. O modo de comercialização utilizado pelos “PFPs” consiste em vender novilhos de 2 a 3 anos (ou até 4 anos) em feiras da região, ou para vizinhos que podem re-invernar estes novilhos. Não há um período determinado para a comercialização dos animais durante o ano. Segundo relatos, obtidos durante a pesquisa de campo, muitas vezes os animais são levados para serem vendidos nas feiras locais, mas pelo baixo valor oferecido acabam por retornar para as propriedades. Como exposto por um agricultor que implementa este sistema de produção; *“não há necessidade de se desfazer de um bom animal por qualquer preço”*.

Este relato demonstra que como no SP-01 os agricultores do SP-02 também não desenvolvem a pecuária como principal fonte de renda, mas sim porque a pecuária além de ser uma tradição é uma reserva de renda para momentos de maior necessidade, como se fosse uma poupança e com elevada liquidez. O sistema de criação utilizado por este tipo de agricultor é o baseado na cria e recria de novilhos (SC-02), que descreveremos a seguir:

4.5.2.1.Sistema de Criação 02 (SC-02)- Bovinocultura de Corte Cria e Recria de Novilhos

O sistema de criação utilizado neste sistema de produção é o de cria e recria de novilhos a campo de forma extensiva. Os “tipos” de agricultores que utilizam o SC-02 em seus sistemas de produção, estão pulverizados pelo município, mas há uma maior ocorrência deste tipo na zona agroecológica de campo e nas áreas de transição entre a zona de floresta para a zona de campo.

Como no SC-01 o modo de pastoreio é extensivo, mas neste sistema nem todos os agricultores que cultivam pastagens de inverno e, quando cultivam estas se destinam aos terneiros (as) desmamados e às vacas de cria mais magras. Como se pode observar no quadro 04, a lotação do campo no SC-02, na maioria das propriedades, é menor que no SC-01 podendo alcançar até 1,12 U.A/ha. Mesmo que neste sistema o gado permaneça um período maior na propriedade, o que poderia determinar uma maior lotação do campo, isto acaba por não ocorrer pois há um baixo índice de prenhes, que pode variar entre 41,5 a 57%, que contribui para que a lotação permaneça baixa.

Novamente estes baixos resultados se devem ao caráter extensivo da criação e a baixa tecnologia utilizada por estes agricultores. Um reflexo destes fatores é a pequena necessidade de mão de obra neste sistema, onde uma UTH que se dedica somente à criação pode manejar/criar até 42,2 unidades animais. Em função destes fatores neste sistema de criação há um baixo desfrute de animais por ano que varia de 24 a 39% do rebanho por ano.

Quadro 04- Indicadores Agronômicos do Sistema de Criação 02- Bovinocultura de Corte Cria e Recria de Novilhos

Localização	Zona de campo (1) e Transição da zona de floresta (2) para zona de campo (1)
Alimentação	Campo nativo e às vezes pastagem de aveia azevém para terneiros e vacas magras
Reprodução	Monta natural
Modo de pastoreio	Extensivo
Lotação ²⁸ / U.A. ²⁹ / ha de campo nativo + pastagem cultivada	De 0,88U.A/ha. a 1,12 U.A/ha Continua...

²⁸ Quanto mais próximos de zero forem os valores deste indicador, menor será a lotação do campo deste sistema de criação.

²⁹ Para a formação do indicador de Unidade Animal (U.A.), considerou-se a freqüência de cada categoria e também sua idade média, conformando uma tabela de conversão de cabeças para Unidade Animal.

Os valores utilizados foram:

- Touros e animais de trabalho – 1,2 UA
- Vacas e novilhas com mais de 2 anos – 1,0UA
- Bois e novilhos com mais de 2 anos – 1,0UA
- Novilhos e novilhas entre 1 e 2 anos – 0,6 UA
- Terneiros e terneiras - 0,4 UA (Fonte: Mielitz Neto, Tese de Doutorado, 1994.)

...continuação

U.A/ U.T.H Dedicada à criação	De 24,8 U.A/U.T.H a 42,2 U.A/U.T.H
Desfrute/ N° de animais comercializados/ N° de animais do rebanho (%)	24 a 39
Índice de Prenhes = N° Vacas de cria/ N° de terneiros(as) nascidos em um ano (%)	41,5 a 57

Fonte- Pesquisa de campo 2002-2003

No calendário de atividades desempenhadas no SC-02 podemos encontrar algumas razões que levam ao baixo desfrute deste sistema de criação.

Quadro 05 - Calendário das operações agrícolas empregadas no sistema de cultivo de campo nativo e manejos/ modos de condução de criação empregadas no sistema de criação de bovinos extensiva/ cria e recria de novilhos

Operações agrícolas	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Implantação pastagem Aveia/azevém			X	X								
Utilização pastagem aveia/azevém					X	X	X	X				
Limpeza do campo com roçadeira	1 vez a cada dois anos											
Categorias que utilizam a pastagem cultivada	Vacas atrasadas e magras, terneiros e novilhos magros											

Manejos de Criação	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Terneiros												
Nascimento								X	X	X		
Desmame				X	X	X	X					
Banho Carrapaticida	X	X	X							X	X	X
Vacinação								X	X	X		
Vermifugação	X											X
Seleção/ Castração				X	X	X						
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Continua...

...continuação

Novilhos (2-3 anos)												
Constituição Lote			X	X	X							
Marcação					X							
Banho Carrapaticida	X	X	X							X	X	X
Vermifugação									X	X		
Vacinação									X	X		
Comercialização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Novilhas (2-3 anos)												
Constituição Lote			X	X	X							
Marcação					X							
Banho Carrapaticida	X	X	X							X	X	X
Vermifugação	X											X
Vacinação	X											X
Recorridas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Vacas de Cria												
Monta	X	X	X							X	X	X
Toque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Banho Carrapaticida	X	X	X							X	X	X
Vermifugação	X											X
Vacinação	X											X
Parição								X	X	X		
Desmame						X	X	X	X			
Recorridas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Touros												
Banho Carrapaticida	X	X	X							X	X	X
Vermifugação	X											X
Vacinação	X											X
Período de Monta									X	X	X	X
Recorridas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Fonte- Pesquisa de campo 2002-2003

Neste sistema de criação o agricultor pode possuir um touro próprio, ou pede emprestado um touro de um vizinho durante uma época de entoure. O período de monta ocorre a partir do início da primavera, a partir de setembro, e se estende até dezembro. Alguns criadores que tem touro próprio não definem época de cobertura deixando o touro junto às vacas de cria.

Como no SC-01 não há, por parte dos agricultores que implementam este sistema de criação, uma preocupação em controlar a ciclo reprodutivo das vacas de cria. Cuidados como detectar a entrada no cio das vacas ou realizar exames de toque para saber quantas vacas estão prenhas, não são realizados neste sistema de criação. É desta forma que muitas vezes vacas de baixa fertilidade permanecem no rebanho por vários anos, por não serem acompanhadas nem avaliadas pelo agricultor, o que determina uma diminuição da produtividade deste sistema.

Os terneiros (as) são desmamados de 8 meses a 1 ano e passam a se alimentar de pastagem de aveia e azevém, nos meses de maio a agosto. A maioria das propriedades alimenta o gado somente com pastagem nativa, e não há melhoramento destas pastagens, sendo que o manejo de manutenção da mesma consiste em roçadas para limpeza do campo em um intervalo de dois anos. Os mesmos são castrados na época do desmame e depois passam para a pastagem de aveia, se o agricultor possuir pastagem cultivada, ou para o campo nativo. A maioria dos criadores prefere engordar os novilhos até a idade de 2 até 4 anos para então comercializá-los. As terneiras permanecem no rebanho para posteriormente se tornarem as vacas de cria. Por isso também se comercializam as vacas de cria mais velhas que são descartadas.

Como no sistema de criação SC-01, os tratamentos sanitários acarretam os maiores custos neste sistema de criação, e também o maior uso de mão de obra. Durante principalmente o verão os tratamentos para carrapatos, bernes e mosca do chifre são realizados no prazo máximo de trinta dias, através de banhos ou aplicação do produto sobre o lombo do animal.

Para este tipo de agricultor não há uma época definida para comercializar os animais, sendo comum ouvir relatos de que só se comercializa quando se precisa de uma renda extra. O SC-02 é empregado pelos “pecuaristas familiares” “pluriativos” (SP-02) e pelos “comercias” (SP-03), desta forma há diferentes modos de comercialização do gado

dependendo do sistema de produção implementado e que serão descritos na caracterização de cada tipo.

4.5.3. “Pecuaristas Familiares Comerciais” (PFCs)- Agricultores vinculados ao mercado de gado de corte

Os agricultores que colocam em prática este sistema de produção possuem, em relação aos demais tipos de “pecuaristas familiares”, as maiores áreas. São propriedades que podem ter até 300 ha de superfície total (ST) e 250 ha de superfície agrícola útil (SAU) (tabela 03). Diferentemente dos “pecuaristas familiares tradicionais” (PFTs), este tipo de agricultor não obteve sua propriedade através de herança. São agricultores que na sua maioria tem origem nos imigrantes italianos e em menor escala nos descendentes dos peões e agregados das estâncias, que a partir de uma pequena propriedade foram gradualmente adquirindo áreas adjacentes a sua propriedade até alcançar o tamanho atual. Podemos dizer que os estes agricultores percorreram o caminho contrário dos “PFTs” que foram diminuindo o tamanho de suas áreas produtivas.

Mesmo com áreas relativamente maiores, a mão de obra utilizada na produção é majoritariamente familiar, variando de 3,3 a 3,95 unidades de mão de obra (UTH). Quando há a necessidade de mais mão de obra, um peão pode ser contratado, contabilizando até 1(uma) unidade de mão de obra (UTH) contratada. Pela grande área produtiva que possuem estas propriedades, os agricultores deste tipo podem possuir, além da criação de gado de corte, importantes áreas de produção de milho, feijão e pastagem cultivada de aveia e azevém que somadas podem chegar a mais de 100ha.

É desta forma que há uma grande variação na participação das receitas da produção vegetal e animal sobre o produto bruto total. Assim algumas propriedades que cultivam as maiores extensões de milho, feijão e pastagem, o PB Vegetal pode alcançar até 78,62% do PB total. Mas neste mesmo tipo de agricultor podemos encontrar receitas que a participação do PB Vegetal pode representar somente 11,08% do PB Total.

Independentemente da participação das receitas vegetal e animal, o produto bruto (PB) obtido pelos “pecuaristas familiares comerciais” (PFCs) é muitas vezes superior ao PB obtido nos SP-01 e SP-02, podendo chegar a R\$ 70.330,0. Para obterem este PB os “PFCs” utilizam tração mecanizada própria, formada por um trator de 60 hp, grade, arado, roçadeira e carreta. Estas máquinas e equipamentos mais as instalações como galpão de alvenaria, brete, mangueira e banheiro carrapaticida elevam o custo de depreciação anual (D) dos agricultores que implementam este sistema de produção para até R\$ 27.254,0, ao passo que nos SP-01 e 02 estes custos não ultrapassam os R\$ 9.707,0.

Como a produção agropecuária dos “PFCs” é relativamente maior que nos SP-01 e 02, há também um maior consumo intermediário (CI) que pode alcançar R\$ 12.587,0. Um exemplo do acréscimo de CI neste sistema de produção é referente ao tamanho do rebanho de gado de corte criado por estes agricultores, que pode variar de 122 a 404 cabeças. O sistema de criação utilizado pelos “PFCs” é o de cria e recria de novilhos de corte de forma extensiva SC-02, o mesmo empregado pelos “PFPs”. Mas mesmo com um rebanho maior, os índices produtivos obtidos pelos “PFCs” neste sistema de produção, não diferem dos obtidos pelos “PFPs”.

Como já analisado os baixos índices produtivos obtidos pelos três tipos de “pecuaristas familiares” são resultado do caráter extensivo e de baixa tecnologia utilizada no sistema de criação que os mesmos implementam. como já descrito, no SC-02 não há um controle mais “rígido” do rebanho no que se trata de técnicas criatórias. Mas mesmo obtendo baixos índices produtivos no sistema de criação que emprega, a renda agrícola por unidade de mão de obra Familiar (RA/UTH Familiar) pode alcançar R\$ 12.335,0 ao ano por UTH. Este alto valor, em relação ao SP-01 e SP-02, é decorrente das maiores superfícies produtivas das propriedades dos “PFCs”, onde, com pouca mão de obra é possível desenvolver a criação de plantéis maiores de gado de corte. Em função do tamanho das áreas produtivas, os “PFCs” também podem lançar mão de algumas estratégias produtivas, como por exemplo implementar áreas maiores para o cultivo de grãos, como o milho, o que representa um acréscimo na remuneração do trabalho familiar (RA/UTH Familiar) neste sistema de produção. Além da renda agrícola estes agricultores também são aposentados, podendo

receber de 2 a 3 aposentadorias, o que pode representar até R\$ 7.800,0 reais por ano. Alguns agricultores também produzem queijo “colonial” que é comercializado na localidade. Com o acréscimo destas rendas não agrícolas (RÑA) a renda total por unidade de trabalho familiar (RT/UTH Familiar) pode alcançar R\$ 14.309,5 por ano por UTH. Este indicador demonstra que para os “PFCs” a principal fonte de renda é a proveniente da produção agropecuária, ao passo que para os “PFTs” e para os “PFPs” as rendas não agrícolas (RÑAs) é que forma a maior fração da renda total (RT).

Tabela 03 – Indicadores utilizados para caracterizar os “Pecuaristas Familiares Comerciais” - Sistema de Produção 03- SP-03

Indicadores	Sistema de Produção baseado na “Pecuária Familiar Comercial”
1) Área total (ha)	116,0 a 300,0
2) Superfície Agrícola Útil (SAU) (ha)	114,0 a 250,0
3) UTH Total	3,95 a 4,3
4) UTH Contratada	0 a 1
5) UTH Familiar	3,3 a 3,95
6) Produto Bruto (PB)	67.668,0 a 70.330,0
7) PBanim/Pbtotal %	21,3 a 88,9
8) PBveg/Pbtotal %	11,8 a 78,6
9) PBsubs/Pbtotal %	13,3 a 27,4
10) Consumo Intermediário (CI) (R\$/ano)	8.678,0 a 12.587,0
11) Depreciação (D) (R\$/ano)	12.793,0 a 27.254,0
12) Valor Agregado Bruto (VAB)(R\$/ano)	55.081,0 a 61.652,0
13) Valor Agregado Líquido (VAL)	27.827,0 a 48.858,0
14) Distribuição do Valor Agregado(DVA)(R\$/ano)	135,0 a 3700,0
15) Renda Agrícola (RA) (R\$/ano)	24.127,0 a 48.723,0
16) Renda Não Agrícola (RÑA) (R\$/ano)	7.800,0 a 10.400,0
17) Renda Total (RT) (R\$/ano)	34.527,0 a 56.523,0
18) VAB/SAU (R\$/ha/ano)	220,0 a 540,0
20) VAL/SAU (R\$/ha/ano)	111,0 a 428,5
21) RA/SAU (R\$/ha/ano)	96,5 a 427,4
22) RT/SAU (R\$/ha/ano)	138,0 a 495,8
23) VAB/UTH (R\$/UTH/ano)	12.809,5 a 15.608,0
24) VAL/UTH (R\$/UTH/ano)	6.471,0 a 12.369,0
25) RA/UTH (R\$/UTH/ano)	5.611,0 a 12.335,0
26) RT/UTH (R\$/UTH/ano)	8.029,5 a 14.309,5
27) SAU/UTH (ha/UTH)	28,8 a 58,0
28) VAB/UTHF (R\$/UTH f/ano)	15.608,0 a 16.691,0
29) VAL/UTHF (R\$/UTH f/ano)	8.432,5 a 12.369,0
30) RA/UTHF (R\$/UTH f/ano)	7.311,0 a 12.335,0
31) RT/UTHF (R\$/UTH f/ano)	10.462,5 a 14.309,5
32) Capital Imobilizado- KI Terras (R\$)	174.000,0 a 450.000,0
33) Número Animais/cabeças	122 a 404
34) Aposentadoria	2 a 3
35) Atividade Não Agrícola(Transformação do trabalho)	Produção de queijo (as vezes)
36) Origem ³⁰	3 e 2
37) Tipo de Tração Utilizada ³¹	1

Continua...

³⁰ Origem dos agricultores que desenvolvem a “pecuária familiar” em Canguçu.

1) Descendente dos grandes estancieiros portugueses da região

...continuação

38) Área campo (ha)	50 a 240
39) Área milho (ha)	10 a 60
40) Área feijão (ha)	0 a 4
41) Área Aveia/Azevém (ha)	0 a 40
42) Sistema de criação³²	SC-02
43) Modos de Comercialização³³	5
44) Zona Agroecológica de ocorrência³⁴	2-1
45) Área Pecuária/ SAU %	79 a 96

Fonte- Pesquisa de campo 2002-2003

2) Descendentes de Ex-agregados e ex- peões que trabalhavam nas estâncias

3) Descendentes de imigrantes italianos que foram adquirindo terras na região

³¹ Tipo de tração utilizada na propriedade

- 1) Mecanizada própria
- 2) Mecanizada alugada
- 3) Animal e manual

³² Sistema de criação utilizada por cada tipo de “pecuarista familiar”

SC1- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria de terneiros

SC2- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria e recria de novilhos

³³ Modo de comercialização utilizado por cada tipo de “pecuarista familiar”. Os modos de comercialização estão divididos diferentemente conforme o sistema de criação que o agricultor desenvolve, o que por sua vez determina o modo de comercialização que o mesmo utiliza:

SC1- 1) Comercialização em feiras pecuárias locais;

- 2) Comercialização na propriedade;
- 3) Comercialização em feiras pecuárias regionais.

SC2- 4) Comercialização em feiras pecuárias locais para re-invernar o gado;

- 5) Comercialização para intermediários que vendem para os frigoríficos;
- 6) Abate e comercialização na propriedade.

³⁴ Como descrito no item 4.1 o município de Canguçu é dividido em duas zona agroecológicas, a de campo (1) e a de floresta (2). Neste indicador podemos encontrar propriedades que se encontram em áreas de transição entre as duas zonas. Quando isto ocorrer o indicador aparecerá com duas numerações, o primeiro indicando em que zona a propriedade se insere e o segundo para que zona ocorre à transição.

Neste sistema de produção as áreas destinadas à pecuária podem variar de 79 a 96% da SAU, no verão estas porcentagens podem ser reduzidas em função das áreas destinadas ao cultivo de grãos. Este indicador ressalta que, como nos SP-01 e 02, estes agricultores também têm a pecuária como centro do sistema de produção que implementa. O modo de comercialização empregado pelos “PFCs” é a venda do gado para atravessadores, que revendem o gado para frigoríficos, ou para os representantes de frigoríficos da região. Como nos outros sistemas de produção caracterizados, os “PFCs” não possuem uma época determinada para comercialização do gado, sendo regidos pelo mercado de carnes.

Segundo relatos destes agricultores há um grave problema na comercialização do gado na região, principalmente com os frigoríficos. Este problema se refere ao não pagamento de lotes de animais recebidos pelos frigoríficos. Isto ocorre porque a principal forma de pagamento dos frigoríficos é o cheque pré-datado, que muitas vezes não são honrados. Esta prática também é realizada por alguns atravessadores, o que gerou uma grande “desconfiança” por parte dos “PFCs”, que preferem vender por um preço menor desde que o pagamento seja efetuado em dinheiro.

4.6. ESTUDOS DE CASOS DE AGRICULTORES QUE TAMBÉM IMPLEMENTAM A “PECUÁRIA FAMILIAR” EM SEUS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Neste item são caracterizados alguns sistemas de produção encontrados em Canguçu que também utilizam a mão de obra familiar na produção e desenvolvem a “pecuária familiar”. Mas estes sistemas de produção apresentam peculiaridades que os diferenciam dos demais tipos de “pecuaristas familiares” encontrados na região. Os dois primeiros estudos de caso são representados por agricultores familiares que desenvolvem a pecuária, já o terceiro estudo de caso é representado por um pequeno produtor patronal que também desenvolve a pecuária. Estes sistemas de produção que atualmente conformam estudos de caso, o são por apresentarem uma baixa representatividade na região de estudo, mas podem

demonstrar alternativas ou tendências que os agricultores que implementam a “pecuária familiar” possam vir a adotar futuramente, o que poderá originar novos tipos.

Estes estudos de caso são importantes para que se possa visualizar características que conformem um sistema de produção baseado na “pecuária familiar”. Ou seja, que apontem uma “conceituação” do que é, e de quem são os “pecuaristas familiares”, conceito este que trabalharemos na conclusão deste trabalho.

4.6.1. Moradores Rurais Aposentados que Implementam a “Pecuária Familiar”

Este estudo de caso é representado por um pequeno criador de gado de corte aposentado. É um criador possui uma pequena propriedade de 14ha na transição entre a zona agroecológica de floresta para a de campo, e tem sua origem ligada aos agregados que trabalhavam nas estâncias. O sistema de criação utilizado pelo agricultor deste estudo de caso não difere dos já encontrados nos três tipos de “pecuaristas familiares” caracterizados, sendo que neste caso o sistema de criação desenvolvido é o de cria e cria de novilhos SC-02. Utiliza na propriedade apenas a mão de obra familiar que é formada pelo casal de aposentados, o que representa 1,3 UTH. Em decorrência desta baixa disponibilidade de mão de obra desenvolve principalmente em seu sistema de produção a criação de gado de corte extensiva. Na agricultura cultiva apenas 1ha de aveia para alimentar os terneiros(as) no inverno.

Como se pode observar no Tabela 4 , 100% do produto bruto da propriedade (PB) é obtido através da produção animal. São criadas cerca de 18 cabeças de gado nesta propriedade, e as vacas de cria também fornecem leite para a produção de queijo que é comercializado na localidade.

O que se nota pelos indicadores da tabela 04 é que o PB anual da propriedade de R\$ 2.375,0 não representa 50% da renda obtida pelas aposentadorias, que chegam a R\$5.200,0. Um fato marcante e intrigante é que a renda agrícola (RA) neste estudo de caso é negativa, chegando a R\$ -110,5. Isto demonstra que este criador está se descapitalizando, ou seja, a produção agropecuária não está conseguindo cobrir os custos com o consumo intermediário (CI), depreciação de instalações e equipamentos (D) e gastos com impostos e outros encargos (DVA).

Para ressaltar este fato basta comparar a remuneração da mão de obra familiar (RA/UTH Familiar) e a renda total por unidade de mão de obra familiar (RT/UTH Familiar). Enquanto o primeiro indicador é negativo chegando a R\$ - 85,0 por UTH/ano, o segundo que agrega as aposentadorias chega a R\$ 3.915,0 por UTH/ano. Segundo estes indicadores a renda proveniente da aposentadoria além de manter a família, também é utilizada na produção agropecuária. Novamente são os baixos índices obtidos por este sistema de criação que geram este déficit na RA deste sistema de produção. A comercialização do gado ocorre principalmente na propriedade, para vizinhos que compram para re-invernar o gado, ou em feiras locais, sem uma época definida.

Ao denominar este criador de gado como sendo um “morador rural”, se referimos ao fato de que este produtor, mesmo com idade avançada, prefere continuar em sua propriedade rural a morar na cidade. Este produtor relata que mesmo parando com a produção agropecuária em sua propriedade não deixaria de residir na mesma, pois consegue sobreviver com a renda da aposentadoria. Durante a pesquisa de campo foi possível observar que no caso deste produtor a pecuária não é desenvolvida em sua propriedade somente para gerar renda, mas principalmente para manter o produtor ativo e para manter a propriedade produtiva, fatores que são importantes no seu modo de vida.

Tabela 4- Indicadores do Estudo de Caso 01- Morador Rural Aposentado que Implementa a “Pecuária Familiar”

Indicadores	Sistema de Produção do Morador Rural Aposentado que Implementa a “Pecuária Familiar”
1) Área total (ha)	14
2) Superfície Agrícola Útil (SAU) (ha)	11
3) UTH Total	1,3
4) UTH Contratada	0
5) UTH Familiar	1,3
6) Produto Bruto (PB)	2375
7) PBanim/Pbtotal %	100
8) PBveg/Pbtotal %	0
9) PBsubs/Pbtotal %	18,91
10) Consumo Intermediário (CI) (R\$/ano)	317,5
11) Depreciação (D) (R\$/ano)	1525
12) Valor Agregado Bruto (VAB)(R\$/ano)	2057,5
13) Valor Agregado Líquido (VAL)	532,5
14) Distribuição do Valor Agregado(DVA)(R\$/ano)	643
15) Renda Agrícola (RA) (R\$/ano)	-110,5
16) Renda Não Agrícola (RÑA) (R\$/ano)	5200
17) Renda Total (RT) (R\$/ano)	5089,5
18) VAB/SAU (R\$/ha/ano)	187,0
20) VAL/SAU (R\$/ha/ano)	48,4
21) RA/SAU (R\$/ha/ano)	-10,04
22) RT/SAU (R\$/ha/ano)	462,6
23) VAB/UTH (R\$/UTH/ano)	1582,6
24) VAL/UTH (R\$/UTH/ano)	409,6
25) RA/UTH (R\$/UTH/ano)	-85
26) RT/UTH (R\$/UTH/ano)	3915
27) SAU/UTH (ha/UTH)	8,46
28) VAB/UTHF (R\$/UTH f/ano)	1582,6
29) VAL/UTHF (R\$/UTH f/ano)	409,61
30) RA/UTHF (R\$/UTH f/ano)	-85
31) RT/UTHF (R\$/UTH f/ano)	3915
32) Capital Imobilizado- KI Terras (R\$)	21.000,00
33) Número Animais/cabeças	18
34) Aposentadoria	2
35) Atividade Não Agrícola(Transformação do trabalho)	Queijo

Continua...

...continuação	
36) Origem³⁵	2
37) Tipo de Tração Utilizada³⁶	3
38) Área campo (ha)	9
39) Área milho (ha)	0
40) Área feijão (ha)	0
41) Área Aveia/Azevém (ha)	1
42) Sistema de criação³⁷	SC-02
43) Modos de Comercialização³⁸	4
44) Zona Agroecológica de ocorrência³⁹	2-1
45) Área Pecuária/ SAU %	90
Fonte- Pesquisa de campo 2002-2003	

³⁵ Origem dos agricultores que desenvolvem a “pecuária familiar” em Canguçu.

- 1) Descendente dos grandes estancieiros portugueses da região
- 2) Descendentes de Ex-agregados e ex- peões que trabalhavam nas estâncias
- 3) Descendentes de imigrantes italianos que foram adquirindo terras na região

³⁶ Tipo de tração utilizada na propriedade

- 1) Mecanizada própria
- 2) Mecanizada alugada
- 3) Animal e manual

³⁷ Sistema de criação utilizada por cada tipo de “pecuarista familiar”

SC1- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria de terneiros

SC2- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria e recria de novilhos

³⁸ Modo de comercialização utilizado por cada tipo de “pecuarista familiar”. Os modos de comercialização estão divididos diferentemente conforme o sistema de criação que o agricultor desenvolve, o que por sua vez determina o modo de comercialização que o mesmo utiliza:

SC1- 1) Comercialização em feiras pecuárias locais;

- 2) Comercialização na propriedade;
- 3) Comercialização em feiras pecuárias regionais.

SC2- 4) Comercialização em feiras pecuárias locais para re-invernar o gado;

- 5) Comercialização para intermediários que vendem para os frigoríficos;
- 6) Abate e comercialização na propriedade.

³⁹ Como descrito no item 4.1 o município de Canguçu é dividido em duas zonas agroecológicas, a de campo (1) e a de floresta (2). Neste indicador podemos encontrar propriedades que se encontram em áreas de transição entre as duas zonas. Quando isto ocorrer o indicador aparecerá com duas numerações, o primeiro indicando em que zona a propriedade se insere e o segundo para que zona ocorre à transição.

A relevância deste estudo de caso esta na tendência demonstrada por este produtor. Tendência de gradualmente diminuir a área produtiva de sua propriedade, passando a desempenhar atividades produtivas que exijam menor uso de mão de obra, atividades como a criação extensiva de gado de corte em pequena escala.

Grande parte dos “pecuaristas familiares tradicionais” podem estar seguindo esta tendência, impulsionados principalmente pelo envelhecimento da mão de obra familiar. Como relatamos anteriormente os “PFTs” desenvolvem em seus sistemas de produção o cultivo de milho, feijão e pastagem. Mesmo com pequenas áreas cultivadas, diversas vezes, a PB da produção vegetal era superior ao PB da produção animal. Se estes agricultores parassem com os cultivos, seguindo a tendência do estudo de caso, provavelmente a RA destes agricultores se tornaria muito baixa ou negativa, piorando a situação já não muito confortável deste tipo de “pecuarista familiar”.

4.6.2. “Pecuarista Familiar Tradicional” com Sistema de Criação Diferenciado

Neste estudo de caso temos um agricultor que se encaixaria no perfil dos “Pecuaristas Familiares Tradicionais” (PFTs), mas que dinamizou seu sistema de produção através da diferenciação do seu sistema de criação.

Mesmo com algumas alterações o sistema de criação utilizado pelo agricultor neste estudo de caso não difere dos praticados pelo demais “pecuaristas familiares” caracterizados. Este agricultor possui a sua propriedade na zona agroecológica de campo, e sua origem nos herdeiros dos estancieiros. A propriedade possui 66ha de superfície total (ST) e arrenda mais 33ha de um vizinho, totalizando 87ha de SAU.

Tabela 5- Indicadores do Estudo de Caso 02- Sistema de Produção Baseado na “Pecuária Familiar Tradicional” com Sistema de Criação Diferenciado

Indicadores	Sistema de Produção Baseado na “Pecuária Familiar Tradicional” com Sistema de Criação Diferenciado
1) Área total (ha)	99
2) Superfície Agrícola Útil (SAU) (ha)	87
3) UTH Total	1,3
4) UTH Contratada	0
5) UTH Familiar	1,3
6) Produto Bruto (PB)	27930
7) PBanim/Pbtotal %	89,25
8) PBveg/Pbtotal %	10,74
9) PBsubs/Pbtotal %	0,64
10) Consumo Intermediário (CI) (R\$/ano)	8753,75
11) Depreciação (D) (R\$/ano)	6225,91
12) Valor Agregado Bruto (VAB)(R\$/ano)	19176,25
13) Valor Agregado Líquido (VAL)	12950,33
14) Distribuição do Valor Agregado(DVA)(R\$/ano)	3350
15) Renda Agrícola (RA) (R\$/ano)	9600,33
16) Renda Não Agrícola (RÑA) (R\$/ano)	5200
17) Renda Total (RT) (R\$/ano)	14800,33
18) VAB/SAU (R\$/ha/ano)	220,41
20) VAL/SAU (R\$/ha/ano)	148,85
21) RA/SAU (R\$/ha/ano)	110,34
22) RT/SAU (R\$/ha/ano)	170,11
23) VAB/UTH (R\$/UTH/ano)	14750,96
24) VAL/UTH (R\$/UTH/ano)	9961,79
25) RA/UTH (R\$/UTH/ano)	7384,87
26) RT/UTH (R\$/UTH/ano)	11384,87
27) SAU/UTH (ha/UTH)	66,92
28) VAB/UTHF (R\$/UTH f/ano)	14750,96
29) VAL/UTHF (R\$/UTH f/ano)	9961,79
30) RA/UTHF (R\$/UTH f/ano)	7384,87
31) RT/UTHF (R\$/UTH f/ano)	11384,87
32) Capital Imobilizado- KI Terras (R\$)	99.000,0
33) Número Animais/cabeças	107
34) Aposentadoria	2
35) Atividade Não Agrícola	0

Continua...

...continuação	
36) Origem⁴⁰	1
37) Tipo de Tração Utilizada⁴¹	2-3
38) Área campo (ha)	50 + 30 (arrend.)
39) Área milho (ha)	4
40) Área feijão (ha)	0
41) Área Aveia/Azevém (ha)	4
42) Sistema de criação⁴²	SC-02
43) Modos de Comercialização⁴³	5
44) Zona Agroecológica de ocorrência⁴⁴	1
45) Área Pecuária/ SAU %	91
Fonte- Pesquisa de campo 2002-2003	

⁴⁰ Origem dos agricultores que desenvolvem a “pecuária familiar” em Canguçu.

- 1) Descendente dos grandes estancieiros portugueses da região
- 2) Descendentes de Ex-agregados e ex- peões que trabalhavam nas estâncias
- 3) Descendentes de imigrantes italianos que foram adquirindo terras na região

⁴¹ Tipo de tração utilizada na propriedade

- 1) Mecanizada própria
- 2) Mecanizada alugada
- 3) Animal e manual

⁴² Sistema de criação utilizada por cada tipo de “pecuarista familiar”

SC1- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria de terneiros

SC2- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria e recria de novilhos

⁴³ Modo de comercialização utilizado por cada tipo de “pecuarista familiar”. Os modos de comercialização estão divididos diferentemente conforme o sistema de criação que o agricultor desenvolve, o que por sua vez determina o modo de comercialização que o mesmo utiliza:

SC1- 1) Comercialização em feiras pecuárias locais;

- 2) Comercialização na propriedade;
- 3) Comercialização em feiras pecuárias regionais.

SC2- 4) Comercialização em feiras pecuárias locais para re-invernar o gado;

- 5) Comercialização para intermediários que vendem para os frigoríficos;
- 6) Abate e comercialização na propriedade.

⁴⁴ Como descrito no item 4.1 o município de Canguçu é dividido em duas zonas agroecológicas, a de campo (1) e a de floresta (2). Neste indicador podemos encontrar propriedades que se encontram em áreas de transição entre as duas zonas. Quando isto ocorrer o indicador aparecerá com duas numerações, o primeiro indicando em que zona a propriedade se insere e o segundo para que zona ocorre à transição.

Na propriedade se utiliza apenas a mão de obra familiar¹(1,3 UTH). Este agricultor cultiva 4ha de milho e 4ha de pastagem de aveia e azevém, que são consumidas na propriedade. A produção vegetal representa apenas 10,74% do PB anual da propriedade. O casal é aposentado e recebe cerca de R\$ 5.200,0 por ano, mas a maior renda obtida pelo casal é proveniente da produção pecuária, que se pode representar com o valor da RA total da propriedade que chega a R\$ 9.600,0 pro ano, como podemos observar na tabela 05.

Como descrito no SP-01, os “PFTs” não ultrapassam em seu sistema de produção a renda agrícola total anual de R\$ 3.409,0, sendo a renda secundária deste tipo de agricultor. O sistema de criação utilizado pelo agricultor deste estudo de caso é o de cria e cria de novilhos SC-02, mas com a diferença que este produtor adquire por ano terneiros para engordar e vender novilhos. O número de terneiros comprados por ano é variável, dependendo de quantos terneiros nascem por ano, para que somados formem um lote de 50 animais que serão engordados.

Por exemplo no ano de 2002 nasceram 15 terneiros, assim foram adquiridos 35 terneiros para formar o lote. Com os lotes formados, anualmente são comercializados 50 novilhos (um lote) com peso médio de 450 kg. Para alimentar este lote que foi adquirido, o agricultor arrenda 33ha de campo de um vizinho, pagando cerca de R\$ 2.000,0 por ano. O lote é comercializado diretamente com representantes dos frigoríficos da região nos meses de março/abril, antes que a pastagem comece a diminuir com a chegada do inverno, e o gado perca peso.

Este modo de comercialização se aproxima muito do empregado pelos “pecuaristas familiares comerciais” (PFCs), o que demonstra que este agricultor este mais inserido no mercado, e mesmo com um rebanho de pequeno porte consegue comercializar com os frigoríficos para obter melhores preços. É importante ressaltar que mesmo adotando um manejo diferenciado em seu sistema de criação, não há uma diferença significativa nos índices produtivos se comparados com o SC-02. Por exemplo o desfrute anual permanece compatível com o do SC-02, sendo de 38%. Já a lotação do campo é superior aos índices do

SC-02, alcançando 1,91 UA/ha. O que se quer demonstrar neste estudo de caso é que com a dinamização do sistema de criação é possível aumentar a renda agrícola (RA) dos sistemas de produção que implementam a “pecuária familiar”, sem que haja a necessidade da contratação de mão de obra. Um exemplo deste fato é a RA/UTH Familiar obtida por este produtor que é de R\$ 7.384,87 por ano/UTH ao passo que os “PFTs” alcançam somente R\$ 2.207,0 por ano/UTH.

4.6.3. Produtor Patronal de Pequena Escala Produtiva- O limite dos sistemas de produção baseados na “pecuária familiar”

A escolha desta propriedade como um estudo de caso deve-se ao fato de que este agricultor encontra-se na transição entre os sistemas de produção baseados na “pecuária familiar” e os sistemas de produção patronais. É importante destacar que a visualização do limite entre estes sistemas de produção só foi possível após se processar e analisar os dados colhidos nas entrevistas feitas junto aos agricultores. Ou seja, como descrito no item 3.4.4 após se elaborar uma pré-tipologia dos sistemas de produção que implementam a “pecuária familiar” , se saiu ao campo para se realizar entrevistas junto a agricultores que implementassem sistemas de produção com as características analisadas na pré-tipologia.

Mas após a sistematização das informações obtidas pelas entrevistas percebeu-se que alguns agricultores que possuíam muitas das características de um “pecuarista familiar” realmente não se encaixam neste tipo de sistema de produção. O que se notou é que estes agricultores estão em uma faixa de transição entre a agricultura familiar e a patronal. Como se trata de uma área de transição entre dois tipos de sistemas que possuem características similares, o limite entre os mesmos é muito tênue, sendo difícil diferenciá-los a campo. O agricultor deste estudo de caso possui uma propriedade com 288ha de superfície total (ST), e 190ha de superfície agrícola útil (SAU) (Tabela 06). Este agricultor é um descendente dos imigrantes europeus, que se casou com uma herdeira dos estancieiros, e passou a administrar a propriedade. Como possui uma grande SAU, além da pecuária também desenvolve cultivos como o milho, feijão, pastagem de aveia e azevém e a soja que não é

cultivada pelos agricultores nos sistemas de produção analisados neste estudo. A produção vegetal é responsável pela maior parte do produto bruto anual (PB), correspondendo por 76,09% do PB.

Tabela 06- Indicadores do Estudo de Caso 03- Produtor Patronal de Pequena Escala Produtiva

Indicadores	Produtor Patronal de Pequena Escala Produtiva
1) Área total (ha)	288
2) Superfície Agrícola Útil (SAU) (ha)	190
3) UTH Total	5
4) UTH Contratada	2
5) UTH Familiar	3
6) Produto Bruto (PB)	106.635,0
7) PBanim/Pbtotal %	23,90
8) PBveg/Pbtotal %	76,09
9) PBsubs/Pbtotal %	14,94
10) Consumo Intermediário (CI) (R\$/ano)	18171,25
11) Depreciação (D) (R\$/ano)	28480,00
12) Valor Agregado Bruto (VAB)(R\$/ano)	88463,75
13) Valor Agregado Líquido (VAL)	59983,75
14) Distribuição do Valor Agregado(DVA)(R\$/ano)	5085
15) Renda Agrícola (RA) (R\$/ano)	54898,75
16) Renda Não Agrícola (RÑA) (R\$/ano)	0
17) Renda Total (RT) (R\$/ano)	54898,75
18) VAB/SAU (R\$/ha/ano)	465,59
20) VAL/SAU (R\$/ha/ano)	315,70
21) RA/SAU (R\$/ha/ano)	288,94
22) RT/SAU (R\$/ha/ano)	288,94
23) VAB/UTH (R\$/UTH/ano)	17692,75
24) VAL/UTH (R\$/UTH/ano)	11996,75
25) RA/UTH (R\$/UTH/ano)	10979,75
26) RT/UTH (R\$/UTH/ano)	10979,75
27) SAU/UTH (ha/UTH)	38
28) VAB/UTHF (R\$/UTH f/ano)	29487,9
29) VAL/UTHF (R\$/UTH f/ano)	19994,58
30) RA/UTHF (R\$/UTH f/ano)	18299,58
31) RT/UTHF (R\$/UTH f/ano)	18299,58
32) Capital Imobilizado -KI Terras (R\$)	432.000,00
	Continua...

...continuação	
33) Número Animais/cabeças	111
34) Aposentadoria	0
35) Atividade Não Agrícola(Transformação do trabalho)	Não Possui
36) Origem⁴⁵	3
37) Tipo de Tração Utilizada⁴⁶	1
38) Área campo (ha)	100
39) Área Soja (ha)	30
40) Área milho (ha)	40
41) Área feijão (ha)	15
42) Área Aveia/Azevém (ha)	15
43) Sistema de criação⁴⁷	SC-02
44) Modos de Comercialização⁴⁸	5
45) Zona Agroecológica de ocorrência⁴⁹	2-1
46) Área Pecuária/ SAU %	60
Fonte- Pesquisa de campo 2002-2003	

⁴⁵ Origem dos agricultores que desenvolvem a “pecuária familiar” em Canguçu.

- 1) Descendente dos grandes estancieiros portugueses da região
- 2) Descendentes de Ex-agregados e ex- peões que trabalhavam nas estâncias
- 3) Descendentes de imigrantes italianos que foram adquirindo terras na região

⁴⁶ Tipo de tração utilizada na propriedade

- 1) Mecanizada própria
- 2) Mecanizada alugada
- 3) Animal e manual

⁴⁷ Sistema de criação utilizada por cada tipo de “pecuarista familiar”

SC1- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria de terneiros

SC2- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria e recria de novilhos

⁴⁸ Modo de comercialização utilizado por cada tipo de “pecuarista familiar”. Os modos de comercialização estão divididos diferentemente conforme o sistema de criação que o agricultor desenvolve, o que por sua vez determina o modo de comercialização que o mesmo utiliza:

SC1- 1) Comercialização em feiras pecuárias locais;

- 2) Comercialização na propriedade;
- 3) Comercialização em feiras pecuárias regionais.

SC2- 4) Comercialização em feiras pecuárias locais para re-invernar o gado;

- 5) Comercialização para intermediários que vendem para os frigoríficos;
- 6) Abate e comercialização na propriedade.

⁴⁹ Como descrito no item 4.1 o município de Canguçu é dividido em duas zonas agroecológicas, a de campo (1) e a de floresta (2). Neste indicador podemos encontrar propriedades que se encontram em áreas de transição entre as duas zonas. Quando isto ocorrer o indicador aparecerá com duas numerações, o primeiro indicando em que zona a propriedade se insere e o segundo para que zona ocorre à transição.

A mão de obra usada na propriedade é a familiar, e o agricultor também utiliza a mão de obra de uma família que arrenda 20ha de sua propriedade. Desta forma o agricultor consegue mão de obra para auxiliar nos cultivos e criações por um baixo custo, e a família agregada produz o que quiser na área que arrendou. A mão de obra desta família agregada representa 2 UTH Contratadas e a mão de obra familiar contribui com 3 UTH Familiar.

Com este acréscimo de mão de obra, por possuir uma maior SAU e por utilizar tração motomecanizada, este agricultor consegue implementar algumas atividades que os demais sistemas de produção analisados não implementam, como por exemplo o cultivo de soja e a produção leiteira. Somente a produção leiteira corresponde a um PB de cerca de R\$ 13.500,0 por ano, o que representa quase a totalidade da receita anual de um “pecuarista familiar tradicional”.

Ao contrário dos demais sistemas de produção caracterizados, este agricultor não é aposentado e não desenvolve nenhuma atividade não-agrícola, assim a sua única fonte de renda é a agropecuária. O sistema de criação utilizado é o de cria e cria de terneiros SC-02, e a comercialização ocorre diretamente com os representantes de frigoríficos. A área destinada a pecuária é a menor entre os sistemas de produção já descritos, correspondendo a 60% da SAU. É desta forma que este produtor patronal consegue obter uma remuneração do trabalho familiar (RA/UTH Familiar) de R\$ 18.299,58 que é superior a remuneração do trabalho familiar obtida pelos “pecuaristas familiares comerciais” que não ultrapassam a renda de R\$ 12.335,0 por ano/UTH.

5. CONCLUSÃO

Com a realização deste estudo foi possível identificar cinco diferentes sistemas agrários que evoluíram diferentemente nas duas zonas agroecológicas encontradas no município de Canguçu-RS. Pode-se observar que a zona agroecológica de campo foi a primeira a ser ocupada através da concessão de sesmarias aos militares portugueses, a partir do século XVIII, e que a pecuária foi a principal atividade que se desenvolveu nesta zona. A ocupação da zona agroecológica de floresta também começa no século XVIII, inicialmente com os imigrantes açorianos e, em um segundo momento, já no século XIX, com a chegada de imigrantes alemães e italianos. Nesta zona desenvolveram-se principalmente sistemas de produção diversificados, que primavam pela subsistência das famílias dos imigrantes. Através do estudo da evolução dos sistemas agrários do município de Canguçu identificaram-se quais foram as origens, e como se formaram os principais sistemas de produção encontrados na região, em especial os sistemas implementados pelos pecuaristas familiares.

Outro objetivo alcançado foi a elaboração do diagnóstico dos sistemas de produção implementados pelos “pecuaristas familiares” de Canguçu. Através deste diagnóstico, pode-se distinguir três tipos de pecuaristas familiares existentes na região. O primeiro tipo identificado é formado por agricultores que, na sua maioria, são herdeiros dos estancieiros da região. São agricultores que gradualmente tiveram suas áreas produtivas reduzidas, fato que ocorreu através da partilha da propriedade pelos herdeiros; denomina-se este tipo de agricultor como sendo “pecuaristas familiares tradicionais”. Normalmente são aposentados e além da criação de gado de corte extensiva também cultivam pequenas áreas de milho e feijão. Encontra-se este tipo de agricultor principalmente na zona agroecológica de campo

do município. A comercialização da produção de gado é feita na região, em feiras de pecuária ou para vizinhos.

O segundo tipo identificado é formado na sua maioria por descendentes de peões e agregados que trabalhavam nas estâncias. Possuem pequenas propriedades, mas, como têm maior força de trabalho por serem mais jovens que os “pecuaristas familiares tradicionais”, implementam diversos cultivos em suas propriedades além de desenvolver alguma atividade não agrícola, como, por exemplo, o comércio (venda na localidade). Por este fato, são denominados como sendo “pecuaristas familiares pluriativos”. Estão distribuídos principalmente na zona agroecológica de floresta, e também comercializam a produção de gado na região.

O terceiro tipo é formado por criadores de gado de corte, também de forma extensiva, mas que estão mais inseridos no mercado de carne, pois comercializam o gado diretamente com os frigoríficos ou para intermediários em detrimento deste fato denomina-se este tipo de agricultor como sendo um “pecuarista familiar comercial”. Estes agricultores têm a sua origem nos imigrantes italianos e herdeiros de estancieiros. A grande maioria destes agricultores é aposentada, como ocorre com os “pecuaristas familiares tradicionais”, o que demonstra que a força de trabalho nestes dois tipos encontra-se envelhecida. Também em suas propriedades cultivam pequenas áreas de milho e feijão. As suas propriedades localizam-se principalmente na zona agroecológica de floresta.

Além dos três tipos de pecuaristas familiares encontrados, foram analisados três estudos de caso de agricultores que utilizam mão-de-obra familiar e desenvolvem a pecuária. O primeiro estudo de caso é representado por um pequeno criador de gado de corte aposentado a quem se denominou como “morador rural”. Esta denominação se deve ao fato de que este produtor, mesmo com idade avançada e desenvolvendo poucas atividades agropecuárias, prefere continuar em sua propriedade rural a vir morar na cidade. O segundo estudo de caso é representado por um agricultor que desenvolve um sistema de produção semelhante ao dos pecuaristas familiares tradicionais, mas desenvolveu um sistema de criação mais dinâmico, em que reinverna um lote de novilhos a cada ano. O terceiro estudo

de caso é representado por um agricultor que possui uma propriedade com cerca de 300ha. Na propriedade, além da pecuária, este agricultor cultiva grãos, como soja/milho e feijão e desenvolve uma produção leiteira. Mas, para desenvolver todas estas atividades, este agricultor utiliza a mão-de-obra de uma família agregada que utiliza 20ha da propriedade para produzir o que necessita. À primeira vista, tem-se a impressão de se tratar de um pecuarista familiar comercial, mas ao se analisar melhor os indicadores econômicos, agrônômicos e sociais obtidos neste sistema de produção, observa-se que se trata de um pequeno produtor patronal. Este estudo de caso se mostra relevante para que se possa analisar quais são os “limites” do que é a pecuária familiar e, portanto, identificar quais são estes limites.

Nos diversos sistemas de produção desenvolvidos pelos pecuaristas familiares em Canguçu, foram identificados dois sistemas de criação de gado de corte que são empregados pelos pecuaristas familiares, o primeiro sistema baseado na cria de terneiro (SC-01) e o segundo sistema baseado na cria e recria de novilhos (SC-02).

Como se pode observar nesta breve reconstituição dos sistemas de produção desenvolvidos pelos pecuaristas familiares, as hipóteses deste trabalho se confirmaram. Realmente, parte dos pecuaristas familiar teve a sua origem nas famílias de agregados que trabalhavam nas estâncias, mas também foi possível identificar outras origens que formaram este tipo de agricultor. Nas outras origens encontra-se, como já mencionado, os herdeiros dos estancieiros e imigrantes europeus que também desenvolveram a pecuária na região.

Também foi possível identificar que os agricultores que implementam a pecuária familiar desenvolvem diferentes sistemas de produção. Em função desta diversidade, é importante que seja estabelecida uma “conceituação” para que se possa identificar este tipo de agricultor. Para tanto, serão utilizados indicadores formados a partir de dados da pesquisa de campo e referências bibliográficas que demonstram que os pecuaristas familiares pertencem à mesma categoria dos agricultores familiares.

Primeiramente é preciso reconhecer que os pecuaristas familiares são agricultores familiares. Para confirmar esta afirmação são considerados os seguintes fatores: a gestão da unidade de produção. Neste sentido, Abramovay (1997) ressalta que a “agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. No caso dos pecuaristas familiares, segundo dados da pesquisa de campo, em 100% dos estabelecimentos entrevistados a gestão da unidade de produção é feita pela família, onde em primeira instância está a sobrevivência da família e a reprodução da unidade de produção. Segundo Ribeiro (1997), “agricultor familiar é aquele que constrói toda a sua estratégia de sobrevivência e multiplicação dos bens que possui a partir da família”, ou seja, a gestão da propriedade é dirigida para que a subsistência da família, se for o caso, posteriormente poder produzir para o mercado.

A mão-de-obra utilizada na propriedade é outro indicador a ser utilizado ao se analisar o cunho familiar destes agricultores. Segundo os dados da pesquisa de campo, para os pecuaristas familiares a família constitui a principal fonte de mão-de-obra podendo, no máximo, possuir um empregado, o que se observou somente no caso dos “pecuaristas familiares comerciais”.

Alguns indicadores agroeconômicos são importantes na identificação do pecuarista familiar. Mesmo não encontrando pecuaristas familiares com propriedades acima de 300ha, não foi o tamanho da propriedade que determinou se o agricultor pesquisado se enquadrava como um pecuarista familiar, mas sim a porcentagem da superfície agrícola útil da propriedade que cada agricultor destinava à criação de gado de corte. Segundo dados colhidos na pesquisa de campo, se observou-se que os pecuaristas familiares destinam áreas superiores a 80% do tamanho total da propriedade à criação de gado de corte.

O pecuarista familiar encontrado em Canguçu também desenvolve em sua propriedade algum cultivo, como o milho, feijão e pastagem de inverno de aveia e azevém, o que demonstra que, além de criador, o pecuarista familiar é também um agricultor. Os cultivos, mesmo ocupando menores áreas de produção em relação à pecuária, representam uma importante parcela do produto bruto (PB) produzido na propriedade, podendo fornecer mais renda que a pecuária. Esta informação demonstra que o pecuarista familiar não está totalmente inserido ao mercado de carnes, pois os sistemas de criação implementados pelos mesmos são de caráter extensivo, que necessitam pouca mão-de-obra, mas que obtêm baixos índices produtivos e uma escala variável de produção. Desta forma, há uma certa flexibilidade nas relações deste tipo de agricultor com o mercado, do qual o pecuarista familiar pode freqüentemente se retirar, sem, com isso, comprometer sua reprodução. É importante ressaltar que a totalidade dos pecuaristas familiares entrevistados também possui uma renda não agrícola, seja através de aposentadorias/pensões seja através de outras atividades como o comércio local, renda esta que é fundamental para a sobrevivência deste tipo de agricultor.

Para se compreender a racionalidade produtiva do pecuarista familiar é necessário que se analisem as formas de reprodução social deste tipo de agricultor. A pergunta que surge é: Se a pecuária não é muitas vezes, a principal fonte de renda da família, por que então este tipo de agricultor continua a implementar a pecuária? Para responder a esta questão, é necessário que se observe a relação existente entre este tipo de agricultor e o entorno social, cultural e ambiental, onde o mesmo inserido. Nesta região fatores ambientais foram decisivos para que a criação de gado de corte fosse o primeiro sistema de criação a ser desenvolvido. A partir da introdução deste sistema de criação, criaram-se laços culturais entre os agricultores desta região e a pecuária. É possível notar este fato através das principais festividades que ocorrem no município. Estas são ligadas, principalmente, ao manejo que os peões desempenhavam na criação do gado, como a captura do gado com laço, o rodeio do gado, a agilidade e desenvoltura na montaria do cavalo, os piquetes, o churrasco, enfim todo o ambiente de trabalho que existiam nas primeiras estâncias da região na “*lida*” com o gado.

Pode-se ver que a reprodução social do pecuarista familiar está intimamente ligada a este entorno social e cultural ao qual este agricultor está incluído. Para este tipo de agricultor, a pecuária é mais que uma atividade produtiva, é um modo de vida com o qual ele se identifica. É esta identidade em se reconhecer como pecuarista um dos fatores que leva o pecuarista familiar a continuar se reproduzindo socialmente.

Para concluir, é interessante reunir os fatores que conformam o conceito de pecuária familiar neste trabalho. Em primeiro lugar, o pecuarista familiar pertence à categoria dos agricultores familiares segundo os seguintes fatores: a gestão da propriedade é feita pela família, e a racionalidade produtiva tem como premissa a sobrevivência da mesma; a maior parte do trabalho na propriedade é desempenhada pelos integrantes da família; e a reprodução social deste tipo de agricultor está ligada a sua identidade como pecuarista. Podem-se também destacar alguns indicadores agroeconômicos, como:

- Os pecuaristas familiares destinam a maior parte da propriedade à criação de gado de corte extensiva, cerca de 80% da área da propriedade;
- Podem desenvolver cultivos como o milho, feijão e pastagens de inverno;
- Possuem uma renda não-agrícola como aposentadoria ou prestação de serviços portanto a pecuária, muitas vezes, não representa a principal fonte de renda da família;
- Para o pecuarista familiar, a criação de gado de corte está ligada a sua cultura, a sua identidade, além de representar uma fonte de renda estável e com alta liquidez.

Por fim, este trabalho buscou, através de uma pesquisa empírica e com a ajuda da abordagem sistêmica e da revisão bibliográfica sobre o tema, trazer à tona informações sobre o agricultor que desenvolve a pecuária familiar no município de Canguçu, tentando demonstrar como definir este público. Os resultados obtidos neste trabalho podem contribuir para que se compreenda melhor as causas e motivos que levaram à estagnação produtiva da “Metade Sul” do Estado, em especial no que diz respeito à pecuária, e traçar

novas linhas de pesquisa sobre o tema, buscando a formação de políticas públicas para o desenvolvimento desta categoria de agricultores.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Campinas: Hucitec/ Ampocs/ UNICAMP, 1992. 275 p.

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão para a agricultura familiar** – Seminário Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural, 1997. Brasília, DF anais. Brasília: PNUD, 1997. 222p

ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília. UNESCO, 1998. 101p.

ALTIERI, M. **Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BAZIN, F. **Diagnóstico da Realidade Agrária e Propostos de Desenvolvimento Rural**. Viamão-RS. FAO-Incra, Porto Alegre 2000.

BENTO, C. M. **Canguçu reencontro com a história; um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Porto Alegre, IEL, 1983. 184 p.

BLUM, R. **Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática**. IN: Tedesco, J. C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo - RS, Ed. EDIUPF, 1999. 405p.

BRUMER, A. **Transformações e Estratégias Produtivas na Produção Familiar na Agricultura Gaúcha**. In. Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários. Cadernos de Sociologia., nº 6. Rio Grande do Sul, Editora da UFRGS, 1994.

CARNEIRO, M. J. **Política Pública e Agricultura Familiar: uma Leitura do Pronaf**. Projeto Rurbano, 1999. 8p. (www.eco.unicamp.br/projetos/rurban14.html)

CHAMPAGNE, P. **A reprodução da identidade**. Paris- Dijon, INRA, 1986. 2 vols, p. 185 e 165.

DUFUMIER, M. **Les Projets de Développement Agricole**. Éditions Karthala - CTA, Paris. 1996. 354p.

EMBRAPA. Centro Nacional de pesquisa de Solos.(RJ). **Sistema brasileiro de classificação de solos.** – Brasília : Embrapa Produção de informação; Rio de Janeiro: Embrapa solos, 1999. 412p.

FERREIRA, J. R. C. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-RS: Uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento.** Dissertação de mestrado, PGDR-UFRGS, 2001. 174p.

FIALHO, M.A.V. **Agricultura Familiar e as Rendas Não-Agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre: Um Estudo de Caso dos Municípios de Dois Irmãos e Ivoti-RS.** Porto Alegre-RS:UFRGS,2000.(Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural).

FIBGE. **CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996.** BRASÍLIA –DF, FIBGE- CD-Room.

FONSECA, V. P. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul:** A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira. Santa Maria. Dissertação de mestrado. UFSM, 1994. 140p.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo, Taurino: uma espécie em extinção? um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha.** Tese de doutorado. USP, São Paulo. 2000. 273 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA ESTATÍSTICA-FEE. **Anuário Estatístico.** Porto Alegre: FEE, Ed. 1997 CD Room.

GEHLEN, I. **Para pensar outra agricultura.** Coletânea de artigos/ organizadores: Angela Duarte Damasceno, Alfio Brandenburg. Curitiba: Ed da UFPR, 1998. 275 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas (SP.), Editora : Unicamp, 1998. 211p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro.** Campinas : UNICAMP, Instituto de economia, 1999. 153 p.

INCRA/FAO. **Guia Metodológico: diagnóstico de sistemas agrários.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. 1999. 58p.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. 2000. 74p.

KLIEMANN, L. H. S. **RS: terra e poder - história da questão agrária.** Porto Alegre, editora Mercado Aberto. 1986.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme**. Vol. 1. Campinas. Ed. da UNICAMP, 1993.

LIMA, A. J. P.. BASSO, N.. NEUMANN, P. S.. SANTOS, A. C.. MÜLLER, A. G.. **Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1995. 175p.

LAYTANO, D. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro. 1983.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **Histoire des Agriculteurs du Monde**. Éditions du Seuil, Paris. 1997. 534 p.

MIELITZ NETO, C. G. A. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira**. Tese de doutorado, UNICAMP. Campinas, 1994. 224 p.

MIGUEL, L. A. **O enfoque sistêmico e as ciências agrárias**. Porto Alegre (RS). UFRGS. 2000.

MARQUES, P. E. M. **Agricultura familiar e participação no Rio Grande do Sul: dinâmicas e perspectivas em torno de programas de desenvolvimento rural**. Projeto de pesquisa, PGDR- UFRGS, Porto Alegre, 2003. 10p.

NEVES, D. P. **O produtor agrícola: Ambigüidades, mitos e impasses teóricos**. Revista de estudos em sociologia online, UFPE, vol. 2, 1996. [www. Ufpe. Br/Esopo/revista4/neves.html](http://www.Ufpe.Br/Esopo/revista4/neves.html)

PESAVENTO, S. **República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre, Movimento/IEL. 1980.

PESAVENTO, S. **Pecuária e indústria - formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX**. Porto Alegre, Movimento.1986.

PESAVENTO, S. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª ed.Porto Alegre, Mercado Aberto. 1994.

QUEIROZ, M. I. P. **Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras**. São Paulo, revista do IEB, nº 19. 1977.

QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaios**. Rio de Janeiro, LTC/USP. 1978.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Livraria Selbach.1956.

RIBEIRO, C. M. **Estudo de quatro municípios da serra do sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento.** Dissertação de mestrado. Lavras, ESAL/UFLA, 1996. 156 p.

RIBEIRO, C. M. **“Pecuária familiar” na região da Campanha do Rio Grande do Sul: definições e estratégias.** Bagé, EMATER-RS, 2001. 26p.

ROCHE, J. **A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Editora Globo, v.1 e 2, 1969.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo, SP. Hucitec, 1988. 124 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999a. 205p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade.** Porto Alegre, Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 1999b. 470 p.

SOUZA SANTOS, Z.; SOUZA, M. & CARRIERI, A. **Pesquisa em sistema de produção: uma revisão,** In: Agricultura em São Paulo, São Paulo, p.127-139, 1994.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** IN: Tedesco, J. C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo - RS, Ed. EDIUPF, 1999. 405p.

WÜNSCH, J. **Diagnóstico e Tipificação de Sistemas de Produção: Procedimentos para Ações de Desenvolvimento Regional.** Dissertação de Mestrado, Piracicaba (SP.), ESALQ, 1995. 178p.

7. ANEXOS

7.1. Roteiro para estudo do estabelecimento rural

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL-UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ROTEIRO DE PESQUISA DE UM ESTABELECIMENTO RURAL

Agricultor: _____ **Cód.:** _____

Localidade: _____ **Data :** _____

Principal Atividade : _____

1- Questões Fundiárias

H e c t a r e s							
Superfície		Área de Proteção	Área Total	Área			
Encosta	Baixada			Própria	Em Parceria	De Terceiro	Para Terceiro

*Preço da terra em R\$/ha:

Quais as relações das áreas de em parceria e de terceiros?

Qual o sistema de posse da área própria?

2 - *MICRO-CLIMA

Ocorrência	Estiagem	Enchente	Geadas	Granizo
Frequência				

3 - Atividades de produção vegetal

Especificação da Atividade	Superfície ha	Produto Colhido	Rendimento por ha	* Preço Médio R\$	Destino da Produção		
					Venda	Consumo /Destino	Semente
Pastagem Nativa							
Reflorestamento							
S A U Total		3.1 - Rotação de Culturas:					
Mato		3.2 - Qual a estratégia de comercialização, para quem vende?					
Benfeitorias							
Inaproveitável							
Capoeira							
Área Total							

4. Atividades de Produção Animal

Inventário das Criações	Efetivo Médio	Valor Médio R\$/unid.	Número de Animais	Produto vendido	Quantidade Vendida/ Mês	Valor/ unidade	Consumo
Touros (corte)							
Vacas (corte)							
Novilhas 1 a 2 anos							
Novilhas 2 a 3 anos							
Terneiras							
Novilhos 1 a 2 anos							
Novilhos 2 a 3 anos							
Novilho 3 ou + anos							
Terneiros							
Vacas descarte							
Touro (leite)							
Vacas (leite)							
Carneiros							
Ovelhas de cria							
Capões							
Junta de boi							
Cavalos							
Porcos							
Galinhas							

Raça Predominante do Gado de corte:

Raça Predominante do Gado de Leite:

Raça Predominante das Ovelhas:

4.1- Comercialização dos produtos de origem animal (Principalmente bovinos de corte)

Especificação	Para quem vende	Onde comercializa	Em que época	Com que idade	Valor que comercializa	Quantidade
Gado de corte-						
Leite-						
Queijo-						
Outros produtos-						
Capão-						
Lã-						
Porcos-						
Galinhas-						
Ovos-						

4.2- Faz pastagem cultivada? Em que época e para quais categorias animais?

4.3- Itinerário técnico do manejo completo do gado

Especificação	Época	Como Faz		
idade de desmama				
Período de monta				
Índice de prenhes				
Castração				
Tratamento sanitário				
Idade de abate				

4.4- Descrição geral do manejo utilizado na criação de gado (Categorias e manejo para cada categoria).

4.5- Principais problemas sanitários?

4.6- Como e porque o Sr (a) e sua família começaram a criação de gado na propriedade? E porque permanecem na pecuária?

4.7 – Insumos da Produção Animal

Especificação	Destino	Unidade	Quantidade	Custo/unidade
Vacinas				
Carrapato				
Sal				
Vermes				

5- Toposequência da propriedade



6 – Croqui da propriedade (Áreas de pastagem, de cultivo, mata e não utilizada)



7- Questões relativas à família, trabalho e estrutura para o trabalho.

7.1- Origem da família? E como vieram parar na região? (Histórico recente da propriedade)

7.2- Há quanto tempo estão na região?

8.3- Conversão da Mão-de-obra em Unidade de Trabalho Homem - U T H

Discriminação	até 13 anos	14 a 17 anos	18 a 59 anos	com + de 60 anos
Familiar				
Contratada				
Total				

9- Benefitorias, instalações, máquinas e equipamentos

Especificação	Ano	Quantidade (número/metros²)	Valor atual	Valor novo	Vida útil
Casa de					
Casa na cidade					
Galpão de					
Galpão de					
Brete					
Mangueira					
Banheiro carrap.					
Balança/bois					
Cercas/ metros					
Nº de poteiros					
Chiqueiro					
Galinheiro					
Açude					
Arado/animal					
Grade/animal					
Carroça					
Junta de boi					
Semeadora/adubo					
Saraquá					
Debulhador de milho					
Desintegrador de forragem					
Motor estacionário					
Trator					
Roçadeira					
Grade					
Arado					
Colheitadeira					
Automóvel					

10- Operações de crédito

Instituição	Operação (financiamento,	Valor total	Juros, carência...
-------------	--------------------------	-------------	--------------------

Privado/Estatal	empréstimo)		
PRONAF(inho)			

11- Impostos

ITR	
Arrendamento	
ICM	
Funrural	
Frete	
Outros	

12- Questões abertas

12.1- Quais são os principais problemas encontrados na propriedade (Infra-estrutura, econômico, social)?

12.2- Você acha que há incentivo a produção agropecuária no que se refere a assistência técnica, programas de incentivo, linhas de crédito, etc?

12.3 O que representa para o senhor(a) ser agricultor/pecuarista?

12.4 No seu entendimento o que seria necessário para melhorar a situação da agricultura/pecuária no município e no estado?

12.5 O Sr.(a) se pudesse deixaria a agricultura/pecuária ?

12.6 Quais os planos futuros para a propriedade ? E espera que os seus filhos participem do futuro da propriedade?

7.2. Recapitulação dos indicadores resultantes das entrevistas realizadas junto aos pecuaristas familiares do município de Canguçu-RS

Tipo 01- Pecuaristas Familiares Tradicionais (PFTs)

	Prop. 07	Prop. 08	Prop 14	Prop 19	Prop 20
1) Área total (ha)	36	45	82	45,5	107
2) SAU	34,5	41	62	42	88
3) UTH TOTAL	3,3	3,3	1,5	3,3	1,65
4)UTHCONTRAT.	0	0	0,2	0	0
5)UTH FAMILIAR	3,3	3,3	1,3	3,3	1,65
6)PB	7145	10495	14940	14440	15090
7)PBanim/PBtotal %	36,31	36,16	40,42	43,21	85,08
8)PBveg/PBtotal %	63,68	63,83	59,57	56,78	14,91
9)PBsubs/PBtotal %	20,78	69,50	52,34	54,70	7,72
10)CI TOTAL	1489,45	2810,5	2335	5118,5	1950,5
11)Depreciação	3563,33	5134,16	8966,1	4672,3	9707,66
12)VAB	5655,55	7684,5	12605	9321,5	13139,5
13)VAL	2092,21	2550,33	3638,8	4649,1	3431,83
14)DVA	20	1500	770	1240	100
15)RA	2072,21	1050,33	2868,8	3409,1	3331,83
16)RÑA	5700	7200	5200	5200	2600
17)RT	7772,21	8250,33	8068,8	8609,16	5931,83
18) VAB/SAU	163,92	187,42	203,3	221,9	149,31
20) VAL/SAU	60,64	62,20	58,6	110,6	38,99
21) RA/SAU	60,06	25,61	46,2	81,17	37,86
22) RT/SAU	225,28	201,22	130,14	204,9	67,40
23) VAB/UTH	1713,80	2328,63	8403,3	2824,6	7963,33
24)VAL/UTH	634,00	772,82	2425,8	1408,8	2079,89
25) RA/UTH	627,94	318,28	1912,5	1033,08	2019,29
26) RT/UTH	2355,21	2500,10	5379,22	2608,8	3595,05
27) SAU/UTH	8,03	12,42	41,3	12,72	53,33
28)VAB/UTHF	1713,80	2328,63	9696,15	2824,6	7963,33
29)VAL/UTHF	634,0	772,82	2799,1	1408,8	2079,89
30)RA/UTHF	627,94	318,28	2206,79	1033,0	2019,29
31)RT/UTHF	2355,21	2500,10	6206,79	2608,83	3595,05
32) KI TERRAS	54.000,00	67.500,00	123.000,00	68.250,00	160.500,00
33) N° ANIMAIS	45	25	49	49	93
34) APOSENT.	2	2	2	2	1
35)RÑA	Eng.arroz	Eng.arroz	0	0	0
36) ORIGEM ⁵⁰	1	1	1	1	1
37) TRAÇÃO ⁵¹	3	3	1	2	2

⁵⁰Origem dos agricultores que desenvolvem a "pecuária familiar" em Canguçu.

- 1) Descendente dos grandes estancieiros portugueses da região
- 2) Descendentes de Ex-agregados e ex- peões que trabalhavam nas estâncias
- 3) Descendentes de imigrantes italianos que foram adquirindo terras na região

38) Área campo	28	32	50	30	85
39) Área milho	5	8	10	10	3
40) Área feijão	1,5	1	2	1	0
41) Área Av/Az (ha)	4	4	4	6	0
42) Sistema de criação⁵²	1	1	1-2	1	2
43) Modos de Comercialização⁵³	1	1	1-5	1	4
44) Zona Agroecológica de ocorrência⁵⁴	2-1	2-1	1	1-2	1-2
45) Área Pecuária/ SAU %	92	87,8	87	85,7	96,5

⁵¹ Tipo de tração utilizada na propriedade

- 1) Mecanizada própria
- 2) Mecanizada alugada
- 3) Animal e manual

⁵² Sistema de criação utilizada por cada tipo de "pecuarista familiar"

SC1- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria de terneiros

SC2- Sistema de criação de bovinocultura de corte extensiva de cria e recria de novilhos

⁵³ Modo de comercialização utilizado por cada tipo de "pecuarista familiar".

Os modos de comercialização estão divididos diferentemente conforme o sistema de criação que o agricultor desenvolve, o que por sua vez determina o modo de comercialização que o mesmo utiliza:

SC1- 1) Comercialização em feiras pecuárias locais;

2) Comercialização na propriedade;

3) Comercialização em feiras pecuárias regionais.

SC2- 4) Comercialização em feiras pecuárias locais para re-invernar o gado;

5) Comercialização para intermediários que vendem para os frigoríficos;

6) Abate e comercialização na propriedade.

⁵⁴ Como descrito no item 4.1 o município de Canguçu é dividido em duas zonas agroecológicas, a de campo (1) e a de floresta (2). Neste indicador podemos encontrar propriedades que se encontram em áreas de transição entre as duas zonas. Quando isto ocorrer o indicador aparecerá com duas numerações, o primeiro indicando em que zona a propriedade se insere e o segundo para que zona ocorre à transição.

Tipo- 02 Pecuaristas familiares Pluriativos (PFPs)

	Prop. 10	Prop 13	Prop 15
1) Área total (ha)	30	45	48
2) SAU	26	29	46
3) UTH TOTAL	2,1	2,1	2,2
4) UTH CONTRAT.	0,1	0,1	0,2
5)UTH FAMILIAR	2	2	2
6)PB	8535	7680	13525
7)PBanim/Pbtotal %	74,22	61,58	55,71
8)PBveg/Pbtotal %	25,77	38,41	44,28
9)PBsubs/Pbtotal %	29,81	45,31	22,77
10)CI TOTAL	1552,5	900,25	2046,75
11)Depreciação	3549,16	4322,66	3871,16
12)VAB	6982,5	6779,75	11478,25
13)VAL	3433,33	2457,08	7607,08
14)DVA	335	35	2110
15)RA	3098,3	2422,08	5497,08
16)RÑA	9110	2400	14400
17)RT	12208,3	4822,08	19897,08
18) VAB/SAU	268,5	233,78	249,52
20) VAL/SAU	132,05	84,72	165,37
21) RA/SAU	119,16	83,52	119,50
22) RT/SAU	469,55	166,27	432,54
23) VAB/UTH	3325	3228,45	5217,38
24)VAL/UTH	1634,92	1170,03	3457,76
25) RA/UTH	1475,3	1153,37	2498,67
26) RT/UTH	5813,4	2296,23	9044,12
27) SAU/UTH	12,3	13,80	17,27
28)VAB/UTHF	3491,25	3389,87	5739,12
29)VAL/UTHF	1716,6	1228,54	3803,541
30)RA/UTHF	1549,16	1211,04	2748,54
31)RT/UTHF	6104,1	2411,04	9948,54
32) KI TERRAS	45.000,00	67.500,00	27.000,00
33) Nº ANIMAIS	28	31	45
34) APOSENT.	0	0	0
35)RÑA	Venda/Emprego	Venda	Venda/Feira-gado
36) ORIGEM	3	2	2
37) TRAÇÃO	2	3	3-2
38) Área campo	23	25	13+25arrend.
39)Área milho	2	3	5
40)Área feijão	1	1	3
41)Área Av/Az	1	3	0
42)Sistema de criação	2	2	2
43) Modos de Comercialização	4	4	4
44) Zona Agroecológica de ocorrência	2	1	1
45) Área Pecuária/ SAU %	92	96	82,6

Tipo- 03 Pecuaristas Familiares Comerciais (PFCs)

	Prop. 02	Prop. 04
1) Área total (ha)	116	300
2) SAU	114	250
3) UTH TOTAL	3,95	4,3
4)UTHCONTRAT.	0	1
5)UTH FAMILIAR	3,95	3,3
6)PB	70330	67668
7)PBanim/Pbtotal %	21,37	88,91
8)PBveg/Pbtotal %	78,62	11,08
9)PBsubs/Pbtotal %	27,43	13,32
10)CI TOTAL	8678	12587
11)Depreciação	12793,66	27254
12)VAB	61652	55081
13)VAL	48858,33	27827
14)DVA	135	3700
15)RA	48723,33	24127
16)RÑA	7800	10400
17)RT	56523,33	34527
18) VAB/SAU	540,80	220,3
20) VAL/SAU	428,58	111,30
21) RA/SAU	427,39	96,50
22) RT/SAU	495,81	138,10
23) VAB/UTH	15608,10	12809,53
24)VAL/UTH	12369,19	6471,39
25) RA/UTH	12335,02	5610,93
26) RT/UTH	14309,70	8029,53
27) SAU/UTH	28,86	58,13
28)VAB/UTHF	15608,10	16691,2
29)VAL/UTHF	12369,19	8432,42
30)RA/UTHF	12335,02	7311,2
31)RT/UTHF	14309,70	10462,72
32) KI TERRAS	174.000,00	450.000,00
33) Nº ANIMAIS	122	404
34) APOSENT.	3	2
35)RÑA	0	0
36) ORIGEM	2	3
37) TRAÇÃO	1	1
38) Área campo	50	240
39)Área milho	60	10
40)Área feijão	4	0
41)Área Av/Az	40	0
42)Sistema de criação	2	2
43) Modos de Comercialização	5	5
44) Zona Agroecológica de ocorrência	2-1	2-1
45) Área Pecuária/ SAU %	79	96

Estudo de Caso

	Prop. 05- Estudo 01	Prop 12-Estudo 02	Prop 17-Estudo 03
1) Área total (ha)	14	99	288
2) SAU	11	87	190
3) UTH TOTAL	1,3	1,3	5
4)UTHCONTRAT.	0	0	2
5)UTH FAMILIAR	1,3	1,3	3
6)PB	2375	27930	106.635,0
7)PBanim/Pbtotal %	100	89,25	23,90
8)PBveg/Pbtotal %	0	10,74	76,09
9)PBsubs/Pbtotal %	18,91	0,64	14,94
10)CI TOTAL	317,5	8753,75	18171,25
11)Depreciação	1525	6225,91	28480,00
12)VAB	2057,5	19176,25	88463,75
13)VAL	532,5	12950,33	59983,75
14)DVA	643	3350	5085
15)RA	-110,5	9600,33	54898,75
16)RÑA	5200	5200	0
17)RT	5089,5	14800,33	54898,75
18) VAB/SAU	187,0	220,41	465,59
20) VAL/SAU	48,4	148,85	315,70
21) RA/SAU	-10,04	110,34	288,94
22) RT/SAU	462,6	170,11	288,94
23) VAB/UTH	1582,6	14750,96	17692,75
24)VAL/UTH	409,6	9961,79	11996,75
25) RA/UTH	-85	7384,87	10979,75
26) RT/UTH	3915	11384,87	10979,75
27) SAU/UTH	8,46	66,92	38
28)VAB/UTHF	1582,6	14750,96	29487,9
29)VAL/UTHF	409,61	9961,79	19994,58
30)RA/UTHF	-85	7384,87	18299,58
31)RT/UTHF	3915	11384,87	18299,58
32) KI TERRAS	21.000,	99.000,0	432.000,00
33) N° ANIMAIS	18	1	111
34) APOSENT.	2	2	0
35)RÑA	Queijo	0	Não
36) ORIGEM	2	1	3
37) TRAÇÃO	3	2-3	1
38) Área campo	9	50 + 30 (arrend.)	100
39)Área milho	0	4	40
40)Área feijão	0	0	15
41)Área Av/Az	1	4	15
42)Área soja	0	0	30
43)Sistema de criação	2	2	2
43) Modos de Comercialização	4	5	5
44) Zona Agroecológica de ocorrência	2-1	1	2-1
45) Área Pecuária/ SAU %	90	91	60

7.3. Fotografias da região de estudo

Foto- 01- relevo predominante na Zona agroecológica de floresta



Fonte- autor pesquisa de campo 2002-2003

Foto- 02- Afloramentos rochosos presentes na Zona de floresta



Fonte- autor pesquisa de campo 2002-2003

Foto- 03- Propriedade de um Pecuarista Familiar Tradicional- Zona de campo



Fonte- autor pesquisa de campo 2002-2003

Foto-04- Relevo predominante na Zona agroecológica de campo



Fonte- autor pesquisa de campo 2002-2003

SÉRIE DE DISSERTAÇÕES PUBLICADAS

- 001 - MARIN, Solange Regina.** Política Cambial nas Décadas de 1980 e 1990: impactos sobre o setor de grãos no Rio Grande do Sul. 2001. 193f.
- 002 - PEDROSO, Glaucilene Dias.** Setor Leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 122f.
- 003 - SIQUEIRA, Oscar Graeff.** A Crise das Grandes Cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS). 2001. 217f.
- 004 - PASE, Hemerson Luiz.** Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Floriano Peixoto. 2001. 171f.
- 005 - LOPES, Saulo Barbosa.** Arranjos Institucionais e a Sustentabilidade de Sistemas Agroflorestais: uma proposição metodológica. 2001. 187f.
- 006 - MACHADO, Roberto Tormes.** Análise sócio-econômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal - RS. 2001. 155f.
- 007 - SARTOR, Juliane.** Cadeia de flores e plantas ornamentais de jardim em Pareci Novo - Rio Grande do Sul. 2001. 117f.
- 008 - COELHO, Vanessa Pfeifer.** Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico. 2002. 129f
- 009 - TRENTIN, Iran Carlos Lovis.** O Pró-Rural 2000 como política pública de combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul. 2002. 145f.
- 010 - VILLABERDE, Maria Sérgia.** Agricultura Familiar e Meio Ambiente: posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental. 2002. 119.
- 011 - SILVA, Paulo Roberto Nunes da -** Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-80. 2002. 200f.
- 012 - JANSEN, Suzel Lisiane.** Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: uma comparação com indicadores sócio-econômicos. 2002. 138f.
- 013 - CASTILHOS, Dino Sandro Borges de.** Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2002. 174f.
- 014 - BIOLCHI, Marilza Aparecida.** Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 168f
- 015 - RICOTTO, Alcides Juvenal.** Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. 2002. 152f.

- 016 - SABABÉS, Leandro.** Manejo Sócio Ambiental de Recursos Naturais e Políticas Públicas: um estudo comparativo dos projetos "Paraná Rural" e "Microbacias". 2002. 186f.
- 017 – PETTER, Rudimar Luis.** As Múltiplas Expressões da Sustentabilidade: a realidade regional do COREDE da produção no estado do Rio Grande do Sul. 2002. 161f.
- 018 – MOURA, Lino Geraldo Vargas.** Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo/RS. 2002. 251f.
- 019 – FERRAZ, Osni Giani.** A Sustentabilidade dos Agricultores Familiares de Leite Associados à CLAF nas Dimensões Ambiental, Sociocultural e Institucional. 2002. 155f.
- 020 – GERHARDT, Cleyton Henrique.** Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: a construção da 'problemática ambiental' em agro-eco-sistemas. 2002. 539f.
- 021 – COLE, Dorlei Marcos.** Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS. 2003. 226f.
- 022 – ROHENKOHL, Júlio Eduardo.** Os Sistemas de Terminação de Suínos: uma análise econômica e ambiental a partir da teoria dos conjuntos *fuzzy*. 2003. 184f.
- 023 – PLEIN, Clério.** As Metamorfoses da Agricultura Familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. 2003. 158f.
- 024 – ALVES, Juliete Miranda.** A Obra de José de Souza Martins e a Reforma Agrária no Brasil: uma leitura sociológica. 2003. 112f.
- 025 – ANDREATTA, Tanice.** Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia. 2003. 266f.
- 026 – BASSO, Dirceu.** A Produção e a Gestão das Políticas de Desenvolvimento Rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos-PR. 2003. 197f.
- 027 – ROS, Carlos Javier Cowan.** Capital Social e Luta Simbólica – O Caso da RED PUNA: uma experiência territorial de articulação social na Província de Jujuy, Argentina. 2003. 279f.
- 028 – BRUSTOLIN, Cíndia.** Lutas pela Definição de Concepções de Justiça na Construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC. 2003. 198f.
- 029 – RYAN, Sílvia Laura.** Lógicas de Engajamento de Produtores Familiares em Propostas de Desenvolvimento: a implementação do Programa Social Agropecuário em Pampa de Achala, Córdoba - AR. 2003. 136f.